

# ESTUDOS AVANÇADOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

VOLUME 2

ORGANIZADORES:  
ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA, Dr.  
JONATHA PEREIRA BUGARIM, Msc.

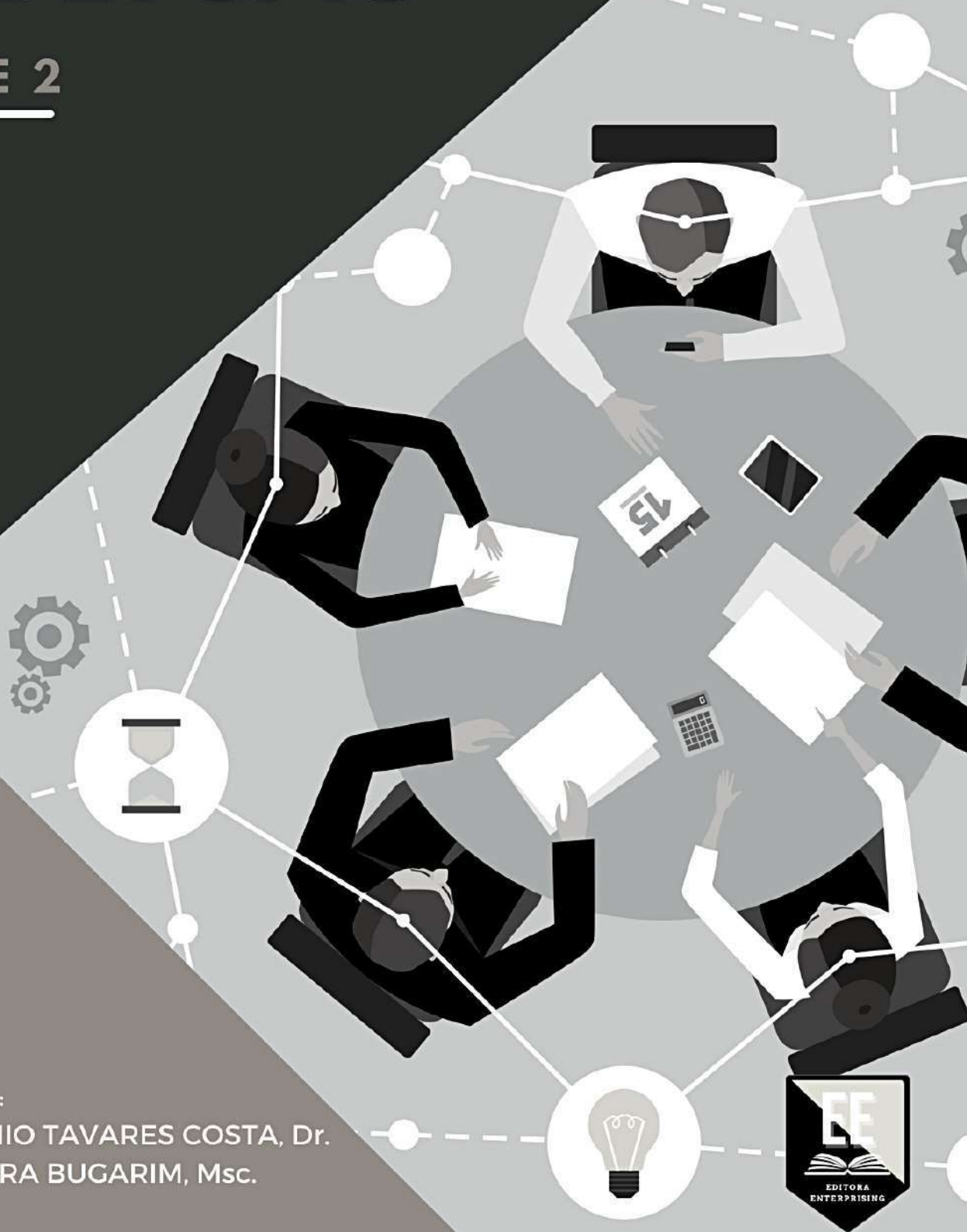


ESTUDOS AVANÇADOS EM

# POLÍTICAS PÚBLICAS

VOLUME 2

ORGANIZADORES:  
ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA, Dr.  
JONATHA PEREIRA BUGARIM, Msc.





# **EDITORA ENTERPRISING**

**Direção** Nadiane Coutinho

**Gestão de Editoração** Antonio Rangel Neto

**Gestão de Sistemas** João Rangel Costa

## **Conselho Editorial**

- Sérgio Henrique de Oliveira Lima, Dr. UFCA;
- Fabiane Cortez Verdu, Dra. UEM;
- Mirelle Cristina de Abreu Quintela, Dra. UFVJM;
- Cátia Rodrigues Barbosa, Dra. UFMG;
- Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello, Dra. UFSM;
- Francisco Horácio da Silva Frota, Dr. UECE;
- Eliana Alcantra, Dra. UninCor;
- Agnaldo de Sousa Barbosa, Dr. UNESP;
- Cibele Barsalini Martins, Dra. UFSC;
- Jane Mendes Ferreira Fernandes, Dra. UFPR.

Copyright © 2022 da edição brasileira.

by Editora Enterprising.

Copyright © 2022 do texto.

by Autores.

Todos os direitos reservados.



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es). Obra sob o selo Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

<b>Diagramação</b>	João Rangel Costa
<b>Design da capa</b>	Nadiane Coutinho
<b>Revisão de texto</b>	Os autores



**EDITORA ENTERPRISING**

[www.editoraenterprising.net](http://www.editoraenterprising.net)

E-mail: [contacto@editoraenterprising.net](mailto:contacto@editoraenterprising.net)

Tel.: +55 61 98229-0750

CNPJ: 40.035.746/0001-55

**ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA, Dr.  
JONATHA PEREIRA BUGARIM, Msc.  
(Organizadores)**

# **Estudos Avançados em Políticas Públicas**

**Volume 2**



**Tucuruí - PA**

---

## E82

Estudos Avançados em Políticas Públicas Volume 2 / Robson Antonio Tavares Costa (Organizador), Jonatha Pereira Bugarim (Organizador). - Tucuruí: Editora Enterprising, 2022.

(Estudos Avançados em em Políticas Públicas )

Livro em PDF

160 p., il.

ISBN: 978-65-845-4604-2

DOI: 10.29327/554869

1. Políticas Públicas 2. Esporte 3. Lazer. 4. Pesquisas

I. Título.

CDD: 320

---

*Acreditamos que o conhecimento é a grande estratégia de inclusão e integração, e a escrita é a grande ferramenta do conhecimento, pois ela não apenas permanece, ela floresce e frutifica.*

Equipe Editora Enterprising.

# Sumário

APRESENTAÇÃO	08	
CAPÍTULO 1:	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO PARÁ: uma revisão de literatura</b>	09
	<i>Hilery Emanuele Amorin Viana</i> <i>Widariana Barroso Montanini</i>	
CAPÍTULO 2:	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE: Uma revisão de literatura</b>	27
	<i>Bruno Martins Guimarães</i> <i>Tiago Lima Oliveira</i>	
CAPÍTULO 3:	<b>ANÁLISE DA CONJUNTURA ATUAL DO PROGRAMA BOLSA-ATLETA A PARTIR DA PERPECTIVA DE ATLETAS BENEFICIADOS, COMPREENDENDO NÃO SÓ O CONTEXTO DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO, MAS TAMBÉM, OUTRAS MODALIDADES EM ASCENSÃO</b>	48
	<i>Laís Gonçalves Nunes</i> <i>Elcione Vieira Moreira</i> <i>Tulio Castro Pantoja</i>	
CAPÍTULO 4:	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À OBESIDADE</b>	62
	<i>Eduardo da Silva Gomes</i>	
CAPÍTULO 5:	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: Um estudo a partir de produções científicas</b>	89
	<i>Rose Meire Melo Dos Santos</i>	
CAPÍTULO 6:	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E MEIO AMBIENTE</b>	107
	<i>Antonio Joaquim Moraes dos Santos</i> <i>Lucas Fernandes</i>	

**CAPÍTULO 7:**

**O ESPORTE ADAPTADO – ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS**

**120**

---

*Fernando Costa Barroso*  
*Ednix Guimarães Pereira*

**CAPÍTULO 8:**

**O JOGO DE XADREZ COMO PROCEDIMENTO LÚDICO NO  
DESENVOLVIMENTO HUMANO: uma revisão de literatura**

**142**

---

*Jane Alves De Souza*



# Apresentação

Prezados(as) leitores(as),

É com muita satisfação que apresentamos o segundo volume da Coleção intitulada “ESTUDOS AVANÇADOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS”, que reúne em seus 8 capítulos pesquisadores de diversas instituições com discussões e temáticas que circundam uma gama de possibilidades de pesquisas e de relações dialógicas que certamente podem ser relevantes para o desenvolvimento social brasileiro a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade. Tal obra visa dar publicidade a estudos e pesquisas frutos de árduos trabalhos acadêmicos que decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões em suas respectivas áreas pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que estão sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores no desenvolvimento social e científico que possam impactar positivamente a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados, esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica dos alunos, professores e demais leitores. Desejamos ressaltar, em nome de todos que compõem a Editora Enterprising, a nossa gratidão para com os pesquisadores cujos trabalhos aparecem aqui reunidos, que diante da dedicação, temos a oportunidade de nos debruçar acerca de assuntos atuais e pertinentes.

Sejam bem-vindos e tenham proveitosas leituras!

Equipe Editora Enterprising.



# ***Capítulo 1***

---

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO PARÁ: uma revisão de literatura**

**DOI: 10.29327/554869.1-1**

Hilery Emanuele Amorin Viana  
Widariana Barroso Montanini



## POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO PARÁ: uma revisão de literatura

*Hilery Emanuele Amorin Viana*

*emanueleamorim18@gmail.com*

*Widariana Barroso Montanini*

*daramontanini10@gmail.com*

### RESUMO

O lazer é um direito de todo cidadão que vive no Brasil e está assegurado na Constituição Brasileira de 1988 no artigo VI, do capítulo II – Dos Direitos Sociais. Com isso, as políticas públicas vêm para garantir o desenvolvimento desse direito a todos no país. Objetivo: Examinar trabalhos científicos alusivos às Políticas Públicas de Lazer presentes no Pará. Metodologia: Esta pesquisa possui abordagem qualitativa com nível de pesquisa exploratório. Foi utilizado meio de buscas online como: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), SCIELO, Revista Livro Aberto, Biblioteca Digital de Monografia (BDM) e LICERE com as palavras chaves: “políticas públicas”, “lazer” e “políticas públicas de lazer no estado do Pará”. Os dados foram analisados através da técnica análise de conteúdo proposta por Bardin. Resultados: Logo após o resultado que se obteve através da busca inicial, foi aplicado os critérios de inclusão e exclusão, no qual 8 trabalhos foram aprovados e inseridos nessa pesquisa. Considerações Finais: Percebe-se, que nos artigos selecionados são destacadas algumas problemáticas, nas quais impedem a prática do lazer pela sociedade, como a falta de investimentos nos locais e em equipamentos, ausência de profissionais da educação física nos locais de lazer e pessoas capacitadas nas gestões públicas para elaborar e executar os projetos de políticas públicas. **Palavras-chave:** Políticas Públicas. Lazer. Pará.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo disserta as diferentes Políticas Públicas de Lazer no estado do Pará. Além disso, tende a mostrar o papel importante que exerce diante a população do estado e como a sua prática interfere de forma positiva na saúde física e mental da sociedade.

Neste sentido, surgiram indagações que nortearam o estudo:

- Quais os conceitos de Políticas Públicas e de Lazer?
- Qual a importância do tempo ócio para a saúde física e mental?

Ao observar a importância do momento de lazer para a sociedade e, também, a carência que a população do Estado do Pará tem em opções de espaços para usufruir o seu tempo ócio, surgiu-se a ideia central do tema para a atual pesquisa, uma vez que, o

lazer, é um direito social de todos, previsto na Constituição Brasileira de 1988. Desse modo, políticas públicas devem ser criadas para garantir esse direito a todos no Brasil.

Quando pensamos em tempo ócio faz-se uma associação ao tempo livre das obrigações do dia a dia e ao período de descanso, no qual pode tornar-se fator negativo para a criatividade individual. Porém, para De Masi (2000), no seu conceito de “ócio criativo”, o tempo do não trabalho é elemento que incentiva o lado criativo e produtivo de cada indivíduo.

Nesse contexto, o estudo tem como objetivo analisar os artigos referentes às Políticas Públicas de Lazer existentes no Pará. Ademais, identificar a importância da mesma para a população paraense.

Com o propósito de alvejar a finalidade proposta, usaram-se elementos como instrumentos metodológicos, pesquisa bibliográfica, fundamentadas em revisão de narrativa de instrumentos expostos na bibliografia e artigos publicados através de recursos digitais.

## **2. POLÍTICAS PÚBLICAS**

A política pública teve surgimento nos Estados Unidos da América (EUA), no contexto acadêmico, como uma subárea da disciplina de Ciência Política. A primeira pessoa a colocá-la em prática no governo do país foi Robert McNamara, em 1948, assim, influenciando outros países.

Ao longo da história do Brasil, o governo obteve diversas modificações em suas finalidades diante a sociedade. Entre os séculos XVIII e XIX, o intuito mais relevante era promover a segurança pública e a defesa das fronteiras para evitarem ataques inimigos. No entanto, com a implementação da democracia no país e com base na Constituição Brasileira de 1988, o papel do Estado conteve variações. Com isso, nos dias atuais, costuma-se dizer que o bem-estar da sociedade é a principal função do governo.

Quando se fala de bem-estar social entende-se que envolve vários aspectos, várias intervenções do poder público, como melhorias na área da educação, saúde, esporte, lazer, cultura, segurança e entre outros elementos que fazem parte da vida da população. Com isso, sempre em busca de progressos para promover uma qualidade de vida para todos.

Portanto, com o intuito de atingir a qualidade de vida e o bem-estar social são criadas políticas públicas. A sua realização atinge a todos que estão incluídos dentro de uma sociedade, independente de raça, crenças religiosas, orientação sexual, classe social

ou se é homem ou mulher. O estado trabalha e busca assistir cada grupo social de forma que consiga atendê-los conforme as suas necessidades.

Mas afinal, qual o conceito de políticas públicas? Para responder essa pergunta existem vários autores que a definem. Lynn (1980) a conceitua como uma soma de procedimentos realizada pelo estado que irá gerar ações essenciais. Mead (1995) interpreta a política pública como um ramo incluso na área de conhecimento da Ciência Política que busca examinar o governo diante de problemas públicos. Além desses, Laswell (1936), com o conceito mais reputado entre os outros autores, no qual diz que as definições e avaliações a cerca das políticas públicas requerem dar soluções aos questionamentos: quem ganha o que, por que e que diferença faz.

Além disso, as políticas públicas obtém a participação dos órgãos públicos e privados, de forma direta e indireta, com objetivo de assegurar os direitos de determinada comunidade. Porém, falta de representatividade dos grupos sociais na participação da elaboração de políticas públicas faz com que a prática da mesma não seja mais eficaz. A população, que é a maior beneficiária ou afetada, dependendo das decisões, não consegue participar das ações de forma integral. Assim, sempre dependendo do governo para tomar decisões sobre o que é melhor para suas vidas.

De modo mais abrangente, são ações promovidas pelo governo (Federal, Estadual e Municipal) com o objetivo de resolver os problemas públicos de um país. Já o problema público ocorre pelo excesso ou carência existente dentro da sociedade. Por exemplo, atualmente, o mundo está passando por uma pandemia onde matou milhões de pessoas, esse é um grande problema público de esfera mundial. Para solucionar esse mal, os governos de todos os países tomaram decisões para que controlassem a propagação da mesma e, assim, protegem a população.

E dentro desse conceito de políticas públicas, indo pelo lado administrativo, pode-se dividi-las em dois setores: políticas públicas de estado e governo. No qual, a de governo, há uma variação dependendo do partido político ou governante que se encontra no poder, assim ocorrendo a finalização de algumas políticas públicas conforme o fim do mandato. Já a de estado, é aquela que obtém um segmento, uma sequência independente da troca de poder ou de quem está sobre ele.

### **3. LAZER**

Em toda a história da humanidade na terra, desde a pré-história até os dias atuais, o trabalho faz parte de nossas vidas. Contudo, com características diferentes em cada período histórico.

Na Pré-história o trabalho sucedeu-se de acordo com os hábitos que as pessoas tinham no seu dia a dia. Os homens se comprometiam com a caça e as mulheres tomavam conta da coleta e de alimentos oriundos da agricultura.

Já na Antiguidade o trabalho prevalente era o da escravidão. Com isso, as pessoas escravizadas trabalhavam sem receber nada em troca e ainda perdiam sua liberdade.

Com o início da Idade Média a escravidão diminuiu, assim prevalecendo o trabalho de servidão que se caracterizava por servos que trabalhavam em troca de ter o direito de permanecer nas terras de seus senhores.

Na Idade Moderna e na Idade Contemporânea fortaleceu-se o comércio e modificou as especificidades do trabalho. Além disso, as expansões marítimas ganharam força e os europeus passaram a escravizar africanos para trabalharem sem receber nada em troca.

Ainda na Idade Média e Idade Contemporânea, ocorreu a Revolução Industrial na Inglaterra com o surgimento das indústrias e avanços das tecnologias nas cidades. Desse modo, houve a premência de empregar mão de obra e, conseqüentemente, as pessoas passaram a migrar do campo para as cidades em busca de trabalho e, também a receber salários conforme sua jornada de trabalho.

Diferente do trabalho, o lazer não tem uma data certa para o seu surgimento. Conforme Gomes (2003, 2004) indica, há quem diga que o lazer existe desde o início da humanidade assim, como também, há quem acredita que o lazer surgiu após a Revolução Industrial, com a inclusão da jornada de trabalho.

De Grazia (1966), Munné (1980) e Medeiros (1975) acreditam que o lazer já se apresentava desde o início da humanidade. Porém, para Dumazedier (1979), Marcellino (1983), Melo e Alves Junior (2003) e Mascarenhas (2005) o lazer teve surgimento juntamente com a origem da Revolução Industrial e com o avanço tecnológico.

Se observarmos, desde as civilizações mais antigas há características onde pode-se dizer que já havia a prática do lazer, como as festas, banquetes, teatros, combates de gladiadores e até mesmo as olimpíadas.

Porém, Gomes (2003, 2004) diz que essa redução das horas trabalhadas permitiu que ficasse evidente a separação do tempo trabalhado e do tempo do não trabalho. Com isso, especificou-se o tempo livre, no qual as pessoas têm o seu lazer.

Dessa forma, para conceituar “Lazer”, podem-se citar alguns autores, como Marcellino (1987) que destaca o Lazer como a união do “tempo e atitude”. A atitude está relacionada à compatibilidade definida entre o indivíduo e o aprendizado adquirido, consequência das prioridades pessoais e prazerosas. O tempo se dá ao período que o cidadão obtém fora de suas obrigações, sendo elas o trabalho, família, deveres sociais ou até mesmo religiosos.

Porém, Dumazedier (1973) é a maior referência quando se trata de Lazer. Para o sociólogo, tempo ócio é qualquer atividade feita de livre e espontânea vontade, realizada depois de cumprir com suas responsabilidades profissionais, sociais, familiares e religiosas.

Qual a importância do lazer para a saúde física e mental?

Com as várias horas semanais trabalhadas, compromissos familiares, sociais e entre outras responsabilidades que o homem tem em sua vida, há um desgaste físico e mental muito grande. Dessa maneira, o lazer entra com o papel importante na promoção da saúde do indivíduo, contribuindo também no desenvolvimento psicomotor.

Dentre as opções proporcionadas para o lazer pode-se citar a caminhada que contribui para a melhora do condicionamento físico e ajuda na função cardiovascular. Bares e restaurantes no qual poderá socializar com amigos. A prática esportiva na qual reduz o estresse do dia a dia, isso acontece por conta da produção de endorfina que estão ligadas ao relaxamento e bom humor. Além de viajar, ir ao cinema, ler e entre outras práticas que estão disponíveis conforme preferência de cada um.

#### **4. MATERIAIS E MÉTODOS**

Esse estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 2009). Na qual remete a seus métodos, pertence a uma investigação documental indireta utilizando-se de temática bibliográfica de publicações de trabalhos, teses e dissertações baseadas em informações pré-estabelecidas (MARCONI; LAKATOS, 2005).

#### **Universo e Amostra**

Dessa forma, a pesquisa aconteceu nas seguintes plataformas: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), ScientificElectronic Library Online (SCIELO), Revista Livro Aberto, Biblioteca Digital de Monografia (BDM) e LICERE. Os termos de dados utilizados para essa revisão foram: “políticas públicas”, “lazer”, “políticas publicas de lazer no estado do Pará”, sendo capaz de usufruir os artigos e trabalhos científicos disponibilizados.

A princípio os critérios de inclusão foram: 1) revistas, dissertações ou artigos que enunciasses no título e/ou que se trata de politicas publicas de lazer no estado do Pará. 2) possuir tais termos nas palavras-chaves, resumo ou em seu título. Os artigos analisados foram a partir do ano de 2014 até o ano de 2021, não havendo outro período de publicação dos mesmos. Já como critério de exclusão foram os trabalhos antes do ano de 2017, além de blogs e opiniões de terceiros já que o instrumento da pesquisa eram estudos com base em artigos “peerreview”, dissertações, revistas e livros.

A procura resultou num total de quatro artigos e um e-book, que é uma coletânea de artigos, sendo que foram utilizadas apenas quatro pesquisas do mesmo. Observa - se que os documentos escolhidos, após obedecerem aos padrões de avaliação, totalizaram: oito artigos.

### **Análise dos dados**

O trabalho passou por uma análise de conteúdo, que de acordo com Triviños (1897) possui três etapas, que são:

1. Pré - análise (organização do material);
2. Descrição analítica (codificação, classificação e categorização);
3. Interpretação referencial (reflexão).

## **5. RESULTADO E DISCUSSÃO**

Em seguida, serão expostos oito artigos que relatam as ideias principais deste estudo a respeito de políticas públicas de lazer no estado do Pará, resultado da filtragem, organização e seleção da pesquisa.

Quadro 1 – Resumo dos trabalhos científicos referente às políticas públicas do estado do Pará.

QTD	ANO	AUTOR	TITULO DA PESQUISA	OBJETIVO DA PESQUISA	METODOLOGIA	CONCLUSÃO
-----	-----	-------	--------------------	----------------------	-------------	-----------



01	2017	Farias, Hamoy, Meguis, Bahia e Figueiredo	“Políticas públicas de lazer na Amazônia (Belém, Pará)”.	O objetivo é discorrer sobre as Políticas Públicas de Lazer na Amazônia (Belém-Pará).	A pesquisa é de cunho qualitativo, exploratório, com levantamento bibliográfico, a partir de produções disponíveis da área. Na pesquisa local, utilizaram-se estudos de Lima <i>et al.</i> (2011), Bahia (2014), <i>sites</i> das Secretarias (Estadual/SEEL e Municipal/SEJEL) e análise de programas, projetos e ações de lazer de Belém, com análise de conteúdo (BARDIN, 2006).	Percebeu-se que a SEJEL demonstra preocupação em despertar uma visão crítica das vivências do lazer, com acesso a uma diversidade de conteúdos. Por outro lado, os objetivos da SEEL demonstraram pouca diversidade no acesso aos conteúdos, revelando que as propostas convergem para práticas físico-esportivas.
02	2017	Müller e Lima	“O espaço para crianças produzido pelo programa minha casa, minha vida: estudo de caso na região metropolitana de Belém, PA”.	Indaga-se que espaços de fato têm sido produzidos, partindo-se do princípio de que o corpo em movimento no espaço e as interações sociais possibilitadas pelo lazer são fundamentais para que o desenvolvimento sócio-cognitivo e psicomotor das crianças aconteça de forma satisfatória. Investiga-se também a efetiva utilização desses espaços pelas crianças.	O método de estudo de caso combina técnicas de análise do projeto arquitetônico e do espaço físico com a observação comportamental das crianças em seu lazer.	Os espaços de lazer infantil dos conjuntos estudados carecem de elementos que atendam de forma adequada à necessidade de lazer das crianças, que seu uso independe da quantidade de área destinada a esse fim, e que fatores como sensação de segurança ou insegurança e tipologia habitacional podem limitar ou estimular o uso desses espaços e a apropriação dos espaços comuns.
03	2019	Campos, Cunha e Assis	“Lazer em comunidade remanescente de quilombo no estado do Pará”	Objetiva identificar e analisar espaços, políticas públicas e práticas de lazer de uma comunidade	Foi desenvolvido estudo de campo (GIL, 2002), utilizando-se conversas informais, entrevistas, aplicação de	A necessidade de investimentos do poder público no campo do esporte e lazer, como construção de equipamentos, implementação de

				remanescente de quilombo no estado do Pará.	questionários, observação direta e registro imagético, com análise descritiva e analítica, buscando sempre refletir sobre os conteúdos expressos nas falas e observações.	projetos e formação de pessoal para atuar em comunidades quilombolas, com a finalidade de diversificar as experiências, respeitando e fortalecendo interesses sociais e culturais, e a inclusão de diferentes grupos sociais, como os idosos.
04	2019	Júnior, Brito, Neto e Soares	“Ações de esporte e lazer no município de Belém”	Dialogar com os agentes públicos e civis, o que permitiu analisar as condições de oferta das atividades de lazer, cultura e esporte no município de Belém.	De acordo com Marconi e Lakatos (2009), a pesquisa em tela se caracteriza pela lide com a documentação direta, na modalidade de campo.	Caracterizaram-se os projetos mapeados e os depoimentos registrados que permitem enunciar que, em bairros distante entre si, as práticas de lutas, esportes, artes e músicas são de maior oferta. É possível identificar, a partir dos dados encontrados, os esforços públicos e planos de trabalhos desenvolvidos, mas nem sempre finalizados por diversas variáveis, entre elas, a aplicação de recursos e a continuidade das ações.
05	2019	Mota, Freitas, Carneiro e Fonseca	“Políticas públicas de esporte e lazer e a concepção de lazer dos gestores de Ananindeua e Marituba – PA”	Analisar as concepções de lazer dos gestores de esporte e lazer das cidades de Ananindeua e Marituba/PA. Como premissa para uma reflexão crítica inicial sobre a pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer, a	Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório que lançou mão da pesquisa de campo para captar informações junto a agentes culturais que vêm construindo e desenvolvendo políticas e atividades de	O conhecimento dos agentes culturais que atuam na gestão pública sobre o lazer ainda se mostra distante da perspectiva de compreensão de direito social.

				diversidade com que esses fenômenos são concebidos e desenvolvidos pelos sujeitos que com eles lidam, reconhecendo a importância dos agentes culturais de esporte e lazer para a fomentação e valorização de políticas públicas.	esporte e lazer na Região Metropolitana de Belém.	
06	2019	Alencar, Grandó e Carvalho	“Políticas públicas de esporte e lazer e povos indígenas”	A relevância social desta pesquisa está na perspectiva de, a partir dos resultados obtidos, fomentar processos de democratização e controle social dos grupos participantes na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação das políticas públicas implantadas e implementadas pelo poder público.	As atividades foram organizadas em: <i>Ações de estudo</i> , entre os participantes dos grupos de pesquisa sobre os determinantes epistemológicos das políticas públicas e as políticas públicas e lazer; <i>Ações de pesquisa</i> , sobre as práticas esportivas e de lazer dos diferentes grupos sociais e étnicos do estado do Pará, em que cada grupo de pesquisa ficou responsável em mapear e registrar tais práticas em regiões do estado onde foram desenvolvidas as pesquisas dos grupos.	Há uma orientação que reconhece as demandas específicas de cada povo no Pará, a partir de pesquisa que deve ser fortalecida em cada comunidade e povo indígena, uma vez que deve considerar, na comunidade, as experiências e o histórico das relações de contato com a cultura e sociedade capitalista por meio, também, do esporte e lazer, e por isso mesmo, as políticas públicas, como já explicitado neste texto, devem garantir, em todo o processo de organização e vivência das práticas corporais que envolvem comunidades tradicionais, o protagonismo de suas lideranças e de diferentes representantes ativos durante os jogos.

07	2019	Ferreira	“Políticas públicas de lazer no município de Castanhal: um estudo sobre o Apeú”	O estudo teve como objetivo geral responder como tem se configurado a política pública de lazer no município de Castanhal e como objetivos específicos: analisar as políticas de lazer na Vila do Apeú; a existência ou não dessas políticas na Orla do Apeú, na perspectiva de estabelecer relações entre os estudos científicos sobre lazer e a ação estatal na implementação de políticas públicas na cidade.	Dessa forma, este trabalho, que possui fundamentação teórico-metodológica na perspectiva do materialismo histórico dialético, envolveu estudos sobre a Vila do Apeú, bem como pesquisas documentais que caracterizam a organização da cidade de Castanhal. Contou ainda com entrevista utilizando um roteiro semiestruturado, gravada com o atual secretário municipal de esporte e lazer do município.	Os resultados do estudo demonstraram que a Vila do Apeú pouco guarda dos áureos tempos de usufruto do Rio Apeú como espaço de lazer no município. Atualmente não existe nenhuma política de lazer sendo implementada especificamente na área da orla do Apeú. É cogitada a possibilidade de implantação de alguns projetos na área, caso uma possível reestruturação que está prevista ao espaço, de fato aconteça.
08	2019	Pinheiro, Dias, Matos e Bahia	“A infância e as práticas corporais ao ar livre no Pará nas primeiras décadas do século XX”	Este texto intencionou identificar as práticas corporais ao ar livre destinada à infância e os sentidos atribuídos a essas nas primeiras décadas do século XX.	Realizou-se uma pesquisa histórico-documental à luz da História Cultural, com base no manuseio, seleção, reunião e análise de documentos, no intuito de trazer, por meio de uma operação historiográfica, novas evidências para aquilo que não se mostra claramente, o implícito (CERTEAU, 1982). As fontes utilizadas foram álbuns e relatórios governamentais, revistas educacionais, fotografias, documentos internos de grupos e escolas,	Ao se propor identificar as práticas corporais ao ar livre destinadas à infância e os sentidos atribuídos a essas no recorte temporal em tela, esse estudo estabeleceu diálogo com a história da educação, da educação física e da infância na realidade paraense, revelando aspectos da relação entre as instituições educativas, as crianças e o espaço público, que passou por um considerável processo de remodelação urbana a partir dos

					como ofício e portarias, bem como jornais do período.	finais do século XX.
--	--	--	--	--	---	----------------------

Primeiramente, Farias, Hamoy, Meguis, Bahia e Figueiredo (2017) tiveram como objetivo na pesquisa dissertar sobre os projetos de políticas públicas de lazer existentes na Amazônia (Belém-PA). Em seguida, Müller e Lima (2017) questionaram sobre os espaços de lazer que de fato têm sido executados, iniciando a partir de que a vida ativa e não sedentária na sociedade e o convívio social disponibilizado pelo lazer são necessários para que o desenvolvimento sócio-cognitivo e psicomotor infantil aconteça adequadamente. Averigua-se também a verdadeira aplicação desses lugares pelas crianças.

Nessa direção Campos, Cunha e Assis (2019) detectaram e exploraram os locais, políticas públicas e atividades de lazer do corpo social remanescente de quilombos no estado do Pará. Enquanto Júnior, Brito, Neto e Soares (2019) conversaram com os agenciadores públicos e civis, o qual possibilitou a análise das situações de propostas das tarefas de lazer, cultura e esporte no município de Belém.

Mota, Freitas, Carneiro e Fonseca (2019) buscaram opiniões de lazer dos encarregados do esporte e lazer das cidades de Ananindeua e Marituba/PA. Como prognóstico para uma observação crítica sobre a pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer, a divergência com que esses eventos são idealizados e desenrolados pelos indivíduos e a aceitação da relevância dos agentes culturais para o incentivo e reconhecimento das políticas públicas.

Ademais, Alencar, Grando e Carvalho (2019, p. 23) tiveram como propósito no estudo “fomentar processos de democratização e controle social dos grupos participantes, no desenvolvimento e na avaliação das políticas públicas implantadas e implementadas pelo poder público”. Convém mencionar que Ferreira (2019) teve como propósito geral refutar como tem se caracterizado a política pública de lazer na cidade de Castanhal e como propósitos específicos: verificar as políticas públicas de lazer na Vila de Apeú; se há presença ou não dessas políticas públicas no local, no ponto de vista de determinar laços entre os artigos relacionados a lazer e a atuação dos governos na realização de políticas públicas no município.

Por fim, Pinheiro, Dias, Matos e Bahia (2019) teve a pretensão de observar as atividades físicas no espaço a céu aberto atribuído para as crianças e os sentidos determinados as mesmas nas décadas iniciais do século XX.

Desse modo, os objetivos abordaram os tipos de políticas públicas discutida pelos autores referentes ao governo do estado do Pará, ressaltando debates teórico-metodológicos acerca do assunto.

Farias, Hamoy. Meguis, Bahia e Figueiredo (2017), realizaram sua pesquisa de caráter qualitativo, exploratório, investigação bibliográfica, a começar por trabalhos acessíveis da área. No estudo local, usufruiu-se de pesquisas de Lima et. al. (2011), Bahia (2014), páginas das Secretarias (Estadual/SEEL e Municipal/SEJEL) encontradas na internet, além de exame de programas, planejamentos e atividades de lazer em Belém, observação de conteúdo (BARDIN, 2006).

Enquanto isso, Müller e Lima (2017) utilizaram a metodologia de estudo de caso, na qual conciliou técnicas de investigação do planejamento e do local físico, onde buscou assistir o comportamento infantil em seu momento ócio.

Campos, Cunha e Assis (2019) adotaram nessa pesquisa a metodologia de estudo de campo (GIL, 2002), na qual se utilizou conversas informais, diálogos, questionamentos, entre outros, buscando examinar os assuntos explícitos nas conversas e análises. Já Júnior, Brito, Neto e Soares (2019) optaram pelo procedimento metodológico baseado em Marconi e Lakatos (2009), o estudo em tela se qualifica pelo trabalho com a declaração direta, na categoria de campo.

Mota, Freitas, Carneiro e Fonseca (2019) realizaram uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório a fim de obter conhecimentos junto aos agentes culturais que vêm produzindo e pondo em prática políticas e práticas desportivas e lazer na Região Metropolitana de Belém.

Além disso, a pesquisa de Alencar, Grandó e Carvalho (2019) teve como metodologia atividades que foram esquematizadas em:

1. Ações de estudo: determina as decisões epistemológicas das políticas públicas e as políticas públicas e lazer.
2. Ações de pesquisa: mapeia e registra as atividades desportivas e de lazer dos diversos grupos sociais e étnicos, onde foi aplicado no estado do Pará.

Ferreira (2019) destacou em seu estudo o embasamento teórico-metodológico no ponto de vista do materialismo histórico dialético, onde incluiu pesquisas sobre a Vila do

Apeú, bem como estudos documentais que descrevem o esquema da cidade de Castanhal. Obteve ainda um diálogo com o secretário municipal de esporte e lazer empregando-se o uso de um esquema semiestruturado.

A pesquisa de Pinheiro, Dias, Matos e Bahia (2019) foi de cunho histórico-documental considerando aspectos históricos e culturais, com fundamento no manejo, escolhas, encontros e estudo de registros, com o objetivo de buscar, através de um procedimento historiográfico, novos indícios para o que não está esclarecido, o subentendido (CERTEAU, 1982). Os meios desfrutados foram informações e álbuns registrados do governo, periódicos educativos, fotos, registros escolares e de grupos particulares, por exemplo, portarias e ofícios, assim como publicações da época.

Desta maneira, nota-se que em meio aos artigos utilizadas, destacou-se a pesquisa qualitativa e bibliográfica empregada na maior parte dos artigos.

Por meio da pesquisa realizada por Farias, Hamoy, Meguis, Bahia e Figueiredo (2017), identificou-se que a SEJEL expõe aflição em causar um olhar mais crítico sobre as experiências do lazer, acessível a uma variedade de temas. De outro modo, as finalidades da SEEL mostraram pluralidade limitada em relação aos acessos às temáticas, mencionando que as sugestões seguem para as atividades físicas e esportivas. Agora o estudo de Müller e Lima (2017) expôs que o ambiente usado para o lazer das crianças dos conjuntos pesquisados precisa de recursos que acate, adequadamente, às exigências para a prática do lazer infantil, que sua utilidade não depende da quantia de espaços atribuídos ao mesmo, e que elementos como a intuição de se sentir seguro ou não e as tipologias residenciais podem delimitar ou influenciar a utilização local e adaptar-se aos lugares de uso habitual.

Segundo a observação de Campos, Cunha e Assis (2019), é necessário que o governo invista na área do desporto e do lazer, como construções ou compras de instrumentos que permitam a prática do mesmo, realização de atividades e capacitar pessoas para trabalhar no meio social dos quilombolas, com o objetivo de variar as vivências, obedecendo e consolidando as preferências sociais e culturais, além de grupos sociais diversificados.

No estudo do Júnior, Brito, Neto e Soares (2019) representaram-se os trabalhos esquematizados e as entrevistas registradas que admitiu ser apresentado que as atividades como as lutas, músicas, artes e esportes são mais presentes em distritos afastados um do outro. Ademais pôde-se constatar, através dos fatos identificados, o empenho do governo



e projetos desenvolvidos, porém, as vezes não são concluídos por conta de alguns empecilhos, como falta de investimentos e a descontinuidade das atividades.

E de acordo com a pesquisa realizada por Mota, Freitas, Carneiro e Fonseca (2019) a experiência dos agenciadores culturais que trabalham no poder público referente ao lazer manifesta-se longe do ponto de vista do entendimento do direito social.

Enquanto que a pesquisa de Alencar, Grandó e Carvalho (2019) constatou as exigências detalhadas de cada povoado paraense, através de investigação que necessita consolidar-se por toda sociedade e povoado indígena, visto que precisa respeitar as vivências e os relatos das ligações que tiveram com o meio capitalista por intermédio, também, do lazer e do esporte, e por este motivo, as políticas públicas, no qual foi destacado na pesquisa, precisam assegurar, durante todo o desenvolvimento de formação e experiência das atividades físicas que abrange povoados tradicionais, o papel principal de suas autoridades e de diversos representantes participativos na prática dos jogos.

O estudo de Ferreira (2019) esclareceu que a Vila do Apeú preserva pouco os momentos grandiosos de desfrute do Rio Apeú como local para lazer na cidade. No momento atual, não há políticas públicas de lazer em execução, em específico no Rio Apeú. É desejada a realização de alguns programas de lazer no local, se porventura uma provável reforma do espaço ocorra.

Por último, Pinheiro, Dias, Matos e Bahia (2019) ao sugerir a verificação das atividades físicas em espaços de céu aberto designadas às crianças e os sentidos concedidos às mesmas no tempo delimitado em análise, essa pesquisa determinou conversa com o lado histórico da educação física, da educação e das crianças na vivência do povo paraense, relatando questões entre os institutos educacionais, as crianças e o local não privado, no qual ocorreu uma reforma urbana notável no fim do século XX.

Percebe-se, que nos artigos selecionados são destacadas algumas problemáticas, nas quais impedem a prática do lazer pela sociedade. Pode-se citar a falta de investimentos na elaboração e construção de espaços apropriados e seguros para o público, carência de equipamentos, ausência de profissionais nos locais, além da falta de pessoas capacitadas nos cargos públicos para por em prática e elabora projetos e políticas públicas na área do lazer.

Levando em consideração as rotinas atuais da população em geral, com trabalhos fora e dentro de casa, com a busca incansável por uma qualidade de vida melhor, o momento ócio, por muitas vezes, acaba sendo deixado de lado e não sendo uma



prioridade. Com isso, diante o exposto, é interessante destacar a importância da prática do lazer na sociedade em que vivemos. Visto que, a sua execução, além de proporcionar uma vida mais ativa, também promove a saúde física e psicológica.

## 6. REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. C. P. M.; GRANDO, B. S.; CARVALHO, P. F. Políticas públicas de esporte e lazer e povos indígenas. **Políticas Públicas, Memória e Diversidade nas práticas de Esporte e Lazer no Estado do Pará**, Belém: Paka-Tatu, p. 23-46, 2019. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/810>. Acesso em: 01 set. 2021.

CAMPOS, E. A.; CUNHA, L. M.; ASSIS, L. de J. C. Lazer em comunidade remanescente de quilombo no estado do Pará. **Políticas Públicas, Memória e Diversidade nas práticas de Esporte e Lazer no Estado do Pará**, Belém: Paka-Tatu, p. 47-61, 2019. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/810>. Acesso em: 01 set. 2021.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DE GRAZIA, S. **Tiempo, trabajo y ocio**. Madrid: Editorial Tecnos, 1966.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 328 p.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979. 249p.

FARIAS, K. S. da S.; HAMOY, J. A.; MEGUIS, T. R.B.; BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. J. de L. Políticas Públicas de Lazer na Amazônia (Belém, Pará). **LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 139-162, 2017. DOI: 10.35699/1981-3171.2017.1689. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1689>. Acesso em: 27 ago. 2021.

FERREIRA, E. M. Políticas públicas de lazer no município de Castanhal: um estudo sobre Apeú. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Licenciatura em Educação Física) – Campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2019. Disponível em: <http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/1676>. Acesso em: 2 set. 2021.

GOMES, C. L. **Significados de recreação e lazer no Brasil**: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

\_\_\_\_\_. Lazer – ocorrência histórica. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Dicionário Crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica. 2004. p. 133-141.

JUNIOR, M. do E. S. S.; BRITO, E. do S. de S. A.; NETO, A. C. B.; SOARES, M. G. Ações de esporte e lazer no município de Belém. **Políticas Públicas, Memória e**

**Diversidade nas práticas de Esporte e Lazer no Estado do Pará**, Belém: Paka-Tatu, p. 137-152, 2019. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/810>. Acesso em: 01 set. 2021.

LASWELL, H. D. (1936/1958) **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books.

LYNN, L. E. (1980) **Designig Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Mônica, Calif.: Goodyear.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. Campinas, SP: Papirus, 1987.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas: Papirus, 1983.

MARCONI, M de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCONI, M de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo, 2009.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 2005, 307f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MEAD, L. M. (1995) “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4.

MEDEIROS, E. B. **Lazer: necessidade ou novidade?** Rio de Janeiro: Sesc, 1975.

MELO, V.A.; ALVES JUNIOR, E.D. *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole, 2003.

MUNNÉ, F. **Psicossociología del tiempo libre: um enfoque crítico**. México: Trillas, 1980.

MOTA, J. F.; FREITAS, R. F.; CARNEIRO, T. R. O.; FONSECA, Z. V. D. Políticas públicas de esporte e lazer e a concepção de lazer dos gestores de Ananindeua e Marituba – PA. **Políticas Públicas, Memória e Diversidade nas práticas de Esporte e Lazer no Estado do Pará**, Belém: Paka-Tatu, p. 153-168, 2019. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/810>. Acesso em: 01 set. 2021.

MÜLLER, S. C.; LIMA, J. J. F. O espaço para crianças produzido pelo Programa Minha Casa, Minha Vida: estudo de caso na região metropolitana de Belém, PA. **Ambiente Construído**, Belém, v. 17, n. 2, p. 97-118, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-86212017000200148>. Acesso em: 25 ago. 2021.

PINHEIRO, W. da C.; DIAS, D. da C.; MATOS, L. da S.; BAHIA, M. C. A infância e as práticas corporais ao ar livre no Pará nas primeiras décadas do século XX. **Políticas Públicas, Memória e Diversidade nas práticas de Esporte e Lazer no Estado do Pará**, Belém: Paka-Tatu, p.119-136, 2019. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/810>. Acesso em: 01 set. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo. A fenomenologia. O marxismo. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod\\_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em\\_Ciencias-Sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf).> Acesso em: 23 ago. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

# ***Capítulo 2***

---

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE: Uma revisão de literatura**

**DOI:10.29327/554869.1-2**

Bruno Martins Guimarães  
Tiago Lima Oliveira

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE: Uma revisão de literatura

*Bruno Martins Guimarães*

*brunomartins059@gmail.com*

*Tiago Lima Oliveira*

*thyagolima231@gmail.com*

## RESUMO

**Introdução:** Esta pesquisa analisa as políticas públicas de atividade física e saúde e a ofertas de tais programas. **Objetivo:** Fazer uma reflexão sobre os efeitos que a atividade física pode proporcionar para uma melhor qualidade de vida e verificar os debates existentes em estudos sobre políticas de atividade física e saúde. **Materiais e Métodos:** Esta pesquisa apresenta-se como qualitativa, valer-se de informações adquiridas de pesquisa bibliográfica. Foi utilizado como descritores: políticas públicas, saúde e atividade física. A busca resultou num total de 61 artigos em periódicos. Somente 15 artigos foram selecionados para examinar quais se incluíam sobre o debate de programas de políticas públicas de atividade física e saúde. **Resultados:** os resultados obtidos nos estudos analisados revelam a relevância da práxis de exercícios físicos para uma melhor qualidade de vida considerável no e bem-estar. Porém, essas políticas públicas precisam de maior visibilidade para a população, que muitas vezes desconhece. **Conclusão:** Segundo os estudos analisados, a prática de atividades físicas estimula uma melhor qualidade de vida, diminuindo o risco de doenças psicológicas, crônicas e físicas. É importante considerar que o atual o cenário político denota um retrocesso, levando à ruptura de várias políticas públicas que afetam diretamente na saúde da população. Destaca-se que a pesquisa expõe sobre a necessidade de assistência em políticas públicas que resultem na promoção, prevenção e manutenção da saúde e qualidade. **Palavras-Chave:** Políticas Públicas. Atividade física. Saúde.

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo tem linha de pesquisa, as Políticas Públicas de Atividade Física e Saúde. A atividade física e saúde tem sido objeto de pesquisa em muitos estudos na última década. O objetivo desta pesquisa é realizar análise das discussões de publicações científicas existentes referente a políticas públicas de atividade física e saúde do ano de 2017 a 2021. Empregou-se como artifício metodológico revisão de literatura, efetuada com base na revisão narrativa de instrumentos exibidos na bibliografia. uma vez que essa metodologia permite fazer análise de estudos já publicados

As políticas públicas surgiram na década de 1950 nos Estados Unidos. (BRASIL & CAPELLA, 2016). Serafim *et al.* (2012, p. 74) Ressaltam que, apesar de sua simplicidade, a política pública costuma ser entendida como “um ato ou conjunto de ações

pelas quais o Estado intervém na prática, geralmente com o objetivo de agredir uma entidade”.

De acordo com Souza (2006) em seu estudo, sobre os principais autores do tema:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p. 24).

As políticas públicas orientam a atuação governamental, bem como as diretrizes, procedimentos e normas norteadores que definem a relação entre o Estado e os atores sociais, na qual se configuram os recursos públicos e os interesses sociais como programas, finanças e direito (TORRENS, 2013).

A atuação efetivada pelo governo para disponibilizar serviços de saúde à população, são garantidas pela Constituição Federal de 1988, conforme alterada pelo art. 6º, como um dos direitos sociais dos brasileiros, como também, no art. 196 da Lei Magna, a saúde é reconhecida como direito de todos:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

No Brasil, as políticas públicas nos últimos anos, estimula a aplicação de atividade física, melhorando a qualidade de vida, uma vez, que acaba reduzindo riscos à saúde, principalmente na atenção primária à saúde, por ser estratégico para prevenção e promoção de saúde. (Brasil, 2012; Gomes et al., 2014; Becker et al., 2016).

O exercício físico pode melhorar a aptidão física e a função cognitiva das pessoas. Também o exercício físico regular irá produzir mudanças positivas, desencadear a angiogênese e aumentar o fluxo sanguíneo Cérebro, sinapse e neurogênese

(GLIGOROSKA; MANCHEVSKA, 2012). A atividade física regular (AF) está associada a uma redução no risco de doenças não transmissíveis na população em geral, incluindo uma redução no risco de doenças cardíacas, certos tipos de câncer e sintomas depressivos. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018).

Segundo pesquisa de GUTHOLD et al. (2018) feita com mais de 1,5 milhão de pessoas, indica que o Brasil está entre os 5 países com alta taxa de inatividade física no mundo. Nos últimos anos, as ações políticas têm sido voltadas para a promoção da saúde como foco principal, e um dos principais projetos que auxilia a população a cumprir e incrementar o processo de prática de atividade física (Brasil, 2006).

Um dos objetivos das políticas é fornecer estrutura a atividade física, projetada para auxiliar na conformidade e manutenção da prática para a população (Brasil, 2010). No Brasil, ainda são poucas as políticas públicas que oferecem programas de atividades físicas e práticas corporais, o que restringe os profissionais da área e, é acessível principalmente a pessoas com alto poder aquisitivo. (FERREIRA *et al.*, 2019).

De acordo com o Ministério da Saúde:

As políticas públicas de saúde têm o objetivo de assegurar atenção a toda população, por meio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, garantindo integralidade da atenção, indo ao encontro das diferentes realidades e necessidades de saúde da população e dos indivíduos (BRASIL, 2010).

A discussão sobre o conceito de promoção da saúde recebeu as primeiras evidências em 1920, a partir da ideia de prestar atenção e qualidade à saúde da população, com destaque para a higiene e não disseminação de doenças para a sociedade. (BUSS; CARVALHO, 2009). O SUS foi criado para atender às necessidades médicas e de saúde do Brasil, com o objetivo de uma participação integral, justa, descentralizada e comunitária. (SANT'HELENA, 2013).

Com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), diferentes políticas públicas da área de saúde passaram a assimilar as práticas corporais/atividades físicas (PC/AF) componente fundamental no saber-fazer na área da saúde demonstrando o eixo profissional da educação física (EF). Apesar que os demais eixos profissionais trabalhem juntamente com o tema de acordo com o glossário de Promoção da Saúde. (Brasil, 2012). Amenizar o sedentarismo e fomentar padrões de vida mais saudáveis junto a atenção básica de saúde e seus profissionais deixa claro um excelente impacto no progresso dos

índices de saúde populacional e no alto custos da administração. (SIQUEIRA, 2008, p. 40).

A atividade física é de suma importância, pois reduz o risco de doenças como obesidade, asma, anorexia, hipertensão, diabetes e bulimia. Ajuda a controlar o uso excessivo de aparelhos eletrônicos, além de proporcionar momentos de lazer, felicidade e qualidade de vida. (ADEMAR SOUSA DE ARAGÃO; VINICIUS; MAKOTO, 2020).

## 2. MÉTODOS E MATERIAIS

Pesquisa de cunho bibliográfico. De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é formada por estudos já publicados. Adota métodos qualitativos e tem o plano de pesquisa exploratória descritiva. A pesquisa científica é revisada em um banco de dados pré-estabelecido (MARCONI & LAKATOS, 2005). A pesquisa foi realizada na base de dado da *Scientific Electronic Library On-line* (SciELO). A definição da busca na base de dados SciElo se deu pelo portal indexa produções de periódicos de saúde pública e ciências sociais, com alto rigor científico e disponíveis abertamente em meios eletrônicos.

Utilizaram-se os descritores: “políticas públicas” (*public policy*) AND “atividade física” (*physical activity*). Posteriormente, foi utilizado os descritores “políticas públicas (*public policy*) AND saúde” (*health*). Cada fase da busca gerou, respectivamente, 15 e 46 resultados. Do universo de 61 trabalhos foram considerados estudos publicados de 2017 a 2021. Dessa forma, foram excluídos dissertações, teses, capítulos de livro e artigos que não se relacionavam com a pesquisa.

Após esta averiguação, analisou-se os resumos dos trabalhos para verificar qual se adequava a políticas públicas de atividade física e saúde. Onde acabou selecionando 15 artigos e extraindo informações deles lendo seus resumos.

## 3. ANÁLISE DE DADOS

Por fim, passamos para a análise do conteúdo, que segundo Triviños (2009) organiza-se da seguinte forma: pré-análise, descrição analítica dos dados e interpretação referencial. Sendo assim, as categorias definidas foram: autor, ano, título da pesquisa, objetivo da pesquisa, metodologia e conclusão.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO



As respostas obtidas por meio da pesquisa de revisão bibliográfica sistemática no que diz respeito de políticas públicas de atividade física e saúde, estão expostas no Quadro 1. Todas as publicações selecionadas condizem com a temática, tendo a finalidade de satisfazer as dúvidas geradas acerca do determinado tema abordado.

Quadro 1 - Resumo dos estudos de políticas públicas de atividade física e saúde

ANO	AUTOR	TÍTULO DA PESQUISA	OBJETIVO	METODOLOGIA	CONCLUSÃO
2017	Carmo e Guizardi	Desafios Da Intersetorialidad e Nas Políticas Públicas De Saúde E Assistência Social: Uma Revisão Do Estado Da Arte	Identificar e discutir os desafios para a intersectorialidade entre as políticas públicas de Saúde e Assistência Social que se evidenciaram no Brasil após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004.	Abordagem qualitativa realizada por meio de revisão bibliográfica, a fim de investigar quais dimensões vêm sendo privilegiadas no debate da interação das políticas públicas de Seguridade Social.	Ainda que possa responder às demandas sociais multifacetadas, evitando prejuízos da fragmentação setorial, a intersectorialidade não é solução para todo problema de gestão pública. Já sua relação com a participação popular pode conferir maior equidade nas ofertas das políticas analisadas.
2020	Crochemore-Silva, Inácio, et al.	Promoção De Atividade Física E As Políticas Públicas No Combate Às Desigualdades: Reflexões A Partir Da Lei Dos Cuidados Inversos E Hipótese Da Equidade Inversa	Apresenta uma reflexão com base em algumas formas vigentes de promoção de atividade física, propondo visibilidade a atividades de lazer e suas desigualdades. O cenário atual de (aumento das) desigualdades e a importância do seu enfrentamento, destacando a pertinência das políticas públicas.	não se prolongar nas searas teórico-metodológicas, mas as divergências se encontram em acúmulo conceitual culturalista e biologistas, pouco diálogo e reconhecimento entre os pares acadêmicos e uma fragmentação da construção do saber e apoio às políticas públicas	O contexto demanda a defesa e a ampliação das políticas e iniciativas públicas de promoção das práticas corporais e atividade física. O setor privado apresentará sempre suas demandas prioritárias, que favorecer o aumento das desigualdades. Cabe exclusivamente às políticas públicas evitar ou amenizar tal ocorrência.
2021	Fittipaldi, Ana Lúcia de Magalhães, et al.	Educação Em Saúde Na Atenção Primária: As Abordagens E Estratégias	Este estudo objetiva analisar as estratégias de educação em saúde descritas na	Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa realizado por meio de análise	Verificou-se a presença dos diversos enfoques nas políticas analisadas como estratégias

		Contempladas Nas Políticas Públicas De Saúde	formulação das políticas públicas	documental de políticas públicas de saúde. Adotou-se a concepção de documento como prática discursiva.	educativas interativas e complementares, assim como a identificação de diretrizes para o fortalecimento da autonomia e da participação popular. Mesmo com limitações, as políticas dialogam entre para o trabalho cotidiano.
2019	Carmo, Michelly Eustáquia do, e Francini Lube Guizardi	O Conceito De Vulnerabilidade E Seus Sentidos Para As Políticas Públicas De Saúde E Assistência Social	Problematizar as implicações da concepção de vulnerabilidade nas práticas públicas que visam à produção de cidadania, para compreender os tensionamentos e polarizações que pressionam a materialidade.	Revisão da literatura como método. Optamos por realizar consulta na biblioteca virtual de periódicos eletrônicos.	O termo vulnerabilidade amplia a compreensão dos múltiplos fatores que fragilizam os sujeitos no exercício. As ações profissionais no âmbito das políticas de saúde e assistência social e o imaginário social são forjados pela incorporação de conceitos reforçar vulnerabilidades.
2020	Torres, Kellem Raquel Brandão de Oliveita, et al.	Evolução Das Políticas Públicas Para A Saúde Do Idoso No Contexto Do Sistema Único De Saúde	O artigo apresenta uma reflexão acerca da trajetória do desenvolvimento da política pública de saúde voltada para o idoso, desde a implantação do SUS.	Estudo descritivo, tipo análise reflexiva e crítica da trajetória das políticas públicas para o idoso no Brasil, utilizamos artigos e documentos oficiais.	As ações necessárias para dar consequência às diretrizes da PNSPI requerem o compartilhamento de responsabilidades com outros setores. Nesse sentido, os gestores do SUS devem estabelecer processos de articulação em suas respectivas áreas de abrangência, visando a parcerias e integração institucional.

2021	Carneiro, Fernando Henrique Silva e Marcelo de Paula Melo	Políticas Públicas De Educação Física, Esporte, Saúde E Lazer: Os Grupos De Pesquisa E A Produção Do Conhecimento	Realização de um dossiê com trabalhos sobre a temática “Grupos de Políticas Públicas de Educação Física, Esporte, Saúde e Lazer”.	Revisão bibliográfica de caráter qualitativo. realizado contato com os editores da Revista Motrivivência para que acolhessem a publicação da referida sessão temática em meados de 2020.	A população brasileira continuar lutando por um outro projeto societário em que todos e todas possam estar vivos/as para acessar como direito social os diferentes bens sociais, dentre eles a Educação Física, o Esporte e o Lazer.
2017	Layane Castiglioni Tasca; Thaís Godoi Souza	Políticas Públicas De Promoção Da Saúde No Brasil: Análise Dos Programas Academia Da Saúde E Vida Saudável	O objetivo da presente investigação foi analisar os programas de promoção da saúde, em especial os programas Academia da Saúde e Vida Saudável, a fim de identificar a oferta de políticas públicas nessa área, sua organização e público-alvo atendido.	Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, partindo da coleta em documentos normativos, resoluções, portarias e documentos orientadores da Política.	Os resultados indicam que os programas de promoção da saúde no Brasil são viáveis para a melhora do estado de saúde dos sujeitos sociais, contudo é necessário maior fiscalização dos meios públicos, quanto à organização, financiamento e a inserção de profissionais vinculados ao trabalho de cada programa ofertado
2018	Fernandes Pinheiro Nantes, Rosângela, et al.	Os Matizes Do Cuidado Nas Políticas Públicas De Saúde Brasileira	Abordar o tema do cuidado no âmbito das políticas públicas envolve compreender que a reflexão sobre os processos de institucionalização e regulação de uma prática de cuidado.	Estudo bibliográfico com caráter exploratório-descritivo de abordagem qualitativa.	Estudo buscou desenvolver uma reflexão sobre as categorias e expressões do cuidado presentes na política pública de saúde brasileira. Porém, um descompasso entre princípios inspiradores da política, bem como uma assimetria entre as práticas de cuidado, ocorrendo um desgaste.
2020	Polo, Maria Clara Elias, et al.	Antecedentes Motivacionais Da Atividade Física Na Atenção Básica	Este estudo objetivou analisar a percepção sobre os antecedentes afetivos para a	Trata-se de um estudo transversal de natureza qualitativa com a utilização de Grupo	O comportamento dos participantes para a iniciação ao programa é regulado por diferentes

		De Saúde: Um Estudo Qualitativo	atividade física (AF) relacionados às necessidades psicológicas básicas (NPB).	Focal. Participaram da pesquisa 41 adultos.	contingentes externos específicos. Conclui-se que essa população, não percebe sentimentos ligados ao prazer pela prática de AF per se, diminuindo as chances de manutenção do comportamento para a prática de AF.
2021	Moraes, Sheylane de Queiroz, et al.	Estratégias De Aconselhamento Para Atividade Física Utilizadas Pelo Núcleo Ampliado De Saúde Da Família Em Florianópolis	O objetivo deste estudo foi estimar a prevalência das estratégias de aconselhamento para atividade física utilizadas pelos profissionais do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) de Florianópolis de acordo com o modelo 5As.	Foi realizado inquérito com profissionais do NASF-AB. A coleta ocorreu nas reuniões de planejamento dos Centros de Saúde. Participaram 72 profissionais, sendo 40 servidores e 32 residentes.	Conclui-se que os profissionais NASF-AB realizam aconselhamento para atividade física e utilizam algumas estratégias conforme o modelo 5As, embora não sejam usadas de modo sistematizado. Portanto, recomenda-se o investimento em Educação Permanente no uso de ferramentas para avaliação.
2019	Gomes, Grace Angelica de Oliveira, et al.	Barreiras Para Prática De Atividade Física Entre Mulheres Atendidas Na Atenção Básica De Saúde	O objetivo do estudo foi comparar as barreiras para atividade física (AF) entre mulheres participantes e não participantes de um programa de exercícios físicos (EF) da Atenção Básica de Saúde (AB).	Estudo transversal realizado em áreas de abrangência em unidades de saúde da AB que ofereciam programa de EF. Foram selecionadas 222 mulheres participantes e não participantes dos programas	As barreiras mais reportadas pelo grupo de mulheres não participantes foram: falta de companhia (40,9%), falta de energia (38,7%), sentir-se muito cansada ou desmotivada (38,2%). Os grupos de não participantes e de idosos apresentaram maior proporção de barreiras para AF.

2019	Felipe, Juliana, et al.	Atividade Física E Ambiente: A Influência Dos Parques Verdes Urbanos Na Saúde	O objetivo do presente artigo consiste em analisar a influência dos parques verdes urbanos na prática de atividades físicas, focando-se na qualidade ambiental urbana e na saúde dos praticantes de atividades físicas em áreas abertas.	O estudo tem uma abordagem multidisciplinar. O projeto de estudo baseou-se em pesquisa qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica. A seleção da amostra foi baseada em Miot (2011), contando com 36 indivíduos com idade entre 18 e 40 anos que praticam regularmente atividades físicas.	O estudo mostrou que os participantes tornaram-se mais ativos, sendo estimulados e motivados pelo ambiente com grande presença de vegetação, a boa infraestrutura do local e a adaptabilidade fisiológica do organismo, as orientações feitas durante a pesquisa
2019	Oliveira, Daniel Vicentini de et al.	O Nível De Atividade Física Como Um Fator Interveniente No Estado Cognitivo De Idosos Da Atenção Básica À Saúde	Este estudo propôs a avaliar o nível de atividade física e o estado cognitivo de idosos usuários das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Maringá, Paraná.	Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, de corte observacional e transversal, realizado com 654 idosos, de ambos os sexos. Foi utilizado um questionário sociodemográfico, o Mini, exame do estado mental e o International Activity Questionnaire (IPAQ), versão curta.	Mostra que idosos fisicamente ativos possuem uma maior chance de manter suas funções cognitivas durante o processo de envelhecimento. Com isso, concluímos que níveis adequados de atividade física (~150 min/semana) podem estar relacionados a melhores escores de funções cognitivas de sujeitos idosos.
2019	Costa, Taiguara Bertelli, e Anita Liberalesso Neri	Fatores Associados Às Atividades Física E Social Em Amostra De Idosos Brasileiros: Dados Do Estudo FIBRA	Este trabalho investigou os fatores associados à atividade física em quatro diferentes domínios e o desempenho de atividades sociais em 2.344 idosos (72,3 ± 5,5 anos; 65,6% mulheres) sem déficit cognitivo, residentes na comunidade de seis localidades brasileiras.	Uma versão adaptada do Minnesota Leisure Time Activity Questionnaire foi utilizada para avaliar a atividade física em quatro diferentes domínios. Um inventário de atividade social foi desenvolvido para a pesquisa. Idade, gênero e renda familiar foram avaliados.	Possibilitar o engajamento dos idosos com mais idade é o grande desafio de políticas públicas de fomento ao envelhecimento ativo. Todas as variáveis sociodemográficas demonstraram afetar o perfil de engajamento em atividade da amostra. Ter maior renda familiar comprovou

					associação a nível elevado de atividade física no lazer, no trabalho e no deslocamento.
2019	Frizzo, Giovanni e Maristela Da Silva Souza.	Educação Física Nas Diretrizes Da Unesco: O Paradigma Da Aptidão Física E Da Saúde Na Formação Do Capital Humano	Objetiva analisar o paradigma da aptidão física e da promoção da saúde como perspectiva da Educação Física, a partir das diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que regulam a EF em âmbito internacional.	Análise documental como procedimento metodológico e de categorias científicas e filosóficas da Economia Política.	Elementos permitem indicar que a perspectiva da EF e a do esporte como promotores de saúde e disciplinamento são fatores significativos para a formação do capital humano. Portanto, mais importante do que realizar atividades físicas é aprofundar os conhecimentos das práticas corporais.

Fonte: Autor

Carmo e Guizardi (2017) em seu estudo revela e contesta os desafios com relação a intersectorialidade junto de as políticas públicas de Saúde e Apoio Social que se surgiram no Brasil a partir da homologação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004. Já os autores Crochemore-Silva et al. (2020) Propõe uma reflexão a partir de algumas formas atuais de promoção da atividade esportiva e a visibilidade do lazer e sua desigualdade. A situação atual de (crescente) desigualdade e a importância de lidar com ela é proposta e discutida com base em duas teorias, destacando a relevância das políticas públicas: hipótese de justiça reversa e lei de cuidado reverso.

Fittipaldi; O'dwyer e Henriques (2021) avalia os recursos de educação em saúde descrita na produção das políticas públicas, tendo como referencial teórico as abordagens de educação em saúde: prevenção; escolha inteligente; desenvolvimento pessoal; base; e educação geral em saúde, três categorias foram identificadas para análise: abordagem preventiva e individualizada; abordagens radicais e macrodeterminantes da saúde; e estratégias para promover autonomia e participação comunitária.

Car e Guizardi (2018) Discute o significado do conceito de vulnerabilidade na prática pública voltada para a geração de cidadania, a fim de compreender a tensão e a polarização que pressionam a importância do modelo de Estado proposto na Constituição Federal de 1988 e o impacto desses efeitos no conceito de população usuária de serviços de saúde e assistência social. Sendo assim, (TORRES et al., 2020) em seu estudo expõe

argumento em relação a trajetória da promoção da política pública de saúde voltada para o idoso, a partir da fundação do SUS até os tempos atuais. O Brasil possui políticas gerais e específicas de saúde da pessoa idosa, que estabelecem compromissos sociais e definem diretrizes, indicadores e metas.

Carneiro e Melo (2021) em sua pesquisa produziu um portfólio com trabalhos acerca do tema “Grupos de Políticas Públicas de Educação Física, Esporte, Saúde e Lazer”. Logo, Fernandes Pinheiro Nantes, Rosângela; Castro, Gilliano Jm; Gonçalves Ferreira Zaleski, Elizabeth (2018) apresenta em sua obra que o contexto das políticas públicas envolve compreender o repensar do processo de institucionalização e supervisão da prática coletiva, expressa na forma de política pública de saúde, que não atinge apenas o nível do sistema político, mas também trata as pessoas em uma forma constante ao longo do ciclo de vida. O cotidiano tem um impacto direto e expressivo. Não apenas as instituições e procedimentos de cuidado, mas o ambiente que a fornece é uma série de significados, conexões e possibilidades do mundo da vida.

Polo et al. (2020) investigar a concepção acerca de os antecedentes afetivos com relação à atividade física (AF) tocantes às dificuldades psicológicas básicas (NPB) e analisar as coordenações motivacionais adequado a prática de AF na fala dos integrantes iniciantes de um plano de atividade físico na atenção básica de saúde. Por outro lado, (MORAES; LOCH; RECH. (2021) tiveram como objetivo avaliar a prevalência de estratégias de aconselhamento de atividade física empregue pelos responsáveis do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) de Florianópolis de pacto através do modelo 5As.

Felipe et al. (2019) objetivou-se analisar o impacto dos parques verdes urbanos na prática de atividades esportivas, com foco na qualidade do ambiente urbano e no estado de saúde dos praticantes de esportes em áreas abertas. Ademais Gomes et al. (2019) em seu estudo compara as barreiras de atividade física (AF) através de mulheres membros e não integrantes de um projeto de exercícios físicos (EF) da Atenção Básica de Saúde (AB).

Adiante, Oliveira et al. (2019) analisar o grau de atividade física e o estado intelectual de anciões utilizadores das Unidades Básicas de saúde (UBS) do Residentes de Maringá, Paraná. Já para, Costa e Neri (2019) analisam fatores relacionados à atividade física em quatro áreas distintas e ao desempenho social de 2.344 idosos ( $72,3 \pm 5,5$  anos; 65,6% mulheres) residentes em seis comunidades locais no Brasil sem déficit cognitivo.



Frizzo e Souza (2019) em sua obra investigam o paradigma da capacidade física e da acessão da saúde enquanto panorama da Educação Física (EF), a partir do regulamento da Organização das Nações Unidas apropriado a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que regulam a EF em setor internacional.

Desse modo, os objetivos diferentes ideias dos autores, acerca de políticas públicas de atividade física e saúde, nota-se que precisa de mais projetos para tal, e pessoas privilegiadas dispõe de maior facilidade para a prática de atividades físicas em comparação com as demais pessoas que não possuem privilégios, porém, esses obstáculos não os deixam de fora das políticas públicas.

Para isso Carmo e Guizardi (2017) apropriaram-se do método qualitativo. A pesquisa é realizada por meio de uma revisão bibliográfica, e tem base na descrição analítica de projetos acadêmico-científicos, a propósito de avaliar quais características vêm sendo privilegiadas na questão do diálogo das políticas públicas. Na sequência, Crochemore-Silva et al. (2020) não se estendeu a métodos teóricos, mas encontrou no acúmulo de culturalismo e conceitos biológicos, pouco diálogo e reconhecimento entre os colegas acadêmicos e fragmentação da construção do conhecimento e do apoio a políticas públicas no campo da atividade esportiva.

Fittipaldi, O'dwyer e Henriques (2021) observa-se um estudo de método qualitativo com base na análise da literatura sobre políticas públicas de saúde. O conceito de documentação é aceito como uma prática discursiva que cria sentido e estabelece processos.

Car e Guizardi (2018) utilizou uma revisão da literatura como método. Optando-se por consultar equipes de ensino superior para melhorar a coordenação da biblioteca virtual de periódicos eletrônicos. (TORRES et al., 2020) preferiu pesquisa descritiva, tipo investigação reflexiva e análise do andamento das políticas públicas em prol da pessoa de terceira idade no Brasil, usufruindo de artigos e registros oficiais capaz de apresentar a expansão das políticas e as informações oferecidos em relacionamento as normas foram obtidas no site DATASUS.

Carneiro e Melo (2021) executou levantamento pela Revista Motrivivência das produções da referida sessão temática de 2020. Este periódico foi escolhido por ser um dos principais periódicos da área das ciências do esporte / exercício e por estar transformando-o na perspectiva de compreender a realidade, elemento que pode ser constatado nos editoriais publicados nos últimos anos. Ademais, Fernandes Pinheiro



Nantes, Rosângela; Castro, Gilliano Jm; Gonçalves Ferreira Zaleski, Elizabeth (2018) tiveram como método pesquisa de cunho bibliográfico, com métodos qualitativos exploratório-descritivos, tenta assimilar, refletir as diversas matizes e sentidos do cuidado e como essa classe surge nos registros das políticas públicas de saúde.

Polo et al. (2020) adotou-se por um estudo transversal qualitativo. Mais de 40 adultos participaram deste estudo. Os resultados mostraram que as percepções dos participantes indicaram frustração com a autonomia e capacidade do NPB. Também Gomes et al. (2019) Foi realizado um estudo transversal nas áreas de abrangência das unidades médicas da AB que oferecem o programa de PE. Foram selecionadas 222 mulheres, participantes e não participantes do programa.

Moraes; Loch; Rech (2021) em sua pesquisa, mais de 72 profissionais participaram do seu estudo, produzindo uma investigação com os agentes do NASFF-AB. Além disso, ocorreu coleta de dados em encontros de planejamento dos Centros de Saúde. Já Felipe et al. (2019) O projeto de pesquisa baseia-se em pesquisa qualitativa recorrendo a pesquisa bibliográfica e documental, bem como pesquisa de campo, cujos métodos incluem a observação crítica direta.

Oliveira et al. (2019) tiveram como foco um estudo epidemiológico descritivo, observacional e transversal com 654 idosos, homens e mulheres, usuárias de UBS. Foram utilizadas versões curtas do questionário sociodemográfico, mini verificação do estado mental e Questionário de Atividade Internacional (IPAQ). Os autores Costa e Neri (2019) aplicaram uma versão ajustada do Minnesota Leisure Time Activity Questionnaire, foi usada para aferição da atividade física em quatro áreas diferentes. Uma lista de atividades sociais foi desenvolvida para a examinar, idade, sexo e renda familiar por meio de autorrelatos.

Adiante, Frizzo e Souza (2019) fez uso de investigação documental como metodologia e de padrões científicas e filosóficas de política. Elaborou uma apuração da correlação entre as políticas públicas e a reestruturação proveniente da deterioração da crise econômica e social que passamos por período histórico.

Nota-se que, as metodologias utilizadas nas pesquisas analisadas, destaca-se de cunho qualitativa e variação de métodos transversais e coleta de dados e revisão de literatura, sendo primordial para obtenção de resultados.

O estudo realizado por Carmo e Guizardi (2017) esclarecer a presença parcial dos administradores públicos e o exercício limitado das políticas públicas de atividade física.

As políticas públicas de Incentivo da Saúde relacionada a atividade física no município de Cruz Alta - RS, exibem-se incipientes, especialmente associado a projetos e atividades voltados ao objetivo de fomento da saúde e qualidade de vida da população idosa. Em outro contexto, Crochemore-Silva, Inacio, et al. (2020) debate a manutenção e a expansão dos projetos públicos de incentivo das práticas corporais e atividade física. A esfera privada apresenta constantemente suas demandas prioritárias vinculadas ao negócio que colabora com o crescimento das desigualdades. Voltando a Hipótese da Equidade Inversa e sua aptidão de crescimento das desigualdades, pertence praticamente que unicamente às políticas públicas conter ou acalmar tal fato.

Segundo Fittipaldi; O'dwyer e Henriques (2021) A existência de diferentes métodos nas políticas analisadas como estratégias educacionais interativas e complementares, bem como determinou diretrizes para o fortalecimento da autonomia e da participação pública. Mesmo com restrições, as políticas públicas se comunicam e fornecem ferramentas para o trabalho diário. Os atuais retrocessos políticos indicam a necessidade de rever as estratégias de educação e seu impacto na saúde.

Percebe-se na pesquisa Car e Guizardi (2018) que o termo vulnerabilidade eleva a concepção dos diversos fatores que fragilizam os sujeitos na execução de sua cidadania. As condutas profissionais no campo das políticas de saúde e assistência social e o irreal social são adulterados pela inclusão de conceitos que podem tanto reduzir quanto reforçar vulnerabilidades. Entretanto, (TORRES et al., 2020) argumenta que as mudanças ocorridas na política de cuidado da pessoa idosa ao longo do processo de implementação tem proporcionado a este grupo maiores aportes de direitos, embora sua implementação tenha sido lenta e gradativa. Dessa forma, ações necessárias à implementação das diretrizes do PNSPI (Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa) precisam ser compartilhadas com as demais áreas. Gestores do SUS devem estabelecer um processo de conexão permanente dentro de suas respectivas áreas de abrangência, visando o estabelecimento de parcerias e integração institucional, para consolidar compromissos multilaterais efetivos.

Estudo de Carneiro e Melo (2021) cita que as universidades públicas destacam-se por ser um local privilegiado para a formação de pesquisadores e produção de conhecimento sobre políticas públicas de esporte, saúde e lazer. Portanto, é preciso continuar defendendo a ciência e a universidade pública, principalmente no contexto atual em que as marcas do atual governo são a negação científica e o obscurantismo. Essa

defesa permitirá enfrentar os processos neofascismo e genocídio que tem destruído a população brasileira, e permite continuar lutando por outros projetos sociais em que todos possam obter direitos sociais, incluindo esporte, lazer, saúde e educação

Percebe-se na pesquisa de Fernandes Pinheiro Nantes, Rosângela; Castro, Gillianno Jm; Gonçalves Ferreira Zaleski, Elizabeth. (2018) uma discordância entre princípios inspiradores do governo, bem como, uma assimetria dentro de as práticas de zelo, havendo uma degradação não só do modelo de saúde, mas dos operadores do cuidado, bem como, do grupo populacional atendido, fazendo-se necessário rever o cuidado ligado no setor de um modelo de apoio que seja dignamente aceitável e viável a todos.

Enquanto Polo et al. (2020) expõe que o comportamento dos participantes nas políticas públicas é regulado por diversos fatores externos específicos, e é caracterizado pela repreensão e pelo medo ao aderir ao plano. Nota-se que não identifica-se sentimentos relacionados ao prazer na prática de atividade física, reduzindo assim a chance de manutenção do comportamento de prática de atividade física. Porém, (MORAES; LOCH; RECH. (2021) concluir que os profissionais do NASF-AB orientam e utilizam algumas estratégias de prática esportiva baseadas no modelo 5As, embora não sejam utilizadas de forma sistemática. Recomenda-se investir na educação continuada na utilização de ferramentas de avaliação e no aprimoramento das estratégias de monitoramento da eficácia para aprimorar as práticas de consultoria.

De acordo com a investigação de Felipe et al. (2019), indica que os integrantes da investigação se tornaram mais ativos, hipoteticamente, sendo estimulados e entusiasmados pelo meio ambiente com grande presença de vegetação, a hábil infraestrutura do lugar e as instruções realizadas no decorrer da pesquisa. A pesquisa explanou que conforme maior a repetição e a intensidade da atividade física perante áreas abertas, maior será a adaptabilidade fisiológica do organismo. Grau de evidência II; estudo precursor. Em outro estudo, Gomes et al. (2019) esclarece que os obstáculos mais comuns relatados pelas mulheres não membros são: falta de companhia (40,9%), falta de energia (38,7%), sentir-se muito cansada ou desmotivada (38,2%). Os não participantes e os idosos exibem maior percentual de barreiras à atividade física.

Na análise feita por Oliveira et al. (2019) as Informações relacionadas, fornecidas por profissionais que atuam no trabalho de prescrição de exercícios físicos, mostram que pessoas idosas que praticam exercícios físicos têm maior probabilidade de manter sua

função cognitiva durante o envelhecimento. Argumenta-se que 150 minutos / semana) pode estar relacionado a melhores escores das funções cognitivas em idosos. Entretanto, Costa e Neri (2019) argumentam que envolver os idosos é um grande desafio para as políticas públicas que promovem o envelhecimento ativo. Todas as variáveis sociodemográficas mostram o perfil de participação nas atividades que afetam a amostra. A maior renda familiar mostra-se relacionada às atividades esportivas de alto nível no lazer, trabalho e deslocamento, resultado este corroborado pela literatura.

Frizzo e Souza (2019) indica em sua pesquisa que olhar o esporte e a aptidão física como patronos da saúde e da disciplina são fatores importantes na formação do capital humano, portanto, o exercício é importante para aprofundar o conhecimento da prática física, o nível de compreensão das coisas e os fenômenos libertadores.

Dessa forma, a análise feita nos resultados apresenta que existem políticas de atividade e física e saúde, mesmo sendo limitada. Porém, segundo os autores citados na pesquisa, essas políticas públicas precisam de maior visibilidade para a população, que muitas vezes desconhece, e as universidades são excelentes geradoras de projetos para a população.

## 5. CONCLUSÃO

O trabalho visou saber sobre as políticas públicas de atividade física e saúde. Perante esse propósito identificou-se de maneira geral que as políticas públicas voltadas a promoção de saúde e qualidade de vida são incipientes. Apesar de apresentarem diversas limitações, as políticas públicas tem a habilidade de dialogar entre si, possibilitando aos profissionais instrumentos no enfrentamento das dificuldades

Segundo os estudos analisados, a prática de atividades físicas estimula uma melhor qualidade de vida, diminuindo o risco de doenças psicológicas, crônicas e físicas. Percebe-se, nos quinze artigos, que as políticas públicas de atividade física e saúde tem efeito positivo na melhora da qualidade de vida da população. Atividade física acaba tornando-se o ser humano melhor, já que, além de se sentir bem, a atividade física é levada como forma de lazer e bem-estar. Destaca-se que o baixo nível de renda é uma barreira ao desenvolvimento de atividade física. Também verificou-se dificuldade das políticas públicas em enganchar pessoas idosas nas atividades físicas.

No entanto, é importante ponderar que o cenário político atual denota um retrocesso, levando à ruptura de várias políticas públicas que afetam diretamente na saúde da população. Aponta-se, que a população pratica exercício físico regularmente, mesmo

que abaixo do que é indicado pela UNESCO. Faz-se necessário mais políticas de incentivo a prática de atividade física para uma melhora de saúde e qualidade de vida das pessoas.

## 6. REFERÊNCIAS

Becker L, Gonçalves P, Reis R. **Programas de promoção da atividade física no Sistema Único de Saúde brasileiro: revisão sistemática**. Rev Bras Ativ Fís. Saúde 2016;21(2):110---22.

BIRKLAND, T.A. Na introduction to the policy process: theories, concepts and models of public policy making. 2 nd. Ed. New York: M. E. Sharpe, 2005. 297 p.

BRASIL, F. G.; & CAPELLA, A. C. N. **Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas**. Revista Política Hoje, 25(1), 71-90, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Glossário temático: promoção da saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. **Ministério da Saúde: Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde – PNPS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

BUSS, P. M.; CARVALHO, A. I. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). Revista Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2305-16, 2009.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. Desafios da intersectorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1265-1286, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/wcqNQOKzjKH7jM4hyRDCYVc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 11 ago. 2021.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 12 ago. 2021.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; DE PAULA MELO, Marcelo. Políticas públicas de Educação Física, esporte, saúde e lazer: os grupos de pesquisa e a produção do conhecimento. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, p. 1-6, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/81432> . Acesso em: 14 ago. 2021.

COSTA, Taiguara Bertelli; NERI, Anita Liberalesso. Fatores associados às atividades física e social em amostra de idosos brasileiros: dados do Estudo FIBRA. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/nrBhgDsTcQsZcSxh6rM6sjM/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 25 ago. 2021.

CROCHEMORE-SILVA, Inácio et al. Promoção de atividade física e as políticas públicas no combate às desigualdades: reflexões a partir da Lei dos Cuidados Inversos e Hipótese da Equidade Inversa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00155119, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n6/e00155119/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

DE ARAGÃO, Ademar Sousa; PINTO, Marcos Vinicius Mota; SOUZA, Victor Makoto Assunção. EFEITOS QUE A ATIVIDADE FÍSICA PODE PROPORCIONAR PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA: revisão bibliográfica. **Revista Portuguesa de Ciências e Saúde**, v. 1, n. 02, p. 01-09, 2020.

FELIPE, Juliana et al. Atividade física e ambiente: a influência dos parques verdes urbanos na saúde. **Rev. bras. med. esporte**, p. 305-309, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/controlecancer/resource/pt/biblio-1013652?src=similardocs>. Acesso em: 17 ago. 2021.

FERNANDES PINHEIRO NANTES, Rosângela; CASTRO, Gilliano JM; GONÇALVES FERREIRA ZALESKI, Elizabeth. Os matizes do cuidado nas políticas públicas de saúde brasileira. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n. 4, 2018. Disponível em: <https://www.unilim.fr/trahs/index.php?id=1090&lang=en>. Acesso em: 23 ago. 2021.

FERREIRA, R. W. *et al.* Acesso aos programas públicos de atividade física no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, 2019.

FITTIPALDI, Ana Lúcia de Magalhães; O'DWYER, Gisele; HENRIQUES, Patrícia. Educação em saúde na atenção primária: as abordagens e estratégias contempladas nas políticas públicas de saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200806, 2021. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/icse/2021.v25/e200806/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

FRIZZO, Giovanni; DA SILVA SOUZA, Maristela. Educação física nas diretrizes da unesco: o paradigma da aptidão física e da saúde na formação do capital humano. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 25, p. 25022, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/76037>. Acesso em 11 ago. 2021.

Gligoroska J, Manchevska S. The Effect of Physical Activity on Cognition - Physiological Mechanisms. *Mater Socio Medica* 2012; 24(3):198.

GOMES, Grace Angélica de Oliveira et al. Barreiras para prática de atividade física entre mulheres atendidas na Atenção Básica de Saúde. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, p. 263-270, 2019. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/rbce/a/Pyxh6fwpbmC6Vh3KQNDjrrM/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 16 ago. 2021.

GUTHOLD, Regina et al. Worldwide trends in insufficient physical activity from 2001 to 2016: a pooled analysis of 358 population-based surveys with 1·9 million participants. **The Lancet Global Health**, v. 6, p. e1077–e1086, 2018. Disponível em: [www.thelancet.com/lancetgh](http://www.thelancet.com/lancetgh) Acesso em: 20 set. 2019.

MORAES, Sheylane de Queiroz; LOCH, Mathias Roberto; RECH, Cassiano Ricardo. Estratégias de aconselhamento para atividade física utilizadas pelo Núcleo Ampliado de Saúde da Família em Florianópolis. **Journal of Physical Education**, v. 32, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/jpe/a/zXnw5PRHYC4BpC7NHTnNt8D/abstract/?lang=en>.

Acesso em: 16 ago. 2021.

OLIVEIRA, Daniel Vicentini de et al. O nível de atividade física como um fator interveniente no estado cognitivo de idosos da atenção básica à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4163-4170, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/t3PXQkFX4pWnNcHtmf4YqhP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2021.

POLO, Maria Clara Elias et al. ANTECEDENTES MOTIVACIONAIS DA ATIVIDADE FÍSICA NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE: UM ESTUDO QUALITATIVO. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 26, p. 26082, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/105017>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SANT'HELENA, M. M.; PASSOS, A. F.; COSTA, C. B.; KRÜGER, T. R. Da Reforma Sanitária às Privatizações: Discutindo a Saúde Pública Brasileira. Anais... In: **Congresso Catarinense de Assistências Sociais**, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://bityli.com/CQMTqa>>. Acessado em: 12 de fevereiro de 2017.

SERAFIM, M. P., & de BRITO DIAS, R. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, 3(1), 121-134. 2012.

SIQUEIRA, F.V. et al. Atividade física em adultos e idosos residentes em áreas de abrangência de unidades básicas de saúde de municípios das regiões Sul e Nordeste do Brasil. **Revista Cadernos de Saúde Pública**. Pelotas, 2008, p.24:39-54.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TASCA, Layane Castiglioni; SOUZA, Thaís Godoi. Políticas públicas de promoção da saúde no Brasil: análise dos Programas Academia da Saúde e Vida Saudável. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n. 2, p. 69-76, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6723013>. Acesso em: 26 ago. 2021.

TORRENS, A. C. Poder Legislativo e políticas públicas: uma abordagem preliminar. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 50, n. 197, p. 189-204, jan./mar. 2013

TORRES, Kellem Raquel Brandão de Oliveira et al. Evolução das políticas públicas para a saúde do idoso no contexto do Sistema Único de Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/XqzFgPPbgmsKyJxFPBWgB3K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2021.

Triviños, A. N. S. (2009). **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global action plan on physical activity 2018–2030: more active people for a healthier world**. Geneva: WHO, 2018.

**PUBLIC POLICIES ON PHYSICAL ACTIVITY AND HEALTH:** A review of the literature.

#### ABSTRACT

**Introduction:** This research analyzes physical activity and health public policies and the offerings of such programs. **Objective:** To reflect on the effects that physical activity can provide for a better quality of life and to verify the existing debates in studies about physical activity and health policies. **Materials and Methods:** This research presents itself as qualitative, making use of information acquired from bibliographic research. It was used as descriptors: public policies, health, and physical activity. The search resulted in a total of 61 journal articles. Only 15 articles were selected to examine which ones were included in the debate of physical activity and health public policy programs. **Results:** The results obtained in the analyzed studies reveal the relevance of the practice of physical exercises for a better quality of life and well-being. However, these public policies need more visibility to the population, who are often unaware of them. **Conclusion:** According to the studies analyzed, the practice of physical activities stimulates a better quality of life, reducing the risk of psychological, chronic, and physical diseases. It is important to consider that the current political scenario denotes a regression, leading to the rupture of several public policies that directly affect the health of the population. It is noteworthy that the research exposes the need for assistance in public policies that result in the promotion, prevention, and maintenance of health and quality. **Keywords:** Public Policies. Physical Activity. Health.



## *Capítulo 3*

---

**ANÁLISE DA CONJUNTURA ATUAL  
DO PROGRAMA BOLSA-ATLETA A  
PARTIR DA PERSPECTIVA DE  
ATLETAS BENEFICIADOS,  
COMPREENDENDO NÃO SÓ O  
CONTEXTO DO ESPORTE DE ALTO  
RENDIMENTO, MAS TAMBÉM,  
OUTRAS MODALIDADES EM  
ASCENSÃO**

**DOI:10.29327/554869.1-3**

Laís Gonçalves Nunes  
Elcione Vieira Moreira  
Tulio Castro Pantoja

# ANÁLISE DA CONJUNTURA ATUAL DO PROGRAMA BOLSA-ATLETA A PARTIR DA PERSPECTIVA DE ATLETAS BENEFICIADOS, COMPREENDENDO NÃO SÓ O CONTEXTO DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO, MAS TAMBÉM, OUTRAS MODALIDADES EM ASCENSÃO

*Laís Gonçalves Nunes*

*Elcione Vieira Moreira*

*Tulio Castro Pantoja*

## RESUMO

A consideração fundamental desse estudo é observar como há uma constante evolução em relação ao programa bolsa atleta, a realização de eventos esportivos, sua repercussão no território brasileiro e como as políticas públicas tem um impacto significativo no desenvolvimento esportivo dos atletas. Executou – se uma pesquisa literária baseando – se nas contribuições dos autores De Camargo (2020), Dos Reis (2020), Miranda (2019), Martins (2019), Santos (2018), De Camargo (2017) e Silva (2017), investigando a relevância do programa no desenvolvimento do paradesporto, das políticas públicas, financiamento e as abrangências da dupla carreira no contexto educacional e vida pessoal dos atletas. Constatou – se falhas nos objetivos estabelecidos pelo programa como a priorização de um esporte em detrimento de outros. O paradesporto embora amparado, não tem bases sólidas devendo ser reformulado para o público em questão. E é unanime a certeza de que o financiamento se torna imprescindível ao desenvolvimento de atletas de alto rendimento.

Palavras-chave: Bolsa-atleta. Políticas públicas. Financiamento. Esporte de alto rendimento.

## 1. INTRODUÇÃO

Em detrimento da constante evolução do esporte no Brasil, o país tem recebido destaque nesta área e, a realização de eventos esportivos de grande repercussão em território brasileiro voltaram os olhos não só da sociedade como da comunidade acadêmica para a gestão desse fenômeno que promove grande impacto na sociedade; para a consolidação dessa evolução foi necessária à introdução de políticas públicas que subsidiassem e incentivassem o desenvolvimento esportivo de atletas.

Como âmbito de estudo no Brasil, as políticas públicas ainda são recentes. Souza (2006) diz que a política pública foi inserida como um instrumento de decisões governamentais na década de 1940, nos Estados Unidos. De acordo com os estudos referentes a políticas públicas para o esporte, está claro que houve um aumento significativo nos últimos anos de intervenção do Estado nos assuntos esportivos através

de políticas públicas, principalmente com o objetivo de incentivar o crescimento do esporte de rendimento no país.

Um dos programas implementados pelo governo e de certa forma o mais significativo foi o Programa Bolsa-Atleta, criado no ano de 2004 pelo Governo Federal através da Lei nº 10.891, regularizada pelo Decreto nº 5.342. Segundo a Secretaria Especial do Esporte, a finalidade da bolsa é de auxiliar atletas de alto rendimento, pelo período de 12 meses (havendo a possibilidade de renovação), em competições nacionais e internacionais referentes à sua modalidade em específico. Essa política de financiamento passou a beneficiar os atletas a partir do ano de 2005 e se transformou em um valioso programa de política pública visando o crescimento do esporte no país e o alcance de bons resultados esportivos que possibilitem a inserção do Brasil entre as principais potências esportivas.

Com isso, o objetivo do presente estudo foi identificar, por meio da análise da literatura científica, qual a influência de políticas públicas, como o programa bolsa-atleta, e seus impactos no progresso do esporte de alto rendimento no país e embora programas de incentivo ao esporte sejam significativamente relevantes para o desenvolvimento de atletas, qual a frequência de artigos publicados referentes ao tema no período entre 2017 e 2020?

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Este estudo empregou a metodologia da revisão bibliográfica, que conforme Liberali (2008) se baseia na identificação, seleção e avaliação crítica de estudos considerados relevantes para a temática em discussão, servindo como base de sustentação teórica para a análise da pesquisa classificatória. No tocante, dispondo-se da definição de Triviños (2009), este estudo define-se como qualitativo. No que diz respeito aos seus meios, é uma pesquisa documental indireta utilizando-se de pesquisa bibliográfica de publicações de pesquisas, teses e dissertações em bases de dados pré- estabelecidas (Marconi & Lakatos, 2005).

## **3. UNIVERSO E AMOSTRA**

Utilizando-se de palavras-chave e suas respectivas combinações, o processo de levantamento bibliográfico do presente estudo direcionou-se para a análise de publicações contidas nas bases de dados Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses

e dissertações (BDTD). Os termos utilizados para a busca inicial foram: “bolsa atleta”, “políticas públicas”, “bolsa atleta e esporte de alto rendimento”, “bolsa atleta e financiamento”. Neste primeiro momento, todos os artigos que apresentavam os termos em seu título, palavras-chave ou no resumo foram selecionados. Foram considerados estudos publicados no ano de 2017, 2018, 2019, 2020 não havendo outra delimitação de data de publicação da pesquisa. A busca resultou num total de 32 artigos, contendo 7 teses e 25 dissertações de doutorado, mestrado (BDTD). Desta coleta foram excluídos os trabalhos duplicados, bem como os artigos de revisão, artigos de opinião de especialistas, publicações comerciais e livros, além dos trabalhos não transcritos em língua portuguesa, uma vez que o objeto da análise eram estudos empíricos nos formatos teses e dissertações. Aqueles que atendiam aos critérios estabelecidos somaram 10 artigos, sendo teses e dissertações.

Em seguida, foram analisados minuciosamente tanto os títulos quanto os resumos dos estudos para verificar quais versavam sobre a temática Bolsa-atleta. O exame comparativo dos resumos e autores dos trabalhos levou a eliminação de dois dos artigos selecionados, uma vez que eles tratavam do mesmo conteúdo apresentado em um dos artigos selecionados. Dessa forma, a amostra ficou constituída de 8 documentos: seis artigos e duas teses, dos quais foram extraídos dados de leitura de seus resumos e se fosse necessário, no texto completo do estudo

#### **4. ANÁLISE DE DADOS**

Foi feita a verificação da temática proposta, adotando as fases de pré-análise, descrição analítica e interpretação (Trivinões, 2009). As divisões estabelecidas para a pressuposição foram: o ano de publicação dos artigos científicos, autor, título, objetivo, método e conclusão. Verificou-se também uma rotulagem quanto ao ano de publicação do conteúdo.

#### **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os estudos empíricos obtidos por meio da pesquisa de revisão bibliográfica sistemática acerca do Programa Bolsa Atleta no Brasil são apresentados no Quadro 1. Os oito estudos selecionados diferem quanto ao contexto em que está inserido o programa, sendo um estudo a respeito de desenvolvimento do paradesporto, dois voltados para a dupla carreira de atletas, três sobre financiamento esportivo, um versa a respeito da abrangência do programa e o último falando sobre o programa como política pública.

Difere também a percepção dos diversos atletas contemplados com o auxílio do programa, a depender da modalidade, sexo e idade em que começou a receber a bolsa.

Quadro I – Resumo dos estudos sobre a Bolsa Atleta (em ordem cronológica).

ANO	AUTOR	TÍTULO DA PESQUISA	OBJETIVO DA PESQUISA	METODOLOGIA	CONCLUSÃO
2020 Tese	Camargo , Philipe Rocha de, 1978-	O Programa Bolsa-Atleta: desenvolvimento da performance esportiva e política de welfare state.	Traçou-se como objetivo de pesquisa identificar, a partir da análise documental e pela percepção de atletas, se o Programa Bolsa-Atleta, concebido como a uma política de desenvolvimento do esporte de alto rendimento, adquire, ao longo do tempo, a característica de uma política de Welfare no esporte.	Este estudo, realizado a partir de um processo multipassos e com uma característica de pesquisa mista, utilizou recursos documentais e bibliográficos e efetuou a coleta de dados a partir de grupos focais (com a participação de 12 atletas) e de um questionário, medido com uma escala do tipo Likert (com 1.519 respostas validadas).	Embora os dados apontem que o benefício tenha suprido uma lacuna no que diz à inexistência de financiamento aos atletas brasileiros, a ausência de processos de avaliação e de correção (policy cycle), ao longo de sua execução, levou o Programa a assumir características que o configuram como uma política de complementação de renda, o limitando a uma ação que permite a manutenção e reduz a evasão dos atletas do universo do esporte competitivo.
2020	De Camargo , Philipe Rocha.	O financiamento público ao atleta paralímpico no Brasil: o Programa Bolsa-Atleta estimula a permanência e a melhoria dos resultados esportivos?	O objetivo desse estudo foi discutir se o financiamento através do Programa Bolsa-Atleta influencia na manutenção ou na melhoria dos resultados esportivos dos atletas paralímpicos inseridos no Programa, e se fatores como o financiamento, o sexo, a bolsa inicial do atleta, a idade em que ele começou a receber bolsa e o local de nascimento são preditores da permanência do atleta no Programa.	Verificou-se, por meio da regressão linear múltipla, se variáveis como o financiamento, o sexo, a bolsa inicial do atleta, a idade em que ele começou a receber bolsa e o local de nascimento são preditores da permanência e da evolução do atleta no esporte	Os dados apontaram uma relação entre o valor do financiamento e, em alguns casos, a idade de inserção no programa com a permanência e evolução no esporte de elite. Quanto maior o valor da bolsa, maior o tempo de permanência e maiores as possibilidades de obtenção de resultado esportivo
2020 Te se	Dos Reis, Fabiana Della Giustina.	Judocas brasileiros: um panorama sobre os atletas contemplados pelo programa bolsa-atleta pódio entre os anos de 2013 e 2018.	Financiar atletas com chances de medalhas nos Jogos Olímpicos. Como o Judô foi à modalidade que mais trouxe medalhas para o Brasil nessa competição, este estudo analisou as variáveis de idade, sexo, naturalidade, local de treinamento e categoria de peso dos atletas de Judô beneficiados pelo Programa Bolsa-Atleta categoria Pódio entre 2013 e 2018.	Os dados foram recolhidos através de uma pesquisa documental nas portarias que continham os nomes dos atletas contemplados pela Bolsa-Atleta Pódio, e uma pesquisa quantitativa para cruzar as variáveis.	Observou-se que a distribuição de bolsas se deu de forma equilibrada entre homens e mulheres. Além disso, notou-se também que a maioria dos atletas de Judô nasceu na região Sudeste, mais especificamente no estado de São Paulo. Isso indica o investimento da região no esporte de base e de elite, tendo em vista que o maior centro de treinamento de

					alto rendimento se encontra no Sudeste.
2019	Miranda, Iuri Scremin de	Transição para fora do esporte: a dupla carreira de ex-atletas beneficiadas pelo programa Bolsa Atleta do Distrito Federal.	Analisar o desenvolvimento da dupla carreira de ex-atletas beneficiadas pelo programa Bolsa Atleta do Distrito Federal no período 2014/2015, bem como suas transições para fora do esporte.	O estudo, de caráter exploratório e qualitativo foi desenvolvido a partir de três momentos metodológicos, uma revisão sistemática nacional sobre dupla carreira; a aplicação de um questionário estruturado para apreensões iniciais sobre o contexto de 10 ex-atletas beneficiadas pelo Programa Bolsa Atleta do Distrito Federal; e a condução de entrevistas semiestruturadas para aprofundamento da compreensão sobre a dinâmica da dupla carreira de sete participantes quando atletas e como decorreram seus processos de transição para fora do esporte.	Como resultado, percebemos a convergência com estudos internacionais quanto ao término involuntário da carreira esportiva mediante eventos não normativos, o papel da família durante a dupla carreira e na retirada do EAR. Em contrapartida encontramos na análise da maioria das ex - atletas a priorização dos estudos na conciliação e o ingresso de quase toda a amostra no ensino superior, ilustrando tensões inéditas na dinâmica entre os processos de desenvolvimento esportivo e as exigências de desempenho do Programa Bolsa Atleta DF, a influência da família bem escolarizada e o baixo potencial de investimento das modalidades esportivas estudadas, configurando o término voluntário da carreira esportiva como um evento normativo mediante aposta nos estudos como preparação para concorrência por vagas no ensino superior de qualidade.
2019	Martins, Fernando Bernardes.	Análise da dupla carreira de atletas beneficiados pelo Programa Bolsa-Atleta do Governo do Distrito Federal: conciliação entre a trajetória esportiva e educacional.	Foi de analisar a dupla carreira dos atletas de elite do Distrito Federal ao conciliarem o esporte de alto rendimento e a formação educacional, utilizando o PBA/DF como critério de identificação os atletas de elite do Distrito Federal e sendo organizado em três estudos.	O primeiro envolveu uma revisão da literatura internacional para identificar e analisar o progresso das pesquisas de estudantes-atletas universitários. O segundo estudo procurou traçar um perfil inicial dos atletas beneficiados pelo PBA/DF no período de 2014/2015 com dados coletados por meio de um questionário estruturado. E por fim, o terceiro estudo buscou compreender a trajetória esportiva de dupla carreira de atletas de elite do Distrito Federal, considerando as barreiras e facilitadores que possuíram e	Percebemos que o esporte não-espetacularizado praticado pelos atletas da amostra oferecem poucas oportunidades de retorno financeiro, fazendo com que procurem também se dedicar aos estudos por vislumbrarem um caminho mais certo de obterem seu sustento. A família aparece como importante influenciador tanto ao esporte como aos estudos, por mais que a prática esportiva sempre estivesse condicionada a bons resultados na escola. Ponderamos também a efetividade do PBA/DF como programa com o

				o impacto do PBA/DF no seu desenvolvimento esportivo.	objetivo de oferecer condições para dedicação exclusiva ao esporte e sugerimos pontos a serem levados em consideração para beneficiar o atleta além do auxílio financeiro.
2018	Santos, Sabrina Coelho	Lutando dentro e fora do ringue: a perspectiva dos atletas e gestores do boxe olímpico sobre o programa bolsa atleta no ciclo rio 2016.	Apresentar a perspectiva de atletas e gestores da modalidade do boxe olímpico acerca do programa Bolsa-Atleta, uma política pública do governo federal, para saber se os recursos ofertados pelo programa auxiliaram na conquista de uma vaga olímpica para os Jogos Rio 2016, na preparação destes atletas durante o ciclo olímpico desta edição, para isto buscamos responder à seguinte problemática: Qual é a perspectiva dos atletas e gestores do boxe sobre o programa Bolsa-Atleta, na conquista da vaga olímpica nos Jogos Olímpicos Rio 2016?	Método qualitativo e exploratório para ter uma visão mais ampla da temática, além de realizarmos entrevistas com uma amostra de nove dos participantes deste esporte, sendo seis atletas que participaram deste megaevento e três gestores do esporte. As entrevistas passaram pelo processo de transcrição e posteriormente foram analisadas a partir do método da análise temática.	Como resultados obtidos, vimos que, para os atletas, o programa Bolsa-Atleta não só é importante, como teve influência direta na conquista de uma vaga olímpica para os Jogos Olímpicos Rio 2016, mesmo que seis dos nove atletas tenham sido contemplados com uma vaga porque o país estaria sediando o megaevento, e que apenas três atletas efetivamente conquistaram uma vaga através das seletivas pré-olímpicas. Também percebemos que as Forças Armadas tiveram e têm certa influência neste processo, uma vez que também fomentam os atletas que possuem bons resultados e os permitem serem militares temporários para que usem as suas instalações e compitam por ela, o que pode ter auxiliado neste processo.
2017	De Camargo, Philipe Rocha.	Políticas públicas para o esporte: o programa bolsa-atleta e sua abrangência na base do handebol no Brasil.	Estudo incidiu em identificar a abrangência do programa Bolsa-Atleta na formação de atletas do handebol brasileiro entre 2008 e 2014.	Essa pesquisa, de caráter documental e abordagem teórica em Políticas Públicas, utilizou fontes oficiais do Governo, com suporte do Programa Inteligência Esportiva da Universidade Federal do Paraná (UFPR)/Ministério do Esporte e as listas de contemplados no Programa Bolsa-Atleta, divulgadas no site do Ministério do Esporte e devidamente publicadas no Diário Oficial da União.	Concluiu-se que há investimento priorizado nas categorias de bolsa de maior valor; o programa Bolsa-Atleta não assegura investimento na formação de atletas no handebol, pois as categorias de bolsa Base e Estudantil não alcançaram 5% dos atletas da modalidade.
2017	Silva, Evelyn Andressa Gavioli da	Projeto paralimpíadas escolares: intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro.	Teve por intuito a busca pela compreensão dos possíveis impactos para o desenvolvimento do paradesporto educacional no país, na circunstância da articulação entre quatro	Baseou-se fundamentalmente na pesquisa documental, de modo que o levantamento dos materiais pertinentes às ações sob análise foi realizada, contando-se	Conclui-se que os objetivos postos para a realização do projeto Paralimpíadas Escolares são dúbios, tornando-se difícil encará-lo como ação efetiva de promoção do paradesporto



			ações selecionadas, que em busca rápida possuam alguma contribuição à tal área esportiva, sendo elas a Lei de Incentivo ao Esporte (nº 11.438/2006), Lei Agnelo/Piva (nº 10.264/2001) e o programa Bolsa Atleta (nº 10.891/2004), todas de gestão do Ministério do Esporte, além de outra ação de realização por parte do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o projeto Paralimpíadas Escolares.	inclusive com parceria com a Academia Paralímpica Brasileira para o alcance às informações não disponibilizadas no site oficial do comitê.	educacional, no entanto, é inegável a existência de indícios de sua eficiência no que diz respeito à promoção do esporte de rendimento, através de sua conexão ao Bolsa Atleta.
--	--	--	---	--	---

Além da caracterização do perfil assumido pelo programa como incentivador esportivo, também há interesse nos estudos de delineamento das competências que este deve aderir, para garantir que ocorram as funções necessárias ao pleno desenvolvimento dos atletas. A metodologia mais utilizada foi a pesquisa de caráter documental, sendo que dois dos estudos também dispuseram de questionário, outro estudo realizou a coleta de dados através de entrevista semiestruturada e o mais distinto aplicou a regressão linear múltipla.

Quanto aos resultados encontrados nas pesquisas, destaca-se que o programa não tem alcançado uma característica bem definida. Quanto aos estudos que analisaram as competências do programa, também foi possível observar que aquelas relacionadas ao esporte de rendimento aparecem com maior frequência quando comparadas às competências paralímpicas ou de modalidades esportivas comuns.

Miranda (2019) verificou o andamento da dupla carreira de ex-atletas beneficiados pelo programa bolsa atleta do Distrito Federal entre 2014/2015, do mesmo modo verificou também o processo de mudança para fora do esporte. Na mesma toada Martins (2019) investigou a maneira como os atletas de elite do Distrito Federal adequam e conciliam o esporte de alto rendimento e a formação educacional, e tendo como critério de identificação desses atletas o Programa Bolsa Atleta do Distrito Federal (PBA/DF). Santos (2018) expôs o ponto de vista de atletas e gestores da modalidade boxe olímpico sobre o Programa Bolsa Atleta para entender se os recursos oferecidos pelo programa contribuíram de alguma forma para a conquista de uma vaga nos Jogos Rio 2016. Para consolidar essa perspectiva, buscou responder a seguinte questão: qual é o entendimento dos atletas e gestores do boxe acerca do programa Bolsa-Atleta, na conquista da vaga



olímpica nos Jogos Olímpicos Rio 2016? Partindo dessa perspectiva, porém se tratando de outra modalidade, um estudo muito interessante é o de Camargo (2017) que teve o intuito de verificar a abrangência do programa bolsa atleta na formação de atletas do handebol brasileiro entre 2008 e 2014. Na sequência Dos Reis (2020) buscou identificar variáveis de idade, naturalidade, ambiente de treinamento, sexo e divisão por peso, bem como demonstrar possíveis falhas que podem ser corrigidas em relação ao processo de financiamento federal de atletas da modalidade de judô contemplados pelo programa bolsa-atleta entre os anos de 2013 a 2018. Uma abordagem muito relevante para o esporte e que tem ganhado bastante notoriedade é a inclusão de pessoas com deficiência, e pesquisas a respeito dessa temática, tem sido muito frequente. Visando compreender os possíveis impactos para o desenvolvimento do para desporto educacional do país, Silva (2017) articulou 4 ações selecionadas que possuíssem alguma contribuição para tal área esportiva, sendo elas a Lei de Incentivo ao Esporte (nº 11.438/2006), Lei Agnelo/Piva (nº 10.264/2001), o programa Bolsa Atleta (nº 10.891/2004) e o projeto Paraolimpíadas Escolares, nas quais as três primeiras são geridas pelo ministério do esporte e a última de responsabilidade do comitê paralímpico brasileiro (CPB). Nesse sentido a pesquisa de de Camargo (2020) teve a finalidade de investigar se o financiamento por meio do programa bolsa atleta influencia na manutenção ou instiga a melhoria dos resultados esportivos dos atletas paralímpicos participantes do programa, e se elementos como o financiamento, idade em que começou a receber a bolsa, sexo e local de nascimento são prognósticos da permanência do atleta no programa. E a partir da percepção de atletas e da análise documental referentes ao Programa bolsa atleta, Camargo (2020) objetivou verificar se o projeto a longo prazo assume a característica de uma política de bem-estar social.

Em relação às metodologias aplicadas, um estudo com características de pesquisa mista, realizado a partir de um processo multipassos, Camargo (2020) efetuou a coleta de dados a partir de grupos centrais com a participação de 12 atletas, com a utilização de recursos documentais, bibliográficos e de um questionário, mensurado por meio de uma escala do tipo Likert, com 1.519 respostas válidas. Uma pesquisa similar é a de Martins (2019) que buscou por meio de três estudos, primeiramente, identificar o desenvolvimento das pesquisas de estudantes-atletas universitários, posteriormente, projetou um perfil primário dos atletas contemplados pelo PBA/DF no período de 2014/2015 através de dados coletados por meio de um questionário estruturado e, por fim,

levando em consideração as dificuldades e facilidades que os atletas contemplados com o PBA/DF tiveram no seu desenvolvimento esportivo, analisa a trajetória da dupla carreira esportiva dos atletas de elite do Distrito Federal. No mesmo sentido a pesquisa de caráter qualitativa e exploratória de Miranda (2019) desencadeou-se após três etapas metodológicas cruciais, sendo elas, para apreensões iniciais sobre o contexto de 10 ex-atletas beneficiados pelo programa bolsa-atleta do DF, utilizou-se um questionário estruturado, uma revisão bibliográfica nacional sobre carreira dupla, e o gerenciamento de entrevista semiestruturadas para o entendimento aprofundado sobre a dinâmica da dupla carreira de sete integrantes quando atletas e como ocorreram os seus processos de transição para fora do esporte. Já Silva (2017) fundamentou-se na pesquisa documental, pela qual a coleta de informações relevantes às ações analisadas foram levantadas, recebendo inclusive, o auxílio da Academia Paralímpica Brasileira para obter os dados não acessíveis pelo site oficial do comitê. Também por meio de uma pesquisa documental, Dos Reis (2020) levantou informações contidas nas portarias em que os nomes dos atletas beneficiados pelo programa Bolsa-atleta Pódio estavam enumerados, cruzando suas variáveis através de uma pesquisa quantitativa. Santos (2018) realizou uma investigação usando o procedimento metodológico qualitativo e exploratório para ter uma vasta perspectiva da temática, além de realizar entrevistas com uma amostra de nove dos participantes do esporte, sendo seis atletas que participaram do evento e três gestores do esporte. As entrevistas passaram pelo processo de transcrição e posteriormente foram avaliadas a partir do método da análise do conteúdo. De Camargo (2017) produziu um estudo, de caráter documental e abordagem teórica em Políticas Públicas, usufruindo de fontes oficiais do Governo, com apoio do Programa Inteligência Esportiva da Universidade Federal do Paraná (UFPR)/Ministério do Esporte e as listas dos escolhidos no Programa Bolsa-Atleta, publicados no site do Ministério do Esporte e devidamente divulgado no Diário Oficial da União. De Camargo (2020) também examinou os estudos, por meio da regressão linear múltipla, e se suas variantes como o financiamento, o sexo, a bolsa inicial do atleta, a idade em que ele começou a receber bolsa e o local de nascimento são preditores da continuação do atleta no programa e da sua ascensão no desporto.

Quanto as conclusões Martins (2019) Percebe que o desporto não-espetacularizado realizado pelos atletas da amostra oferecem poucas possibilidades de retorno financeiro, fazendo com que procurem se dedicar aos estudos por vislumbrarem

um caminho mais certo de conseguir seu sustento. A família surge como importante influenciador tanto ao esporte como aos estudos, por mais que a prática esportiva sempre estivesse condicionada a bons resultados na escola. Ponderamos também a efetividade do PBA/DF como programa com o objetivo de oferecer condições para dedicação exclusiva ao esporte e propondo pontos a serem levados em consideração para beneficiar o atleta além do auxílio financeiro. Desse modo conforme Miranda (2019) observa-se uma centralização de ideias com estudos internacionais no sentido do encerramento involuntário da ocupação esportiva em decorrência de acontecimentos não programados, dentre eles a influência do meio familiar bem estruturado socialmente, as exigências de desempenho do Programa Bolsa Atleta DF e o baixo índice de investimentos das modalidades analisadas, reforçando a ideia de priorização dos estudos como fator decisivo para a retirada do EAR visando a preparação para a busca por vagas no ensino superior de qualidade. O estudo de Dos Reis (2020) observou um equilíbrio na distribuição das bolsas entre homens e mulheres, destacando também a prevalência de atletas de judô nascidos na região sudeste, especificamente no Estado de São Paulo. Tal fator demonstra o investimento em sua estrutura de base e de elite, uma vez que o maior centro de treinamento de alto rendimento esportivo do país localiza-se na região sudeste. Por outro lado, De Camargo (2017) observou uma prioridade de investimentos nas categorias de bolsa de maior valor, uma vez que o programa Bolsa-atleta não garantia investimentos na formação de atletas de handebol, dado que as categorias de bolsa Base e Estudantil não obtiveram 5% dos atletas da modalidade. De Camargo (2020) também concluiu que há uma forte relação no que diz respeito ao valor do financiamento, e em casos específicos, a idade de entrada do atleta no programa com sua permanência e evolução no esporte de elite. O tempo de permanência e a maior possibilidade de resultado dependem diretamente do valor ofertado na bolsa. Camargo (2020) revela, pois, ainda que os dados mostrem que o benefício tenha preenchido uma lacuna no que diz à inexistência de financiamento aos atletas brasileiros, a falta de métodos de avaliação e de correção (policy cycle), na extensão de sua execução, levou o Programa a assumir características que o configuram como uma política de complementação de renda, restringindo-o a uma ação que conceda a manutenção e limitando a evasão dos atletas do universo do esporte competitivo. Em contrapartida com os resultados obtidos Santos (2018) concluiu que, para os atletas, a conquista de uma vaga para os jogos olímpicos rio 2016, teve influência direta do programa bolsa atleta e destacam a importância do

programa no que diz respeito ao financiamento esportivo, mesmo que, seis dos nove participantes tenham sido contemplados com uma vaga porque o país estaria sediando os jogos e que, apenas três tenham garantido a vaga por meio das seletivas pré-olímpicas. Outro fator importante é a participação das Forças Armadas como instituição incentivadora nesse processo, que permitem aos atletas com bons resultados, serem militares temporários, para que utilizem suas instalações e possam competir pela instituição. Observou-se que as metas e caminhos traçados para o desenvolvimento do projeto Paraolimpíadas Escolares são dúbios. Desta forma, Silva (2017) diz que se torna complicado vê-lo como ação efetiva que vise o progresso do para desporto educacional, porém, são irrefutáveis os indícios de sua eficiência quanto a promoção do esporte de rendimento, por meio de sua ligação com o programa bolsa atleta.

## 6. CONCLUSÃO

O desfecho evidenciou que o programa Bolsa Atleta não atinge todos os objetivos estabelecidos, e que existem muitas falhas principalmente com relação às modalidades financiadas, há a priorização de umas em detrimento de outras, o que talvez explique a falta de participação de atletas brasileiros de determinadas modalidades em algumas competições profissionais. Também fica claro que o paradesporto, embora seja amparado pelo auxílio do programa, não tem sua base de metas sólida, devendo passar por uma reformulação a fim de proporcionar um desenvolvimento eficiente para o público em questão. No que tange a perspectiva de gestores e atletas acerca da importância do financiamento promovido pelo auxílio das bolsas, é unânime a certeza de que ela se torna imprescindível ao desenvolvimento de atletas de alto rendimento.

## 7. REFERÊNCIAS

CAMARGO, Philipe Rocha de. O programa bolsa-atleta: desenvolvimento da performance esportiva e política de welfare state. 2020.

DE CAMARGO, Philipe Rocha et al. O financiamento público ao atleta paralímpico no Brasil: o Programa Bolsa-Atleta estimula a permanência e a melhoria dos resultados

esportivos?. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 12, p. e18691210970-e18691210970, 2020.

DE CAMARGO, Philipe Rocha; MEZZADRI, Fernando Marinho. Políticas públicas para o esporte: o programa bolsa-atleta e sua abrangência na base do handebol no Brasil. *Pensar a Prática*, v. 20, n. 1, 2017.

DOS REIS, Fabiana Della Giustina; CAPRARO, André Mendes. Judocas brasileiros: um panorama sobre os atletas contemplados pelo programa bolsa-atleta pódio entre os anos de 2013 e 2018. *Motrivivência*, v. 32, n. 63, p. 01-18, 2020.

LIBERALI, R. *Metodologia Científica Prática: um saber-fazer competente da saúde à educação*. Florianópolis. (s.n.). 2008.

MARCONI, M. de A., & Lakatos, E. M. (2005). *Fundamentos de Metodologia Científica* (6th ed., p. 318). São Paulo: Editora Atlas.

MARTINS, Fernando Bernardes. *Análise da dupla carreira de atletas beneficiados pelo Programa Bolsa-Atleta do Governo do Distrito Federal: conciliação entre a trajetória esportiva e educacional*. 2019. 150 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação Física)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MIRANDA, Iuri Scremin de. *Transição para fora do esporte: a dupla carreira de ex-atletas beneficiadas pelo programa Bolsa Atleta do Distrito Federal*. 2019. 185 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação Física)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, Sabrina Coelho. *Lutando dentro e fora do ringue: a perspectiva dos atletas e gestores do boxe olímpico sobre do programa bolsa atleta no ciclo rio 2016*. Dissertação (Pós-graduação em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da. *Projeto Paralímpicas Escolares: intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro*. 2017.

SOUZA, C. *Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura*. Sociologias, Porto Alegre,, n 16, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. (2009). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas.



# ***Capítulo 4***

---

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À OBESIDADE**

**DOI: 10.29327/554869.1-4**

Eduardo da Silva Gomes



## POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À OBESIDADE

*Eduardo da Silva Gomes*

*edugoomes23@gmail.com*

### RESUMO

O presente texto busca identificar formas de diagnosticar os efeitos entre a obesidade no Brasil e as políticas públicas, com base no histórico nacional e quadro geral de saúde da população, evidenciando o papel do profissional de Educação Física, partindo do pressuposto de que existe uma dialética no campo sócio-político e cultural dos elementos governamentais e de saúde pública. O estudo tem como objetivo realizar um mapeamento de inserção estratégica das políticas públicas em detrimento da regulamentação ao combate à obesidade. Visa relacionar o debate científico entre as possíveis soluções governamentais e justificativas de interesse público através de discursos com impacto planejado por meio de ideias práticas. O trabalho se configura na abordagem de documentos governamentais, base de dados e relatórios voltados ao planejamento estratégico de políticas públicas. Dessa forma, neste estudo, fica evidente a ineficiência de subsídios por parte das ações político-sociais do país. Paralelo a esse contexto, está o enfrentamento de estratégias conjuntas com o envolvimento intersetorial e a participação social, as quais configuram-se em medidas e propostas condicionantes no setor de combate à obesidade.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Obesidade. Saúde. Combate.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo parte da contraposição de ideias acerca da relação entre estratégias de combate à obesidade no Brasil e seus interesses com as ações governamentais e de políticas públicas. O cenário atual a qual o debate configura-se, está direcionado às questões incorporadas pela educação da sociedade frente aos papéis atuantes de informação, a respeito de uma boa alimentação e de atividade física.

É interessante analisar que os programas de incentivo fiscal apesar de estarem ligados às estratégias políticas, ainda não apresentam medidas capazes de solucionar problemas de apoio à população, como por exemplo: Falta de estrutura para subsidiar planos de combate às doenças causadas pela má alimentação ou até mesmo a prevenção destas.

No entanto, o plano de manter ou mesmo proteger as ações públicas padronizadas requer gastos e responsabilidade publicitária. Embora existam recursos, é improvável afirmar que as medidas adotadas pelos órgãos responsáveis adotem intercâmbios que



articulem saberes constantes de desenvolvimento pessoal e social. A partir de uma reaproximação relacionada à promoção da saúde (DORNELLES, 2014).

A saúde no Brasil vem sendo mostrada de maneira histórica e constituída como um fator de extrema importância na promoção da qualidade de vida, através de políticas de intermédio da recuperação da saúde da populacional, com métodos prioritários não somente ao coletivo, mas ao individual. Tais prioridades advém da administração de entidades envolta de três eixos: O pacto em defesa do sistema de Saúde, o pacto em defesa da vida e o pacto de gestão, concernentes aos órgãos federativos (CAMPOS, 2016).

Nessa concepção as instituições federais colocam-se à disposição dos programas governamentais em decorrência do compromisso social no diálogo entre as diretrizes particulares e não-governamentais e de assistência social. O Sistema Único de Saúde determinou ações de prevalência à Política Nacional, utilizando-se da ampliação de metas voltadas à qualificação de serviços capazes de suprir as alterações causadas pelas mudanças de afirmação do direito à vida e à saúde (SILVA, 2017).

O estudo tem como objetivo realizar um mapeamento de inserção estratégica das políticas públicas em detrimento da regulamentação ao combate à obesidade. Visa relacionar o debate científico entre as possíveis soluções governamentais e justificativas de interesse público através de discursos com impacto planejado por meio de ideias práticas.

O trabalho se configura na abordagem de documentos governamentais, base de dados e relatórios voltados ao planejamento estratégico de políticas públicas. Os textos estudados neste artigo subdividem-se em assuntos voltados às Políticas Públicas de combate à obesidade. No qual foram inseridos quatro capítulos, quais sejam: Capítulo I: (O que são políticas públicas?); Capítulo II: (Obesidade de saúde pública?); Capítulo III: (Estratégias de políticas públicas de combate à obesidade); Capítulo IV (A importância da atividade física no combate à obesidade).

Nesse sentido, busca-se entender e responder neste artigo, os questionamentos voltados à formulação de políticas públicas, o papel dos governos em virtude da sociedade, as principais tarefas estatais e os vínculos de debate entre as esferas sociais e econômicas, os recursos e estratégias voltadas ao planejamento de programas e ações de combate à obesidade e quais as necessidades prioridades dadas pelas Políticas Nacionais.

## **2. O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?**

No início do século passado, mais precisamente nos séculos XVIII e XIX a democracia ganhou destaque e esse fato passou a ser considerado pelo Estado como prioridade, no que diz respeito à segurança e defesa Nacional. No entanto, ao longo dos anos e com a intensificação de ações em favor da sociedade, os planos políticos se diversificaram. Estas mudanças deram espaço à algumas ações diretamente ligadas à saúde e educação. Mais tarde essas ações ganharam um novo significado, conhecido como Políticas Públicas (VIANA, 2019).

As perspectivas de compreender o surgimento das políticas públicas em meio aos papéis do Estado e do Governo, mostram-se pela aprovação de desdobramentos influenciados pelo rompimento de etapas de decisões ações governamentais. No âmbito acadêmico, aparece na Europa como uma tentativa de entender os modelos científicos de formulação e decisões acerca dos problemas públicos (BRASIL; CAPELLA, 2018)

As organizações locais mantiveram suas decisões frente à racionalidade sócio-política. Com isso, as políticas públicas foram efetivadas gradativamente e ganhando destaque nos países da Europa. Mais adiante, essa área foi evidenciando-se forma e estabelecendo diálogos entre os cientistas sócias. A partir daí alguns elementos foram incorporados com enfoque nas eleições, grupos e partidos de interesse (ARAH, 2019).

Com a restrição de políticas de gasto, na qual ajustaram-se os orçamentos de elaboração de métodos estruturais de regras e incentivos. A intervenção das políticas, resultante do Neoliberalismo, sofreu algumas transformações de equilíbrio das políticas sociais. Nesse sentido, os benefícios da democracia passaram a associar-se à proteção dos menos favorecidos (DOELLINGER, 2020).

É importante considerar quais os objetivos das políticas públicas e por que elas foram de criadas? Em referência valorativa, o seu grau de intervenção dependia da estrutura de benefícios, sendo estas: universais, segmentais e fragmentadas. Em diferentes conjunturas, a participação da sociedade se apresenta pelas lacunas das esferas políticas, pela hegemonia dos atores sociais em favor dos benefícios financeiros do Estado e sociedade civil (ALMEIDA; GOMES, 2018)

As políticas públicas são materializadas em princípios políticos que se configuram em escalas de diferentes sentidos e significados. Nessa perspectiva, é interessante entender que o Estado se diferencia do governo por questões simples. Entre as quais pode-se enfatizar: Órgãos legislativos tribunais, formado por uma rede de instituições consolidadas. Este por sua vez atende aos interesses da sociedade em favor principal do

sistema econômico. O governo propõe-se a um conjunto de projetos técnicos, políticos, além de programas estatais (LUCCHESI, 2017).

Os projetos propostos pelas ações de programas governamentais muitas vezes são marcados por contradições políticas, sociais, econômicas e culturais. As organizações governamentais, buscam diminuir esses conflitos de ideias, tornando viável a utilização de políticas sociais, como forma de afastar as desigualdades. O Estado implementa padrões voltados à regulamentação de tarefas de importância sociopolítica. Porém, a classe trabalhadora é quem toma posição no debate em virtude de suas finalidades. Na maioria das vezes as decisões surgem de maneira central (ARRETCHE, 2019).

Alguns princípios para a definição de políticas públicas podem ser designados por diretrizes envolvendo a relação entre sociedade e o poder público. Pode-se afirmar que as políticas públicas abrangem as políticas sistematizadas, de acordo com documentações, leis e programas ao exercer distribuição de poder. Estas por sua vez podem ser criadas de forma que sua viabilidade esteja ligada conforme a organização do que muitos estudiosos costumam defini-la como aquilo que o governo decide “fazer ou não fazer” (BRASIL, 2017).

Outros conceitos dizem respeito às políticas públicas como um acervo de ideias e interesses preferenciais, nas quais inter-relacionam-se às teorias no campo da sociologia, ciência política e economia. Em outras palavras, políticas públicas são consideradas como uma área holística que procura colocar os programas do governo em ação, na medida em que o avalia, quando se trata de resultados ou transformações de projetos, planos ou até mesmo sistemas (BICHIR, 2015)

De modo geral, os setores integracionistas da sociedade revelam-se em virtude de demandas sociais. Partindo desse pressuposto, é evidente, entretanto que as reclamações não sejam atendidas pelas autoridades, a fim de que as autoridades interfiram de maneira direta nos segmentos políticos. As prioridades impostas revelam que alguns grupos serão beneficiados e outros não. Os quais servem como incentivo de melhoria em outros setores assistenciais (GUTIERRES, 2015).

Os integrantes políticos responsáveis pela viabilidade das políticas públicas são conhecidos como “Atores”. Haja vista, que são eles os protagonistas de ações realizáveis. Estes criam e executam tarefas com base em propostas políticas da sociedade (BEHELAINÉ, C. H. CKAGNAZAROFF, 2016)

Ao grupo que integra a política, pode-se designar dois tipos: Os que compõem o governo do Estado (estatais) e os que participam da sociedade civil ('privados'). O poder Legislativo é quem define a realização de políticas públicas, com as propostas apresentadas pela sociedade, através do governo do Estado (BOULLOSA; RODRIGUES, 2014).

Apesar de ter grande autonomia para definir ações em prol da sociedade, o poder legislativo composto por bases políticas de vereadores, deputados e entre outros gestores, só se consolida se o poder Executivo permitir. Esse poder põe em prática e em seguida realiza as questões que dizem respeito à população, de acordo com a sua necessidade. A burocracia, à priori é politicamente neutra. Os atores estatais e privados agem conforme os seus interesses pessoais. Embora os setores administrativos estejam ligados aos atores, nota-se que não há vínculo direto com entre esses agentes (TONI, 2016).

A organização prática de formulação de políticas públicas mostra-se em diferentes fases. Na qual a primeira fase encontra-se pautada na formação de agendas, visando selecionar prioridades. A segunda fase constitui-se da formulação de políticas, na qual apresentam-se soluções ou alternativas. A terceira fase concentra-se no processo de tomada de decisão, ou seja, na escolha das ações. A quarta fase baseia-se na implementação ou execução das ações. Nessa fase, o controle administrativo depende do monitoramento de instituições formais externas (ALBURQUERQUE; ZAPATA, 2018).

A quinta fase é marcada pela avaliação. Nesta etapa, os resultados das ações servem como ferramenta para gerar informações favoráveis às políticas públicas, prestação de contas dos seus atos, justificativa de ações e decisões na prevenção e correção de falhas, além da responsabilidade de recursos, afim de identificar se há progresso ou escassez destes (ALMEIDA, 2017).

De maneira geral, deve-se possuir diálogo entre os participantes individuais e coletivos. Para que uma boa política seja vista e avaliada de forma total, é necessário que haja cooperação em termos de melhora entre os atores participantes, para ampliação de políticas futuras para análise da eficiência e eficácia dos programas (DRAIBE, 2016).

Os Estados em detrimento dos governos, assumem um papel importante quando se trata de incluir políticas definidas por grupos em situação de poder. Na qual são implementadas concepções estruturalistas, os quais privilegiam alguns setores sociais em relação a outros (ALMEIDA, 2015).

Os ciclos das políticas públicas seguem modelos rodeados de papéis e obrigações. Entre esses modelos e deveres estão: A identificação, as agendas, avaliação das opções e identificação destas. Em relação aos governos, existe uma certa dúvida a respeito da formulação das agendas. Muitos problemas podem surgir devido as escolhas de um sistema, adotado por recursos de múltiplas correntes, sejam elas de empreendedores políticos e instituições (PAULUS JÚNIOR,2018).

No campo da política procura-se entender os parâmetros que levam à formulação de movimentos sociais e conjunto de entidades, em períodos de instabilidade, as relações fiscais da política introduzem-se em consequência da existência de regras fundamentais aos conselhos comunitários e as negociações do Estado. É inegável que as instituições requerem uma ação racional das alternativas de auto interesse da história político-social do país (ARQUES; FARIAS, 2017)

Os problemas de implementação constituídas pela validação das questões organizacionais, permitem questionar como as políticas públicas estão sendo postas em prática. No entanto, as implantações ocorrem muitas vezes por intermédio de negociações associadas às organizações institucionais. A delegação de poder, neste caso se dá pelos agentes burocráticos. Deve-se focalizar o grau de conhecimento, a dificuldade de resolver problemas e atingir os objetivos propostos, os possíveis fracassos que venham ocorrer e o papel dos servidores de frente em direção aos organismos financeiros multilaterais (FURTADO, 2015).

Os mecanismos à qual estão submetidas as políticas públicas, englobam mobilizações, negociações, conflitos e alianças. A sociedade civil nesse especialmente nas áreas de cooperação técnica acionados através de políticas de assistência social, meio ambiente, saneamento, abastecimento alimentar, educação, saúde (LOTTA, 2019).

Compreende-se que as políticas públicas têm o papel de analisar os problemas existentes em sociedade e com isso buscar solucioná-los. Ou seja, deve-se fazer uma investigação de modo que torne possível alguma melhora nos setores sociais. em relação à formulação de alternativas para promover a inclusão social (PEREIRA, 2018).

É válido ressaltar que os programas de políticas públicas possuem um grau elevado de dificuldade, quando se trata de implementar princípios de melhoria na qualidade de vida e saúde da população. As políticas, destacam-se em categorias alicerçadas por meio de gestão e serviços, os quais baseiam-se na integração de benefícios

à comunidade com vista na proporção governamental de um sistema. Em outras ocasiões, esse sistema é mantido por todo o território (HERINGER, 2018).

Dessa forma, evidencia-se que as políticas públicas geram em certas ocasiões, autonomia de classes, orientada por municípios, e poderes políticos. E sua consolidação por meio do Estado visa oferecer o mínimo vinculação federal, quando se trata de programas privados. Embora a maior parte de sua atenção esteja direcionada aos órgãos federativos nacionais e estaduais. O impacto gerado abrange as unidades competentes e regula a transparência recursos para fundos de estabilização fiscal.

### **3. OBESIDADE DE SAÚDE PÚBLICA?**

A obesidade segundo o Ministério da Saúde é uma doença causada pelo acúmulo de gordura corporal, e como consequência tem-se os resultados indesejados em relação à saúde. Geralmente sua causa é proveniente de alimentação inadequada gerada por alimentos com um número maior de nutrientes que no organismo transformam-se em gorduras. Pode ser encontrado em forma de carboidratos e lipídios (ARRETECH, 2017).

Alguns fatores como: Sexo, idade e atividade física são levados em consideração quando se trata de obesidade. São diversos elementos que incluem essa patologia. O aparecimento e prevalência da obesidade e sobrepeso no Brasil aumenta drasticamente e o excesso de peso tem tendência crescer de acordo com a faixa etária. Partindo dessa ideia os níveis alcançam 62,7% dos homens e 55,6% das mulheres entre 51 e 59 anos de idade (JAIME, 2018).

O aumento exacerbado e precoce do sobrepeso vem aumentando entre as crianças e adolescentes, fator que pode afetar a população em curto ou longo prazo. Contudo as atividades físicas podem contribuir para a solução desses problemas, que afetam a grande parte da população (PEPINE, 2010).

O problema de obesidade inclui diferentes gêneros e quem mais sofre com essa situação são pessoas com uma renda inferior e com nível baixo de escolaridade. Tal disparidade traz o encargo de maior número de doenças, problema na qualidade de vida dos afetados (DIAS, 2016).

De fato, ao relacionar os aspectos de saúde, adquiridos pela sociedade compreende-se que esta passa por um processo de transformações, incluindo nesse sentido, as inovações tecnológicas, as quais os indivíduos passam por estímulos que levam a uma vida inativa em relação à atividade física, por meio do uso constante de

recursos como jogos eletrônicos, ingestão de alimentos com alto percentual de gordura e entre outros fatores, deixando de lado sua qualidade de vida (BRASIL, 2017).

O consumo de alimentos nas últimas duas décadas tem apresentado transformações padronizadas através de pesquisas e orçamentos familiares, as quais apresentam a amplitude de mercados e indústrias de produtos orgânicos e de origem natural. As famílias tanto de classes sociais menos favorecidas quanto as mais favorecidas vêm consumindo alimentos processados em grande escala, como carne, laticínios, refrigerantes e outros produtos maléficos à saúde (GUEDES, 2016).

O bem-estar da população tem sido visto como um elemento de pouca importância. E é refletido através das indústrias de alimentos e bebidas. O público sofre com os ataques da mídia em virtude das divulgações de alimentos não saudáveis. E esse fato era ações conflituosas entre sociedade e indústria (DOMEME, 2016).

Uma alimentação saudável depende muitas vezes de medidas de promoção à saúde. Neste caso, é necessário que a população seja orientada, de modo que seja apoiada por meio de informações informativas e educativas. E que as propagandas direcionadas aos produtos de qualidade reduzida esteja em conformidade com a necessidade dos cidadãos. E que as leis dadas através de serviços prestados por em razão de impostos seja intermediada pela capacitação de profissionais da área em favor da melhora de qualidade de vida da população (SAÚDE, 2019).

Em relação às Políticas Nacionais, pode-se afirmar que a promoção da saúde, está atrelada a pilares políticos de programas de segurança alimentar e nutricional, onde observa-se que existem ações para amenizar a pobreza, órgãos de inclusão social e a proteção do direito humano à alimentação saudável. Nesse sentido, fortalece o mérito singular dos sujeitos em relação à sua autonomia e conjunto de territórios, na medida em uma vez que as escolhas dos indivíduos dependem de modelos políticos, sociais culturais e econômicos (CAMPOS, 2017).

O Sistema único de Saúde aponta um valor representado por 12% apresentado em 600 milhões em razão da obesidade em comparação às outras doenças. Com o agravamento da obesidade, vista como uma epidemia, esta passou ter maior visibilidade tanto em questões individuais quanto coletivas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

Tal evidência é apresentada por custos exagerados estimados aproximadamente em 1,5 bilhão de Reais por ano, através de serviços prestados como internações hospitalares, consultas médicas e medicações. Os recursos custeados pelo Estado em



detrimento do controle e prevenção à obesidade e doenças associadas muitas vezes são economizados. Doenças de origem cardiovascular como: infartos agudos do miocárdio, morte súbita, insuficiência cardíaca, e outras patologias como por exemplo: os acidentes vasculares, cerebrais isquêmicos e hemorrágicos, são avaliadas e computadas com maior número de casos de morte no Brasil (SANTOS, 2017).

O planejamento de ações em outras regiões e Estados é diferente dos planos de saúde pública em todo o país. Considerando esse fator, é possível identificar as prioridades em relação às políticas de combate à obesidade. Nesta etapa é importante reconhecer que a obesidade em diversas funções é entendida com metas e ações regionais capazes de levantar planos e ações (DIAS, 2016).

Quando se trata de controlar a obesidade, ou mesmo preveni-la, é inegável afirmar que os métodos devem ser elaborados conforme o planejamento intersetorial, de modo que sejam envolvidos diferentes setores do governo, grupos privados, instituições federais e governamentais, sociedade civil, com metas e planos de ação sem fins lucrativos (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017).

O ambiente exerce influência no comportamento e nos padrões de alimentação. Nesse sentido, pode-se afirmar que as atitudes levam à inadequação de ações não saudáveis, ou seja, acarretam em hábitos alimentares responsáveis pelo aumento do sobrepeso e obesidade. Nesse sentido, tornam-se costumes que com o passar dos anos é mais dificultoso de readaptar aos padrões de vida saudável e qualidade de vida (POULAIN; PROENÇA; GARCIA, 2011).

Os sistemas de alimentação, os aspectos econômicos, a influência genética, a relação com o meio social e o ambiente, são fatores que ligam as causas da obesidade e sobrepeso. Partindo desse entendimento, acredita-se que as ações humanas estabelecem níveis individuais, de maneira que a Educação alimentar e nutricional são entendidas como as principais responsáveis pela determinação de mudanças na sociedade, quando se trata de obesidade vista como um problema social DIAS; HENRIQUES; ANJOS; BURLANDY, 2017).

O cuidado com o corpo pode garantir ao indivíduo maior visibilidade, performance e aceitação social. Tal fator torna mais vendável e aceitável. Os que não conseguem alcançar um padrão de beleza “considerável” sofrem com estigmas, preconceito, desprezo e aceitação por parte da sociedade (CASTRO, 2017).



Os padrões que envolvem a indústria da beleza em razão do corpo magro, geram pressões sociais em detrimento da aceitação de saúde e beleza. Sabe-se que são reconhecidas como símbolo de perfeição e caracterizadas como “belo”. E que muitos sofrem com esses modelos relacionados à estética quando se trata de desmistificar o complexo estímulo causado pela indústria da beleza. A qual apoia seus interesses na mídia (SOUZA, 2017).

Em áreas urbanas e desenvolvidas percebe-se que a obesidade é vista de forma nítida, e as regiões que mais sofrem com esse problema são as do sudeste e sul do Brasil. Apesar de outras localidades apresentarem um número baixo de pessoas obesas em relação a essas duas regiões, esse fato não minimiza o impacto causado em determinadas localidades do país (SOUSA, 2015).

Nota-se que a obesidade e o sobrepeso vêm sendo caracterizados como fenômenos da cidade. Entretanto, países com um nível menor de desenvolvimento não deixam de levantar dados alarmantes de crescimento à obesidade. Em comparação aos países desenvolvidos, percebe-se que os dados anuais de casos de obesidade são maiores em relação ao Brasil (Ministério da Saúde, 2017)

O capitalismo contemporâneo tem sido ao longo dos anos influenciado por valores dominantes de regras de consumismo e individualismo. Os indivíduos se tornam cada vez mais amantes do próprio “Eu” e usam o seu corpo como forma de mercadoria, elementos que trazem uma preocupação em relação à estética e a busca pelo corpo perfeito (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

As relações entre mídia e estética são enfatizadas pelo respeito ao modelo de beleza a qual a sociedade atual se configura, o qual remete aos estereótipos de aceitação do corpo magro, definido e com a aparente característica do corpo “saudável”, o que acarreta em um número cada vez maior de mulheres e homens que distorcem os valores morais e éticos e passam a fazer dietas para controle de peso, uso prática exacerbada exercícios físicos e o uso indevido de produtos ilegais e drogas e drogas anorexígenas (GONÇALVES, 2016).

Os países em geral ao longo dos anos vêm apresentando políticas públicas de combate à obesidade e sobrepeso. Partindo desse pressuposto, é interessante analisar o impacto nas diferentes sociedades, visto que é um desafio que envolve diferentes territórios. E esse fator gera a necessidade de implementação de estratégias contra a obesidade (ANDRADE; SILVA, 2016).

As metas organizadas assumidamente por meio de compromissos firmados com as políticas nacionais e estratégias do governo, através de parcerias internacionais por diferentes pactos intrasetoriais não estão apoiados em medidas absolutas e em grande escala, com o intuito de desenvolver as políticas públicas para o combate da obesidade. De forma que fosse visionada com um problema de saúde pública (SECCHI, 2017).

Paralelo às estratégias e planos de ação, é evidente que haja investimento em setores estaduais e municipais, para que desse modo se estabeleça um modelo de inspiração aos outros caminhos e situações da realidade (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016).

Dessa forma os avanços da sociedade civil não serão vistos com um grau de intensidade maior se não houver articulação baseada em legislações, no que se refere às prestações de serviço e programas baseados em metas diferenciadas nos anos anteriores como forma de amenizar e controlar a obesidade no Brasil ((RAMOS, 2020).

#### **4. ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À OBESIDADE**

Algumas estratégias de políticas públicas de combate à obesidade, necessita da junção de diferentes níveis de atuação entre as ações governamentais em detrimento de recursos favoráveis à saúde e alimentação. Neste contexto os Estados e governos por meio da câmara interministerial são acionados com o objetivo de evitar que problemas possam afetar a qualidade de vida da população em geral. A partir dessa articulação, foram criados comitês intersetoriais cuja ação está associada à prevenção e controle da obesidade (BRASIL, 2018).

Em 2011 o ministério da câmara desenvolveu o CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, além da instituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e Organização Pan Americana de Saúde/ Organização Mundial de Saúde. O plano intersetorial designado como Plano Plurianual, tornou-se ainda uma estratégia forte contra o enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis, acionadas no período de 2011-2022 (GOMES; CARVALHO, DIAS, 2017).

Entre os diferentes planos e estratégias, evidencia-se como objetivo promover uma alimentação equilibrada e incentivo à prática de exercícios físicos, e controle da obesidade, como forma de melhorar o padrão alimentício da sociedade brasileira,

valorização do consumo de produtos da região, e a facilitação de alimento saudáveis aos brasileiros. Orientar a sociedade na busca por alimentos de origem orgânica, de modo a deixar de lado o consumo de industriais e processados, reduzindo dessa forma o sódio, o açúcar e a (BEZERRA, 2019).

Conscientizar por meio de políticas públicas a atividade física em escolas, ambiente de trabalho, praças e outros lugares públicos, como academias de saúde ao ar livre e adequação de locais urbanos e com segurança à vida da comunidade. A garantia e cuidado à saúde de pessoas em situação de sobrepeso/obesidade, e meios de transporte que promovam melhoria de vida individual e coletiva, de acordo com hábitos saudáveis de maneira que facilite o acesso de famílias em prol do bem estar social (ASSIS, 2017).

Algumas ações foram elaboradas pela política de programa intrasetorial ligada ao SUS. Neste contexto, observa-se que houve uma complexidade, a qual atravessou muitos interesses e conseqüentemente incentivaram as campanhas de práticas alimentares. Os interesses de incentivo perpetuaram estratégias de marketing da indústria de alimentos. Os governos obtiveram com isso, uma disputa estratégica de argumento, capaz de justificar e convencer durante a ação política (CAVALCANTE, 2017).

Os eixos de ações e programas de interesse à qualidade de vida da sociedade, inclui o apoio de estruturas baseadas Agricultura Familiar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Nesta perspectiva, ocorre a interferência de Estados e municípios, baseando-se na distribuição de alimentos, centrais de coleta desses produtos e processamento com destino às entidades que apoiam famílias em estado de insegurança alimentar (ALMEIDA, 2015).

Com o intuito de minimizar os altos índices de fome e conseqüentemente a precária alimentação da população, foi instaurado em 2003 o programa governamental conhecido como “Fome Zero”, aceito pela portaria 687/2006. A política Nacional responsável pela prevalência deste programa ligava as políticas sociais à saúde, com interferência na promoção da qualidade de vida de crianças e adolescentes (GOMES, 2019).

A escola é um local de interesse maior quando se trata de envolver estratégias de saúde. Tendo em vista que o ambiente escolar é responsável por difundir diversos pontos positivos relacionados à saúde, cuidado pessoal, alimentação e atividade física. Embora

as escolas proporcionem informações e prática das ações do Estado (HENRIQUES; BARBOSA; BURLANDY, 2017)

No ambiente escolar são transitados programas e ações envoltos pelo Ministério da Educação e da saúde, os quais embasam suas metas e objetivos por meio de setores intersetoriais. Os quais aliam-se aos planos de segurança alimentar e nutricional, atividade física e práticas corporais, atreladas às estratégias no enfrentamento da obesidade através do Programa Saúde na Escola (RODOLFO; CARNEIRO, 2016).

O estímulo dado aos programas de apoio às estratégias de saúde e segurança alimentar e nutricional auxiliam na prática de melhores condições de vida da população. A mobilização em favor da educação acerca e autocuidado em relação ao estilo de vida saudável, orientação aos profissionais de ações ao sistema alimentar de maneira ampla e participativa. Nesta sequência, os atores envolvidos nas diferentes áreas como por exemplo: Assistência social, saúde, educação, segurança alimentar e entre outros (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

É importante ressaltar que as academias de saúde contribuem bastante para a disseminação de atividades promocionais com atuação de representantes da saúde. A OMS auxilia na capacitação de profissionais, inserindo-os em locais favoráveis ao treinamento e comprometimento com a sociedade, através de grupos de apoio, como o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) em parceria com as unidades de saúde/SUS (BRASIL, 2019).

O planejamento de ações vinculadas à saúde depende não apenas de órgãos governamentais propostos pelas políticas públicas, como também é direcionado por uma equipe ou uma rede que se mantenha ativa e atenta pelo espírito de inovação, mobilização e criatividade de grupos com metodologias focadas na organização e controle da vigilância, relacionados à planos nacionais de incentivo à alimentação básica e nutricional (MAXIMIANO, 2016).

Considera-se também a orientação com enfoque nas diretrizes escolares de redes públicas e privadas, ao compreender os níveis de ensino infantil, fundamental e médio. A partir dessa elaboração, as Políticas Nacionais consideram a necessidade de atuação dentro desses setores

A construção constante de elementos em virtude do conhecimento, visto como um fator integrante de saberes e práticas no desenvolvimento dos aspectos de vida saudável, interferem na minimização de gastos no Sistema Único de Saúde, em relação a doenças

e mortes. Alguns setores de intervenção como: Escolas, organizações comunitárias, e outras instituições ajudam a mobilizar a comunidade, trazendo o entendimento de que manter uma vida saudável é tarefa de todos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

O Caderno de Atenção Básica e a crescente publicação de documentos baseados no Ministério da saúde, têm mostrado cada vez mais que as medidas de prevenção à obesidade, passam por dificuldades relacionadas à universalidade de intervenções cirúrgicas por exemplo. As dificuldades enfrentadas pela escolha pessoal de modificar em termos, de alimentação e prática de atividade física (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016)

Embora as políticas públicas tenham interesse de intervir e auxiliar nas publicidades alimentícias, não é interessante para a indústria de produtos processados, fazer campanhas quando ao consumo de produtos com maior probabilidade de melhora nos aspectos saudáveis, visto que as políticas de vigilância e Agência Nacional levantam parcerias, não sendo permitido incluir tais campanhas, sob o risco de prejudicar determinadas indústrias (BRASIL, 2019).

A obesidade no que diz respeito à esfera de saúde pública vem sendo reconhecida como um problema social do qual a doença é um fator de risco para outras doenças. De acordo com a OMS a saúde é vista como um direito, amplamente formada por um conjunto de fatores ligados a alimentação e nutrição. Esses fatores incluem a orientação e reflexão sobre as práticas educativas condicionadas ao abastecimento e consumo de alimentos (PEREIRA, 2018).

As ações educativas validam a oportunidade de medidas de saúde e procedimentos terapêuticos. No entanto, não é possível favorecer mudanças sustentáveis, haja vista que as metas individuais requerem maior sacrifício em espaços sociais. Apesar dos esforços feitos, em sua grande maioria, os planos educativos têm forte influência na prescrição de consultas. Em contrapartida, criam possibilidades de inclusão e muitas vezes não são adotadas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

As ações intersetoriais pertencentes aos órgãos governamentais, sozinhas não conseguem resolver os problemas de saúde pública. E por esse motivo há uma certa dificuldade em abordar o surgimento de setores multifatoriais. Os saberes e práticas de regulamentação das políticas públicas necessitam ser difundidos de maneira que a sociedade reconheça os assuntos tratados, os serviços prestados, os envolvidos, os setores recursos ali aplicados. A constituição permanente dos setores intersetoriais em detrimento

da saúde, aceleram as dificuldades obtidas durante a transversalidade de planos e metas de promoção à saúde (MONTEIRO, 2019).

Os órgãos federativos devem compartilhar e difundir informações. É preciso que todos os envolvidos se apoderem do tema, complementem e compartilhem saberes e práticas, para que absorva corresponsabilidade de ambas as partes. Tanto do Estado quando por parte dos indivíduos, afim de que sejam adotados novos conhecimentos e métodos de interesse público. (JUNQUEIRA,2016).

## **5. A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NO COMBATE À OBESIDADE**

A prática regular de atividade física é de extrema importância para prevenir doenças ocasionadas pela obesidade, assim como é necessária para tratar doenças variadas. O avanço em relação aos exercícios traz muitos benefícios às pessoas em condição de sobrepeso, sobretudo o grupo de idosos, que normalmente são os mais afetados com o aumento de gordura no corpo (NAHAS, 2016).

Dentre esses benefícios estão: a melhora da resistência, demonstrado através do bem-estar geral, diminuição de problemas mentais e físicos como: ansiedade e depressão, melhora da autoestima, estética e emoções. Praticar exercícios físicos não apenas melhora a qualidade de vida, como também previne o acúmulo de gordura no organismo (SIQUEIRA, 2016).

A falta de atividade física e a incidência do aumento de tecnologias e espaços alavancados de modernidade são causas pertinentes de obesidade, de acordo com a Associação Brasileira. Além desses fatores estão as péssimas condições de classe regida pelo baixo índice educacional em cidades brasileiras, e que alarmantemente ampliam as taxas de obesidade no país (SAMULSKI; NOCE,2016)

### **5.1 Qualidade de vida**

Em uma pesquisa envolvendo diferentes grupos de pessoas, com faixa etária distintas. Foi utilizado um sistema como forma de instrumento para avaliar a qualidade de vida de praticantes de exercício aeróbio e anaeróbio, na qual foram feitas perguntas simples e de caráter objetivo, baseadas no sistema SF-36, caracterizado em sua grande maioria por questionários envolvendo questões de saúde a serem respondidas individualmente ou de forma coletiva.

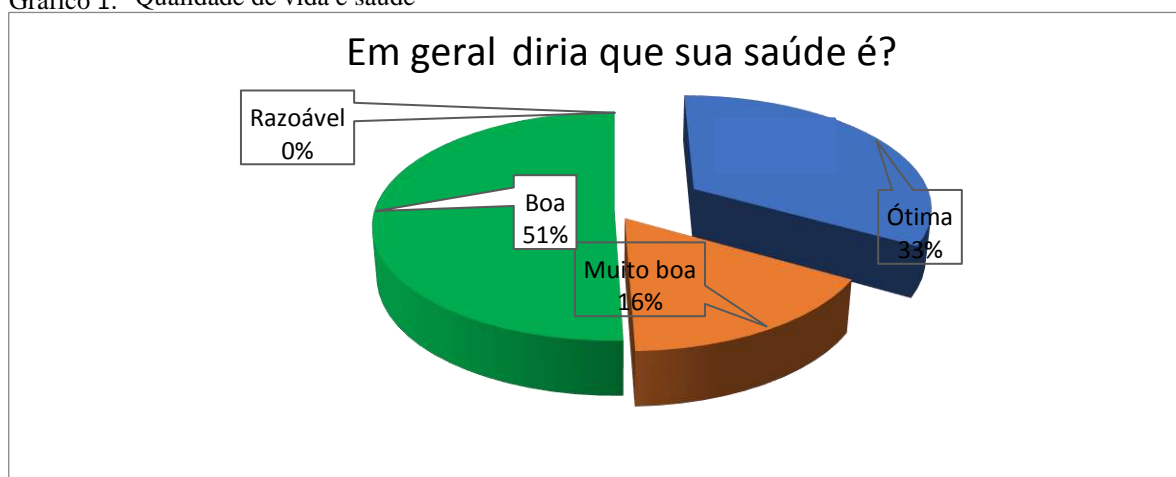
Foram selecionadas perguntas que estavam de acordo com as propostas até aqui estudadas acerca de como a comunidade (neste caso os praticantes de exercício físico) se sentiam e como classificavam sua saúde. Em seguida, foi feita uma avaliação referente aos treinos e exercícios de treinamento realizado pelos pesquisados, sem levar em consideração o programa de treinamento ou a atividade física específica dos entrevistados.

A entrevista foi levantada na cidade de Tucuruí-PA, em diferentes bairros. Os integrantes selecionados eram pessoas fisicamente ativas e praticavam atividade física pelo menos 3 vezes por semana. É importante destacar que não houve aprofundamento total na pesquisa, haja vista que a mesma foi realizada com o intuito de levantar dados que confirmem a importância da atividade física. E que os principais itens do questionário estavam relacionados apenas às perguntas diretamente ligadas à saúde e bem-estar.

Os resultados obtidos nesta pesquisa foram apresentados sob forma de gráfico. O número total de praticantes de exercício físico que participaram da pesquisa foi de 20 pessoas, com idade entre 20 a 54 anos. Em relação aos dados socioeconômicos, 14 eram casados e 6 declararam serem solteiros.

No gráfico 1 encontra-se a porcentagem que descreve o quantitativo dos 20 entrevistados referente à pergunta sobre como definem sua saúde após a prática diária de exercícios físicos.

Gráfico 1: Qualidade de vida e saúde



Fonte: organizado pelo autor

Com base no gráfico 1 e referente ao questionário acerca da qualidade de vida dos entrevistados, pode-se destacar de que forma estes julgavam a sua saúde, haja vista que a pergunta, foi classificada em um contexto geral. Como benefício da prática a das

atividades é interessante destacar que um bom percentual das participantes relatou suas experiências positivas quanto a análise realizada. Na qual 100% dos pesquisados classificaram sua saúde em 33% ótima, e 17% muito boa e 50% boa, ou seja, um grande percentual correlacionado às atividades físicas.

É interessante notar que os exercícios físicos têm um grande juízo valorativo para o contexto da qualidade de vida, pois, para uma grande massa é considerado como prática de lazer. Tendo em vista que o indivíduo se apropria das atividades diárias tais como: trabalho, estudo ou obrigações secundárias, características estas de uma vida mecanizada e exaustiva (ALVES, 2017).

Vale mencionar que a prática de exercício físico, aliada à falta de informação também não andam juntas, haja vista que muitas pessoas praticam atividade física sem a ajuda de um profissional e de forma excessiva, com o intuito de ter “mais qualidade de vida” (COSTA, 2018).

Outros fatores também contribuem como por exemplo: Mudança dos hábitos alimentares, e uma vida mais ativa, haja vista, que estes são fatores indispensáveis para construção de uma vida sadia. E a ausência desses recursos podem colaborar para o inverso, caracterizado pela obesidade, a qual possui como umas das causas o sedentarismo. Observa-se ainda, que com o passar dos anos observa-se que a falta de atividade física contribui para o desenvolvimento de problemas e malefícios que contribuem para uma péssima saúde e negativa o bem-estar do indivíduo (OLIVEIRA, 2018).

Com isso, conclui-se a pesquisa destacando o incentivo à prática de exercícios, estimulado pela busca na melhora da qualidade de vida, provando o avanço em grande escala em razão de efeitos positivos, que vão desde a concepção e formação dos ciclos exemplificado pelos níveis: infantil, juvenil, adulto até a terceira idade, no que concerne à saúde e hábitos de vida saudável.

É de suma importância que os interesses e influências sobre a saúde e diminuição de doenças ocasionadas pela obesidade sobressaiam-se, de modo a estimular o processo de inclusão destes indivíduos e que esteja em conformidade, no intuito de promover uma vida ativa, com destaque nos exercícios físicos, e melhoria na qualidade de vida da população (CONFEEF, 2018).

Essa observação é preocupante, visto que a qualidade de vida não depende exclusivamente de atividade física. No entanto, é necessário enfatizar que somente a



prática de exercício não reduz o aparecimento de doenças e não previne futuras complicações em relação à qualidade de vida (BOUCHARD, C).

No ramo da educação física, são orientadas situações como por exemplo: alimentação saudável e estilo de vida pelo profissional da área. Tal participação na vida das pessoas inclui a identificação de problemas que podem trazer graves consequências à saúde, por intermédio do sobrepeso e aumento de gordura no corpo. O seu papel em ações de serviços na atenção básica está atrelado às condições financeiras, para que sejam acionados trabalhos com enfoque no cuidado de famílias e acompanhamento de projetos de nutrição e atividade física (LUIZ, 2010).

Em relação à prestação de serviços e assistência à população, é válido ressaltar a importância de capacitação dos profissionais de educação física, em recorrência da inclusão de pessoas obesas ou com um grau elevado de sobrepeso. Sua tarefa está diretamente interligada às funções sociais, haja vista que seu papel é muito importante na análise e cuidado e prevenção de doenças ocasionadas pela obesidade (CAVALCANTI, OLIVEIRA, 2018).

O profissional de educação física é habilitado para reconhecer, ajudar, educar e auxiliar nos problemas que envolvem saúde e qualidade de vida, como foi citado anteriormente, a obesidade. No entanto, sua qualificação de formação continuada depende de investimentos e ações que interceptem o seu trabalho e sua função perante a sociedade (PAIXÃO; AGUIAR; SILVEIRA; 2016).

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, fica evidente que o aumento recorrente de casos isolados de obesidade, caracterizada pela prevalência de comorbidades, reflete a maneira com a qual a sociedade se internaliza através do consumo exacerbado de gordura, falta de atividade Física e conseqüentemente a ineficiência de subsídios por parte das ações político-governamentais do país. Discutir sobre a prevenção de controle e combate à obesidade tem se tornado um assunto amplamente questionado nos diversos setores da sociedade (PINHEIRO; FREITAS; CORSO 2017).

As políticas públicas têm sido elaboradas com o intuito de resolver não apenas o problema de obesidade, como também questões de interesse público. Embora seja dificultoso criar métodos e estratégias de combate à obesidade, é evidente que as ações

governamentais por parte do Estado não parem, haja vista que são inúmeros problemas sociais brasileiros.

É interessante que se criem novos modelos de serviços públicos, ou mesmo que as políticas intrassetoriais se mobilizem e se reinventem, tomando como orientação os casos evidentes de saúde e qualidade de vida. Nesse contexto, é importante que a população se atente às mudanças de hábito e que a atividade física seja um elemento aliado à sua rotina. O profissional de Educação Física sem dúvida muito importante nessa jornada, de prevenção às doenças como obesidade e conseqüentemente o surgimento de outras patologias.

## 7. REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, F.; ZAPATA, T. **A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil**. Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. p. 211-225.

ALMEIDA, L. L. Categorias institucionais das políticas de saúde no Brasil (1990-2017). **cadernos ibero-americanos de direito sanitário**, v. 6, n. 2, p. 78–94, 2017.

ALMEIDA, Lia de Azevedo; GOMES, Ricardo Corrêa. **Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas**. Ebape, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1-12, 12 set. 2018.

ALMEIDA, M. H. T. **Federalismo e políticas sociais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 28, ano 10, p.88-108, jun. 2015.

ALMEIDA, U. C. **Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional**; Brasília: 2011.

ALVES, J. B. G. ET AL., Prática de esportes durante a adolescência e atividade física de lazer na vida adulta. **Rev. Bras. Med Esporte**. Vol. 11, Nº 5, 2017.

ANDRADE, S. S. C. A.; ALVES DA SILVA, M. M. Avanços do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis no Brasil, 2011- 2015. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, n. 25, v.2, p.373-390, jun. 2016.

ARAH, M. F. S. **Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas"**. Revista de Administração Pública, SciELO Brasil, v. 50, n. 6, p. 959–979, 2016.

ARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio. **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Unesp, Editora Fiocruz, 2017.

ARRETCHE, M. T. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. São Paulo: Fapesp; Rio de Janeiro: Revan, 2019.

ARRETCHE. **Federalismo, políticas e instituições:** o Brasil em perspectiva comparada. In: DINIZ, Eli. (Org.). Globalização, estado e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017, p. 263-300.

ASSIS, C.N. **Práticas de cuidado às pessoas com excesso de peso no sistema saúde: onde ficam os sujeitos e a subjetividade?** [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2017.

BECHELAINÉ, C. H. O.; CKAGNAZAROFF, I. B. **As avaliações vão para a gaveta? Uma revisão teórica dos fatores relacionados ao uso de avaliações de políticas públicas.** Contabilidade, Gestão e Governança, v. 17, n. 2, p. 78-93, maio/ago. 2016.

BEZERRA, R. J. O. A importância da atividade física no combate a obesidade infantil. Anais. Natal (RN) Evento on-line - **Amplamente Cursos**, 2019.

BICHIR, R.M. **Mecanismos federais de coordenação de políticas sociais e capacidades institucionais locais:** o caso do Programa Bolsa Família. 2011. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2015.

BOUCHARD, C. **Atividade física e obesidade.** São Paulo: Manole, Rev. Bras. Cienc. Farm. vol.39 nº4. 2003.

BOULLOSA, R. F.; RODRIGUES, R. W. S. **Avaliação e monitoramento em gestão social: notas introdutórias.** Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 3, n. 3, p. 145-178, 2014.

BOURDIEU, P. **Gostos de classe e estilos de vida.** Porto Alegre: 2012.

BRASIL, F. G. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje**, v. 25, n. 1, p. 71-90, 2016.

BRASIL. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).** Resolução RDC nº 344, de 13 de dezembro de 2002. Regulamento técnico para a fortificação das farinhas de trigo e das farinhas de milho com ferro e ácido fólico. Brasília: Anvisa; 2019.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade:** recomendações para estados e municípios. Brasília: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. 2018.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde.** Política Nacional de Educação Permanente para o controle social no Sistema Único de Saúde. Brasília, 2018.

BRASIL. Decreto o 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei n o 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SI - SAN** com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN (2019).

BRASIL. **Diretrizes do NASF**: caderno de atenção básica número 27. Brasília: Ministério da Saúde; 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, Df: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2018. Brasília: Ministério da Saúde; 2019.

BRASIL. **Sistemas Nacionais de Políticas Públicas**. Relatório de Pesquisa. 2016. Capacidade burocrática e financeira do estado-membro na política de assistência social. Relatório de pesquisa 2017.

CAMPOS, E. T. Organização Pan-Americana da saúde; Conselho Nacional de saúde. **Inclusão dos cidadãos nas políticas de saúde**: experiências brasileiras e europeias: Laboratório de Inovação sobre Inclusão de Cidadãos na Implementação das Políticas de Saúde. Brasília, 2016.

CAMPOS, G. W. **Avaliação de política nacional de promoção da saúde**. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 745-749, 2017.

CASTRO, A. L. de. **Culto ao corpo e sociedade**: mídia, estilos de vida e cultura de consumo. Rev. Bras. Atividade Física e Saúde. V. 5, n.1, 2017.

CAVALCANTE, E.F.L. **Planejamento e coordenação de ações de alimentação e nutrição**: enfrenta mento do sobrepeso e da obesidade no Município do Rio de Janeiro [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz; 2017.

CAVALCANTI, A. M.; OLIVEIRA, A. C. L. **Autocuidado apoiado manual do profissional de saúde. Curitiba**: Secretaria Municipal de Saúde. Rede de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações [Internet]. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2017.

Conselho Federal de Educação Física. resolução CONFED nº 046/2002. Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas ações. **Revista Campo do Saber** – ISSN 2447 - 5 017 Página Volume 3 - Número 1. jun de 2017.

COSTA, R. F. **Atividade Física e Obesidade**. In: Atividade Física Adaptada. Barueri: 2018.

DIAS, P. C. Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 33, p.1-12, 18 jul. 2016.

DOELLINGER, C. **Avaliação de Políticas Públicas no Brasil**: uma análise das políticas de defesa da concorrência. 5. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

DOMEME S.M. A. **Indicadores nutricionais e políticas públicas.** Estudos avançados. 2016; 17 (48): 131-135.dos custos da obesidade para o Sistema Único de Saúde do Brasil.

DRAIBE, S. M. **Avaliação de implementação:** esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. São Paulo: 2018.

FURTADO, B. A. **Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas.** Brasília: Ipea, 2015.

GOMES, F.S. **conflitos de interesse entre governos e setor privado comercial no âmbito das ações de alimentação e nutrição para o enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis.** Brasília: 2014.

GOMES, Sandra. **Políticas nacionais e implementação subnacional:** uma revisão da descentralização pós-Fundef. Dados, Rio de Janeiro, v. 52, p. 659-690, 2019.

GONÇALVES, B. R. S. N. **A mídia como instrumento modelador de corpos:** Um estudo sobre gênero, padrões de beleza e hábitos alimentares. n. 94, p. 41, 2008.  
GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. **Controle do peso corporal:** composição corporal, atividade física e nutrição. 2. ed., Rio de Janeiro: Shape, 2016.

GUTIERRES, K. A. **Projetos Políticos, trajetórias e estratégias:** a política de assistência social entre o partido e o Estado. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

HENRIQUES, P, L. **Obesidade e políticas públicas:** concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. Cad. Saúde Pública 2017.

HERINGER, F. R. A. **Quantas políticas públicas há no Brasil?** o problema da imprecisão conceitual para a avaliação de políticas públicas. 2018. 32 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, Instituto Legislativo Brasileiro-IIb, Brasília, 2018.

JAIME, P. Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p.1829-1836, jun. 2018.

JUNQUEIRA, L. Intersetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 34, p.35-45, dez. 2016.

LOTTA, G. **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil.** Brasília: Enap, 2019. 323 p.

LUCCHESI, T. R. **Políticas públicas em saúde pública.** São Paulo: Bireme/opas/ 2017.

LUIZ, B. C. Importância do tratamento e prevenção da obesidade infantil. **Educação Física em Revista**, vol. 4, nº 2, 2010.

MAXIMIANO, T.O. **Percepção de gestores e profissionais da saúde sobre a linha de cuidado do sobrepeso e da obesidade** [Dissertação de Mes - trado]. Botucatu: Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares**. Brasília, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade**. Brasília: Ministério da Saúde; 2016

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2 a Ed. Brasília: 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**; 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde. Brasília, 2006. v. 5. 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Obesidade**: caderno de atenção básica número 12. Brasília: Ministério da Saúde; 2016.

MONTEIRO, C. M. **Ultra- processamento de alimentos e doenças crônicas não transmissíveis**: Implicações para políticas públicas. Brasília, 2019.

NAHAS, M.V. **Atividade física, Saúde e Qualidade de vida**: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 4 ed. Londrina: 2014.

OLIVEIRA, M. L. Estimativa I. 2013. 95 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. **Mudanças alimentares e educação nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. p. 149-163.

PAIXÃO, J. A.; AGUIAR, C. M.; SILVEIRA, F. A. S. Percepção Da Obesidade Juvenil Entre Professores De Educação Física Na Educação Básica. **Rev. Bras. Med. e Esporte** – Vol. 22, 2016.

PAULUS, J. Políticas públicas de saúde no Brasil. **Revista Espaço Para A Saúde**, Londrina, v. 8, n. 1, p.13-19, dez. 2018.

PEPINE, P.F. **Circunferência da Cintura como indicador de gordura corporal e alterações metabólicas em adolescentes**: comparação entre quatro referências. Ver. Assoc. Med. Bras. 2010.

PEREIRA, A. E. T. **A Obesidade e sua Associação com os Demais Fatores de Risco Cardiovascular em Escolares de Itapetininga**, Brasil. 2018.

PEREIRA, A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2018.



PINHEIRO, A. O. R.; FREITAS, S. T. F.; CORSO, A. T. C. Uma abordagem epidemiológica da obesidade. **Rev. Nutr.**, Campinas, V. 17, Nº 4, 2004.

POULAIN, J.; PROENÇA, R. P. C.; DIEZ-GARCIA, R. W. **Diagnóstico das práticas e comportamento alimentares: aspectos metodológicos.** Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p. 149-163

RAMOS, D. B. **Propostas governamentais brasileiras de ações de prevenção e controle do sobrepeso e obesidade sob perspectiva municipal.** **Caderno de Saúde Pública: Cadernos de Saúde Pública, Brasília, v. 5, n. 3, p. 1-18, mar. 2020.**

RECH, D. C. As políticas públicas e o enfrentamento da obesidade no Brasil: uma revisão reflexiva. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, v. 1, n. 1, p.131-135, 3 out. 2016.

RODOLFO G. R. CARNEIRO, E. C. Fatores associados à obesidade em escolares. **Jornal de Pediatria - Vol. 80, Nº1, 2016.**

SAMULSKI, D. M; NOCE, F. **A importância da atividade física para à saúde qualidade de vida: um estudo entre professores, alunos e funcionários UFMG.** **Rev. Bras. Atividade Física e Saúde. V. 5, n.1, 2016.**

SANTOS, A. M. **Reflexões acerca as públicas no enfrentamento a obesidade no Brasil.** **Sociedade em Debate, Pelotas, RS, v. 17, n. 1, p.219-236, jun. 2018.**

SANTOS, AM. **Reflexões acerca das políticas públicas no enfrentamento a obesidade no Brasil.** **Sociedade em Debate 2017; 17 (1): 219-236.**

SAÚDE, Secretaria de Vigilância em. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil.** Brasília: Ministério da Saúde, 2020. 122 p.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos.** São Paulo: CENGAGE Learning, 2012. SILVA JUNIOR, J. B. OLIVEIRA, T. P.; SANTOS, M. A. S. 2017.

SILVA P.F. A. **Os sentidos e disputas na construção da Política Nacional de Promoção da Saúde.** (Rio J.) 2014; 24: 441-65.

SIQUEIRA, M. S. Efeitos do treinamento resistido e aeróbio intervalado periodizados sobre o Índice de massa corporal em pacientes com síndrome metabólica.; 8(1):22-28. **revista movimento.** v08.n1.v154, 2016.

SOUSA M. C. **A intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho.** **Ciência, Saúde Coletiva 2017; 22:1781-90.**

SOUSA, A. P. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 13, n. 4, p. 483-492, 20015.

SOUSA, M. F. **O Programa saúde da família no Brasil**: análise do acesso à atenção básica. Rev. Bras. Enfermagem. 2008.

SOUZA.S.R.P. **Corpo, ciência e mercado**: reflexões acerca da gestão de um novo arquétipo da felicidade. Florianópolis: Ed. UFSC, Campinas: Autores Associados,2017.

TASCA, R. **Inovação na gestão dos sistemas de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2015.

TONI, J. **O planejamento estratégico governamental**: reflexões metodológicas e implicações na gestão pública. Curitiba: Inter-Saberes. 2016.

VIANA, AL. **Política de saúde e equidade**. São Paulo em Perspectiva 2019.

## PUBLIC POLICIES TO COMBAT OBESITY

**ABSTRACT:** This text seeks to identify ways to diagnose the effects between obesity in Brazil and public policies, based on the national history and general health situation of the population, highlighting the role of the Physical Education professional, based on the assumption that there is a dialectic in the socio-political and cultural field of government and public health elements. The study aims to map the strategic insertion of public policies to the detriment of regulation to combat obesity. It aims to relate the scientific debate between possible government solutions and public interest justifications through discourses with planned impact through practical ideas. The work is configured in the approach of government documents, database and reports aimed at the strategic planning of public policies. Thus, in this study, the inefficiency of subsidies on the part



of political-social actions in the country is evident. Parallel to this context, there is the confrontation of joint strategies with intersectorial involvement and social participation, which configure measures and conditioning proposals in the sector to combat obesity

**KEYWORDS:** Public Policy. Obesity. Combat. Health.

# ***Capítulo 5***

---

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER EM COMUNIDADES**

### **QUILOMBOLAS: Um estudo a partir de produções científicas**

**DOI: 10.29327/554869.1-5**

Rose Meire Melo Dos Santos

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: Um estudo a partir de produções científicas

*Rose Meire Melo Dos Santos*

## RESUMO

A temática em discussão trata a respeito das Políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas, no contexto das produções científicas brasileiras. O objetivo principal desta é apresentar o debate das concepções específico existente relativo ao tema, Políticas Públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas na conjectura brasileira. A metodologia produzida nesta pesquisa é caracterizada como abordagem qualitativa em nível de estudo descritível exploratório. Utilizou-se de descritores como: “Políticas Públicas” “Esporte” “lazer” “quilombolas”. Definido como base de referências o banco de dados dissertações e teses Google acadêmico. A investigação de dados desenvolvida foi análise de conteúdo apresentado por Trivinos.

Palavras-chave: Esporte. lazer. quilombos.

## 1. INTRODUÇÃO

A existente pesquisa aborda a temáticas Políticas Públicas de Esporte e Lazer em Comunidades Quilombolas, para compreender o cenário do esporte e do lazer em comunidades quilombolas. Considerando que, a falta de políticas públicas leva a população quilombola a sofrer, há comunidades que as políticas públicas não se fazem presentes, ocasionando falta da melhoria de condições de vida para este corpo social. A efetivação de políticas públicas de esporte e lazer é algo ratificado pela maioria dos integrantes das comunidades.

Estes entendem que o esporte e o lazer podem favorecer de forma concreta em suas relações cotidianas, assim, estas somam para que suas reivindicações sejam atendidas.

“Política pública remete-se a um conjunto de ações realizadas pelo estado, visando ao bem estar coletivo”. (SOUZA, C., 2006).

Fazer políticas públicas em comunidades quilombolas em nosso país significa atender a população que foi tradicionalmente distanciada dos ganhos e das riquezas.

Com a constituição federal de 1988, as comunidades quilombolas ganharam espaço em suas reivindicações e visibilidade, assim houve uma ruptura com a exclusão.

Avaliar a importância que o estado brasileiro adota e faz-se presente através das políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas e ter o conhecimento das dificuldades de implementação do acesso a estas condições são grandes desafios ainda experienciados em todo o Brasil.

“O esporte e o lazer que também são vistos como uma atividade econômica obtém-se benefícios em diversos seguimentos da vida, como por exemplo no aspecto biológico, psicológico e social da saúde”. (Alves, J.A.B.; Pierantio. P., 2007).

Nesta perspectiva de raciocínio, elaboraram-se questões norteadoras deste estudo:

Quais os tipos de estudos que apresentam políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas no ano de 2017 a 2021?

Quais as principais conclusões existentes das produções científicas publicadas sobre Políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas no ano de 2017 á 2021?

O conteúdo da pesquisa surgiu a partir de um trabalho desenvolvido na disciplina Pesquisa Prática pedagógica III, no qual foi determinado um tema e dentro dessa tônica coube a investigação.

A revelação social do estudo esporte e lazer é saber que são duas áreas vinculadas a educação física e o professor de educação física precisa compreender melhor esses dois espaços de atuação, que é dentro do setor esporte, como também do segmento lazer.

As políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas tem sido pouco estudadas e implementadas em especial nos últimos anos em razão da pandemia da COVID19. Por este motivo os investimentos em políticas públicas de esporte e lazer por parte do governo federal, estadual e municipal ficaram reduzidos nos anos de 2020 e 2021.

Tais políticas de esporte e lazer se mostram de grande importância para estas comunidades, foi possível observar que no Brasil há uma carência em investimentos em políticas públicas para as comunidades quilombolas que se mobilizam e reivindicam seus direitos a uma vida digna e lutam por garantias apesar dos grandes desafios.

“As atividades esportivas e de lazer tem um efeito compensatório que daria vazão as tensões do cotidiano, assumindo papel educativo e socializador” (MEZZARROBA, C.,2008).

“A política pública de esporte e lazer passou a ser considerado um direito do cidadão e um dever do estado começando a aparecer como matéria na legislação brasileira”

(BRACHT, V.; Almeida, F. Q.;2003).

Nessa conjuntura a finalidade da pesquisa é empreender uma análise das discussões das publicações científicas existentes referentes a políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas do ano de 2017 á 2021.

Com a intenção de atingir os objetivos propostos, aplica-se como metodologia a pesquisa bibliográfica concretizada por meio da análise minuciosa dos artigos existentes na literatura e dos trabalhos científicos publicados em meios eletrônicos.

O artigo final foi constituído nas ideias dos autores: Assunção (2017), Da Silva (2021), Grossi (2019), Costa (2017), Fonseca (2018), Larissa (2017), Mussi (2017), Araújo (2019), Soares (2018), CG notícias(2021).

## 2. MATERIAIS E METODO

Utilizando a declaração de Trivinos, esta pesquisa apresenta-se como qualitativa. ( Trivinos 20109).

No que se refere a seus meios trata-se de uma pesquisa documental indireta pautada em estudo bibliográfico de produção científica. ( Marcone & Lacatos, 2005).

## 3. UNIVERSO E AMOSTRA

A rede de dados definida para obter o universo inicial tratou-se Google acadêmico. Os termos pesquisados no estudo foram, “políticas públicas” “esporte” “lazer” e ”quilombolas”. Nessa fase inicial, todas as produções científicas que apresentavam as palavras chaves em título, palavra chave ou no resumo foram escolhidas. Foram consideradas pesquisas publicadas a partir do ano de 2017 a 2021.

A pesquisa teve como resultado um total de quarenta e dois estudos em artigos ( Google acadêmico). Desta busca foram eliminados os trabalhos que datavam antes de 2017, publicações de revisão, livros e estudos críticos de especialistas, o intuito da observação eram trabalhos experimental em formato de tese, resumo expandido e artigos. Os que correspondiam os critérios estabelecidos somam oito artigos científicos, 1 tese e um resumo expandido.

Posteriormente realizada à triagem, foram averiguados os títulos e sinopses das pesquisas a fim de observar quais tratavam a respeito de Políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas. Do total foram escolhidas oito artigos científicos, uma tese de doutorado e um resumo expandido.

Desse modo a amostra ficou composta por dez documentos: oito artigos, uma tese de doutorado, um resumo expandido, destes foram extraídas informações de leitura de suas sínteses e se necessário, no texto completo do estudo.

#### **4. ANÁLISE DE DADOS**

Realizada uma investigação de conteúdo procedendo a fase de pré análise, apresentação analítica e interpretação (TRIVINOS, 2009). Estabelecidas as categorias: Título de pesquisa, autores, objetivo, metodologia e conclusão. Cumpriu-se também uma identificação atribuída ao ano de publicação da pesquisa.

#### **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este artigo teve como proposta analisar pesquisas científicas, referente à inspeção bibliográfica com a intenção de elaborar um perfil de conhecimento da área de políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas, publicados no período de 2017 a 2021.

A plataforma de dados utilizada foi (GOOGLE ACADÊMICO), com o objetivo de organizar os artigos, teses de doutorado e resumo expandido, disponível no portal de conhecimento e pesquisa. No que diz respeito ao propósito de examinar o componente do ano de publicação, objetivo, metodologia e conclusão relacionados ao assunto “políticas públicas” de “esporte” e “lazer” em comunidades “quilombolas” constatando qual o vínculo existente com a área de educação física.

Os documentos verificados apontam que as políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas é recente, e a preocupação do Estado brasileiro referente a intervenção, reconhecimento e a solução de problemas ocasionados pela falta ou inexistência de políticas públicas de esporte e lazer ainda é precária na maioria dos quilombos do Brasil.

Existem comunidades quilombolas sem espaço específico de lazer e à esportes proporcionados por órgãos públicos. A pesquisa possibilitou refinar a atenção para um

tema complexo. O esporte e o lazer em comunidades quilombolas são vistos como secundários e muitas vezes imperceptíveis.

O acesso ao esporte e o lazer, apesar de garantidos como direitos, na realidade não acontece como deveria, para a melhoria das condições de vida destes atores sociais. O esporte e o lazer são um mecanismo formidável no componente curricular Educação Física, se bem trabalhados e ordenados podem promover a saúde física e emocional especialmente no momento em que estamos vivenciando de pandemia da COVID19.

Quadro 1 – Resumo dos estudos sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer em comunidades Quilombolas

QTD	ANO	AUTOR(es)	TÍTULO DA PESQUISA	OBJETIVO DA PESQUISA:	METODOLOGIA	CONCLUSÃO	TIPO DE DOCUMENTO
01	2017	Raimundo Nonato Assunção Viana	As Práticas Corporais nas comunidades remanescentes de quilombos enquanto campo investigativo no âmbito do esporte e lazer. ( Práticas corporais nos quilombos).	Concretizar uma sondagem das práticas corporais no campo do esporte e lazer em quilombos situados no Município de Guimarães, visando pontuar informações que, contribuam com levantamento de Políticas Públicas de esporte e lazer que possam cumprir com a ânsia e a carência própria a tal comunidade.	O estudo realizado no intervalo de dez anos produzido em método de revisão bibliográfica. Elaborado um inventário com detalhamento relacionado a temática, aspirando consolidar o propósito de análise da revisão.	O desfecho indica que, há uma carência de produção acadêmica pelo menos, no campo do colégio brasileiro de ciência do esporte.	Artigo científico



02	2021	Maria da silva Almeida Nicole Nascimento da Silva Tainara Poliana de Melo Fernando de Lima Itamar Lages Ranieri Moreira Da Silva Wellington R. Junior Emmanuelly	Necessidades expectativas, potencialidades e fragilidades dos espaços de lazer em comunidades quilombolas de Garanhuns-PE.	Verificar a carência, viabilidade, capacidade, debilidade, referente ao ambiente de lazer na comunidade quilombola Garanhuns/PE. Assim como, alencar sugestões para criação coexistente com a comunidade para preparação	A pesquisa qualificou-se como investigativa e narrativa de análise qualitativa. Participaram (30) residentes da comunidade quilombola, as informações foram coletadas em duas fases: 1º realizada por intermédio de entrevista. 2º diálogo com (10) participantes. (8) estiveram presentes para mencionar	A pesquisa comprovou que esses locais de lazer, como: praça ( espaços com bancos e mesas), quadra poliesportiva são reconhecidos como locais que proporcionam saúde e bem estar; porém foi caracterizada como inexistência do ambientes de lazer.	Artigo científico

		Correia De Lemos.		e andamento do ambiente de lazer comunitário.	sugestões para a organização de locais de lazer na comunidade.		
03	2019	MATOS , Lucília DA Silva, Bahia, Mirleide Charr	Mulheres quilombolas e o acesso as políticas públicas : desafios na sociedade contemporânea.	Entender as práticas sociais vividas por mulheres quilombolas no contexto das políticas públicas de esporte e lazer a partir do ponto de vista das mulheres quilombolas, provedores de serviços e gestores de políticas públicas.	Realizada entrevistas com (11) mulheres, (8) homens, (5) grupos locais com (17) quilombolas, além de (1) gestora de políticas públicas de esporte e lazer para a população negra.	O desfecho expôs o problema ao acesso a educação, transporte, esporte e lazer, saúde, trabalho e a permanência de esteriótipos de gênero que substancia a subalternidade da mulher.	Artigo científico

04	2017	Carla Tereza Ocelli Costa	Vem que hoje é dia de festa: Corpo território e ancestralidade nas festas da comunidade quilombola carrapatos da Tabatinga Bom Despacho/ MG.	Discernir as qualidades particulares formadas a partir das múltiplas relações entre a grandeza do universo quilombola tais como: as dimensões corpo, território e ancestralidade, procurando definir o diálogo entre suas práticas corporais específica e as apropriações universais, pondo em evidência o que surge da relação entre este tensionamento.	Análise qualitativa o estudo de caso desenvolvido em uma perspectiva etnográfica, revelou um enfoque metodológico mais adequado, favorecendo um mergulho no mágico universo festivo da comunidade. Disposto de imagem fotográfica.	Compreender o lazer tornou-se essencial, entender o lazer com um olhar que procura romper com a divisão e assim, permite atentar ao cotidiano interrompendo o dualismo trabalho/ tempo livre; trabalho/ cultura.	Tese de Doutorado
----	------	---------------------------	--	---	--	--	-------------------

05	2018	André Ricardo Fonseca Da Silva	Políticas Públicas para comunidades quilombolas: Uma luta em construção.	Abordar a elaboração de políticas públicas para comunidades quilombolas, conversando com a história dos africanos desde a travessia do atlântico, levando em consideração o interesse do capital no modo de produção escravocrata. Analisar as políticas públicas próprias criadas no contexto brasileiro para a comunidade quilombola destacando o programa Brasil quilombola.	Enfoque qualitativo: uso da historiografia para a compreensão e um novo sentido da palavra quilombola. Realizada investigação de dados primários e secundários de órgãos públicos.	A normatização fundiária definitiva juntamente com a realização de políticas públicas específicas são meios para elaboração da cidadania quilombola, assim permite que se obtenha um respaldo jurídico para os quilombolas.	Artigo científico
----	------	--------------------------------	--	---	--	---	-------------------

06	2017	Larissa Michelle Lara	Esporte e lazer em comunidades quilombolas no Paraná: Identificando realidades e apontando desafios para implementação e/ou aprimoramento de políticas públicas.	Constatar carências do esporte e lazer em comunidades quilombolas e analisar as condições intrínseca para a efetivação e o melhoramento de políticas públicas de esporte e lazer .	Estudo qualitativo, investigativo e diálogo com a comunidade quilombola.	A investigação da realidade quilombola no estado do Paraná, poderá servir de referência para iniciativas de investimentos em políticas públicas de esporte e lazer como direito social previsto na constituição brasileira. A estas comunidades.	Artigo científico
07	2017	Ricardo Franklin De Freitas Missi, Leila Maria Prates Teixeira Missi, Cristiano De Santana Borba, Angelo Maurício De Amorim	Atividades física praticadas por adultos em uma comunidade quilombola do alto sertão Baiano em seu tempo livre.	Verificar as práticas de atividade física realizada pela população adulta em uma comunidade quilombola em seu tempo livre.	Pesquisa observacional, análise e avaliação de dados qualitativos coletados ao longo de um determinado período de tempo.	O estudo constatou que o futebol é a atividade física mais praticada por mulheres e homens da comunidade. De toda faixa etária, além disso foi evidenciado que a maioria dos residentes adultos da comunidade quilombola os mais idosos parece não ter nenhum tipo de atividade física.	Artigo científico

08	2019	Emerson Araújo De Campos, Joelma Cristina P. M. Alencar	Práticas de lazer em comunidades remanescentes de quilombos no estado do Pará.	Constatar as práticas de lazer de uma comunidade quilombola no estado do Pará.	Pesquisa de campo, entrevistas, questionários, análise e registro fotográfico, a análise dos dados de característica descritivo e analítico.	Descoberto a ocorrência de ambientes e práticas de lazer, existe políticas públicas em esporte, no entanto não há diversidade de equipamentos públicos específico de lazer ordenados por órgãos públicos.	Resumo expandido
09	2018	Zeca Soares	Copa quilombola de futebol no Maranhão.	Fortalecer a sensação de pertencer ao povo negro fortificar a identidade étnica dos praticantes. Harmonizar a convivência dos moradores do local, incorporar e enaltecer a cultura negra no Maranhão.	Pesquisa de campo observação de eliminatória da seletiva de competição entre os participantes, torneios e etapas classificatórias.	A copa quilombolas integra atletas de quilombos de todo o Maranhão, além do enfoque esportivo, estimula nas comunidades que participam o orgulho de ser negro e pertencer ao quilombo e ainda contribuir para elaboração cultural e material do Maranhão.	Artigo científico

10	2021	CG NOTÍCIAS Agência municipal de notícias de C/G.	Moradores da comunidade quilombola Tia Eva, e vila saraiva ganham a primeira academia ao ar livre.	Atender a comunidade proporcionando qualidade de vida através do lazer, o espaço oferece a manutenção e o cuidado com a saúde física e emocional às proximidades da comunidade quilombola.	Entrevista com os usuários do local e questionário demonstrando o nível de satisfação com relação ao espaço e modernidade dos equipamentos.	Verificou-se que estes espaços de lazer promovem qualidade de vida, e uma boa autoestima aos usuários, proporcionado e estimulando maior participação de toda a comunidade, e ainda revitaliza os espaços públicos, buscando levar mais esporte e lazer.	Artigo
----	------	--	--	---	---	---	--------

Viana (2017) realizou uma análise das práticas corporais em comunidades remanescentes de quilombos no campo do esporte e lazer, visando pontuar informações que contribuíssem com o levantamento de política públicas de esporte e lazer e que atendessem os anseios e a carência a tal comunidade.

Almeida, Silva, Melo, Lima, Ranieri, Silva, Júnior, Lemos (2021), verificaram a carência, viabilidade, capacidade, debilidade referente ao ambiente de lazer na comunidade quilombola Garanhuns / PE, e assim, enumeraram sugestões para a instalação de ambiente de lazer comunitário.

Silva, Bahia, Charr (2019), procuram entender em seu estudo as políticas sociais vivenciadas por mulheres quilombolas no contexto de políticas públicas de esporte e lazer.

Costa (2017), procurou definir em seu trabalho, o diálogo entre as práticas corporais de lazer quilombolas específicas e as apropriações universais evidenciando o que surge da relação entre este tensionamento.

Silva (2018) destaca as políticas públicas criadas no contexto brasileiro para a comunidade quilombola, faz um panorama da história desse povo, destacando o programa Brasil quilombola.

Lara (2017) constatou a carência de políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas e faz um estudo para a efetivação e o melhoramento para sua implantação.

Missi, Borba, Amorim (2017) observaram as práticas de atividade física realizada pela população adulta em uma determinada comunidade quilombola em seu tempo livre.

Campos, Alencar (2019), estudaram as práticas de lazer em uma comunidade quilombola no Pará.

Soares (2018), analisa as políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas no Maranhão, esta fortalece e estimula a sensação de pertencimento ao povo negro.

CG notícias (2021), políticas públicas de esporte e lazer para comunidades quilombolas, as academias ao ar livre proporcionam e promovem boa qualidade de vida e lazer.

Viana (2017) adotou a metodologia de revisão bibliográfica e elaborou um inventário com detalhamento relacionado ao tema esperando consolidar o propósito de análise de revisão.



Almeida, Silva, Melo, Lima, Ranieri, Silva, Júnior, Lemos, (2021), desenvolveram uma pesquisa de caráter investigativo e narrativo de análise qualitativa, participaram trinta indivíduos da comunidade quilombola, as informações foram coletadas em duas fases 1º entrevistas e 2º diálogo com dez participantes. Oito participaram com sugestões para a organização de locais de lazer na comunidade.

Silva, Bahia, Charr (2019), O estudo foi realizado por meio de entrevistas, participaram mulheres, homens e a gestora de políticas públicas de esporte e lazer para a comunidade quilombola.

Costa (2017), Desenvolveu pesquisa de análise qualitativa esta revelou ser um método mais adequado, para favorecimento do universo festivo da comunidade.

Silva (2018) Utilizou a pesquisa qualitativa para melhor compreensão e um novo sentido da palavra quilombola, realizou investigação de dados primários e secundários de órgãos públicos.

Lara (2017) Elaborou um estudo qualitativo, investigativo e diálogo com a comunidade quilombola.

Missi, Borba, Amorim (2017) Pesquisa observacional análise e avaliação de dados qualitativos coletados ao longo de um determinado período de tempo.

Campos, Alencar (2019) procuraram aplicar pesquisa de campo através de entrevistas, questionários, análise de registro fotográfico e análise de dados de característica descritiva e analítica.

Soares (2018) Produziu uma análise observacional de campo.

CG noticias (2021) Produziu a pesquisa através de entrevistas e questionários.

Viana (2017) Concluiu em seu estudo que, há carência em relação a produção acadêmica referente ao campo do colégio brasileiro de ciência e esporte.

Almeida, Silva, Melo, Lima, Ranieri, Silva, Júnior, Lemos (2021) mostraram em seu resultado que os locais de lazer como praças, quadras poliesportivas, são reconhecidos como ambientes que proporcionam saúde e bem estar porém, ficou caracterizada como inexistentes tais espaços de lazer.

Silva, Bahia, Charr (2019) Comprovaram no desfecho de seus estudos o problema no acesso à educação, transporte, esporte, lazer, saúde e trabalho, e também a permanência de estereótipos de gênero que substancia a subalternidade da mulher.

Costa (2017) Finalizou sua pesquisa compreendendo o lazer como essencial e procurou romper com o dualismo trabalho/ tempo livre; trabalho/ cultura.

Silva (2018) Comprovou em seu estudo que a normatização fundiária definitiva, juntamente com a realização de políticas públicas específicas são meios para elaboração da cidadania quilombola, assim permite que se obtenha um respaldo jurídico para os quilombolas.

Lara (2017) A investigação da realidade quilombola no estado do Paraná, poderá servir de referência para iniciativas de investimentos em políticas públicas de esporte e lazer como direito social previsto na constituição brasileira a estas comunidades.

Missi, Borba, Amorim (2017) Finalizaram o estudo constatando que o futebol é a atividade física mais praticada por mulheres e homens da comunidade. De toda faixa etária, além disso, foi evidenciado que a maioria dos residentes adultos da comunidade quilombola; os mais idosos parecem não praticar nenhum tipo de atividade física.

## 6. CONCLUSÃO

Assim sendo, os resultados dessa pesquisa expõe que as políticas públicas de esporte e lazer para as comunidades quilombolas, são vistos como secundários ou praticamente imperceptíveis, existindo comunidades sem nenhum espaço para tais práticas, apesar de reconhecerem esses locais como ambientes que proporcionam bem estar físico e emocional. O acesso a estas políticas públicas de esporte e lazer ainda necessitam de investimentos e implementação de forma efetiva para que possam ser reconhecidos como cidadãos plenos de direitos garantidos. Este estudo procurou avaliar e entender a importância que o estado brasileiro direciona e realiza as políticas públicas de esporte e lazer e como tais ações contribuem para a melhoria das condições de vida e garantia de direitos sendo elementos que fazem parte da construção de uma vida digna e da cidadania quilombola.

## 7. REFERÊNCIAS

<http://congressos.cbce.org.br/index.php/1enppel/1enppel/paper/view/8752>

<https://www.efdeportes.com/efd185/programa-esporte-e-lazer-da-cidade.htm>

<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/165>

[file:///C:/Users/biel\\_/Downloads/18017-Texto%20do%20artigo-73918-3-10-20120426%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/biel_/Downloads/18017-Texto%20do%20artigo-73918-3-10-20120426%20(1).pdf)

<https://www.esporte.ce.gov.br/2018/03/21/sesporte-atende-liderancas-das-comunidades-dos-quilombolas/>

<https://igualdaderacial.ma.gov.br/com-o-maranhao-quilombola-governo-leva-beneficios-a-comunidades-em-todo-o-estado/>

<https://cpisp.org.br/jovens-quilombolas-se-reunem-para-discutir-politicas-publicas/>

<https://www.redalyc.org/journal/3211/321158843026/html/>

<https://igualdaderacial.ma.gov.br/com-o-maranhao-quilombola-governo-leva-beneficios-a-comunidades-em-todo-o-estado/>

<https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=237411>

<https://www.blogsoestado.com/zecasoares/2016/09/20/quilombolas-disputam-copa-de-futebol>  
<http://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/moradores-da-comunidade-quilombola-tia-eva-e-vila-sarai-va-ganham-a-primeira-academia-ao-ar-livre/futebol>

<https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/3023>

<https://core.ac.uk/download/pdf/15937359>

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2018/06/promocao-igualdade-racial.html>

<https://www.scielo.br/j/rbce/a/XDG4rDmTrBcGrt6H8JgyY9k/?format=html&lang=pt>

<https://core.ac.uk/display/30404239>

<https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Texto-Esporte-e-Lazer-Em-Comunidades/59858340.html>

<https://www.scielo.br/j/refuem/a/ffWvBcy9RhZt3XQh>

<https://www.youtube.com/watch?v=hGz7RnOa7oA>

<https://www.youtube.com/watch?v=xPRAiGAAzfA&t=4836s>

<https://www.youtube.com/watch?v=5Cko85rEoRE>

<https://www.youtube.com/watch?v=Px-JQcHfi7Y>




# ***Capítulo 6***

---

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E MEIO AMBIENTE**

**DOI: 10.29327/554869.1-6**

Antonio Joaquim Moraes dos Santos  
Lucas Fernandes



## POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E MEIO AMBIENTE

*Antonio Joaquim Moraes dos Santos*

*antonio.jsantos@aluno.uepa.br*

*Lucas Fernandes*

*lucas.fernandes@aluno.uepa.br*

### RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar os discursos das políticas públicas de lazer e meio ambiente, com ênfase nos significados inerentes à sua difusão. Organizando-se a partir de revisão bibliográfica, na qual foram utilizados artigos de produção teórico-científica. Na qual o discurso oficial é marcado por um excessivo processo de estudo que atribui a tais direitos sociais, de caráter instrumental prático, sendo este discurso ratificado e reforçado pela comunicação social. No entanto, o debate acadêmico trabalha no sentido de mostrar a importância desses discursos, produzindo uma abordagem crítica sobre o tema.

Palavras chave: Políticas Públicas; Lazer; Meio Ambiente

### 1. INTRODUÇÃO

O direito ao lazer segundo a Constituição Federal do Brasil, é assegurado a todos os cidadãos, na atual concepção de direito (Brasil, 2009). Das concepções plausíveis do lazer identificada em escritores como Alves (2003), mostra a obrigação de empenha-se as noções do meio cultural ao relacionar como lazer. Desde então, atividades naturais de lazer, inclusive nacionais e internacionais, ganhou destaque nas últimas décadas. O comportamento de luta política pela proteção ambiental e fins econômicos comercialização de espaços e práticas intimamente relacionadas com a natureza, ganhou muito destaque na última década. O ingresso flexível às paisagens naturais preservadas (litorais, montanhas e florestas) criou característica de distinção social e tem colaborado para o crescimento das desigualdades socioespaciais (LUCHIARI, 2002).

As pessoas vivem várias mudanças em seu dia a dia e o lazer passou a ser responsável por essas mudanças. Dentre as várias práticas que caracterizam a dinâmica social, a prática do lazer acaba sendo afetada por falta de tempo, pois a sociedade se adquiriu características pós-industriais, sendo a tecnológica o principal obstáculo, os quais trouxe transformações sociais.

Portanto, o lazer é imprescindível para a reprodução da vida, por isso deve ser tentados alguns ajustes que possam se adequar ao meio ambiente, sendo o tempo

destinado ao lazer o principal responsável, fazer atividades prazerosas em lugares que envolva ambientes naturais pode trazer um novo significado, assim, como apontam Tahara e Schwartz (2003), vivenciar atividades intimamente ligadas à natureza tornou-se uma nova perspectiva no lazer, principalmente nos esportes, como os de aventura.

Nesse contexto, patrimônios naturais em preservação são divididos em categorias, classificando áreas a serem preservadas, conforme a fragilidade ou importância do ecossistema. Algumas classes permitem a visitação, atuando com o objetivo de lazer e de educação ambiental, estabelecido na Lei Federal nº 9.985/2000 (BRASIL, 2000).

O desafio de reinterpretar as possibilidades de lazer na dinâmica do espaço natural limitado, acaba trazendo outros desafios que por evidenciar a necessidade de horas laborais, que também se limitam ao ambiente familiar, refletindo tensões entre a vida e o lazer. Por exemplo, vale a pena mencionar que a desigualdade social por ser o maior obstáculo na vida de muitas pessoas torna o acesso a área com mais opções de ambientes mais difícil, assim, locais onde há atrativos diferenciados como rios, praias, montanhas e patrimônios históricos, se tornam menos acessível a esses indivíduos.

Nessa perspectiva, o conteúdo apresentado neste artigo considera todas essas situações e o propósito de compreender a ótica da avaliação. a percepção da revisão de dez artigos que embasam a importância da abordagem crítica sobre as políticas públicas, lazer e meio ambiente.

Desse modo, o objetivo deste trabalho foi compreender as visões dos autores sobre lazer e meio ambiente, no qual, fatores cruciais foram analisados e estudados de forma branda por cada autor.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

### **TIPO DE ESTUDO**

É uma revisão integrativa da literatura que, Segundo Silveira, é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática.

Melo (2014) diz que esse método permite a inclusão simultânea de pesquisa quase-experimental e experimental, combinando dados de literatura teórica e empírica, proporcionando compreensão mais completa do tema de interesse.

### **RESULTADOS**

As principais atribuições de cada artigo selecionado, serão apresentadas em um quadro, onde obter-se-á ano, autor, objetivo do estudo, tipo do estudo, e os principais resultados da pesquisa.

Quadro 1: Publicações incluídas nesta revisão

QTD	ANO	AUTOR	TÍTULO DA PESQUISA	OBJETIVO DA PESQUISA	METODOLOGIA	CONCLUSÃO
1º	2014	MARCO, B. A. et al.	A PREGUIÇA, A CULPA E O TEMPO: REFLEXÕES SOBRE O LAZER CONTEMPORÂNEO	Caracteriza-se pela busca do prazer, que não necessariamente se realiza, compreendendo uma dimensão subjetiva e, ao mesmo tempo, uma dimensão social.	Observacionais (coorte)	A análise do filme permite pensar um pouco sobre características do lazer contemporâneo que nem sempre estão presentes nas abordagens.
2º	2014	JENIFER, L. et al.	LAZER, CULTURA E FOLCLORE: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE GRANDES ÁREAS DE CONHECIMENTO	Analisar os artigos da Revista Brasileira de Folclore que fizeram referência às manifestações folclóricas entendidas como lazer.	Revisão Bibliográfica	Evidenciamos que o estudo do lazer a partir do prisma do folclore possibilita um entendimento diferenciado sobre o mesmo, quando esse é equiparado à diversão ou ao divertimento.
3º	2014	LÍVIA, M. et al.	EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL: LAZER E TURISMO NO CONTEXTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO (BRASIL)	Analisar o papel e as possibilidades da atividade turística e de lazer na educação, reabilitação e promoção do patrimônio cultural rural em fazendas históricas paulistas, como uma das modalidades da animação sociocultural.	Exploratória	Este artigo veio contribuir para uma reflexão no campo da educação não formal não como alternativa à escolarização, mas como parte integrante da discussão do tempo livre e do lazer no campo da animação sociocultural, ao longo da vida do indivíduo.
4º	2014	MIRAÍRA, N. M. et al.	COSTA DA LAGOA: REFLEXÕES SOBRE	Analisar os sentidos e	Etnografia	Ao concluir a pesquisa, mas

			AS CRIANÇAS, AS BRINCADEIRAS E A NATUREZA	significados encontrados nas relações estabelecidas pelas crianças, moradoras da Costa da Lagoa, entre o ser, o brincar e a natureza.		longe de saciar as inquietações como pesquisadoras, avaliamos que a etnografia oportunizou uma caminhada significativa pelas trilhas e travessias da Costa.
5º	2014	SIMONE, R. et al	ESPAÇOS DE LAZER, MEIO AMBIENTE E INFÂNCIA: RELAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO CIDADÃO URBANO	Analisar características pós-industriais com destaque aos avanços tecnológicos e seus desdobramentos, os quais levaram a sensíveis transformações sociais e ambientais.	Revisão de Literatura	Os pontos centrais para pesar a dimensão humana nas cidades são: "respeito pelas pessoas, dignidade, entusiasmo pela vida e pela cidade como lugar de encontro".
6º	2014	OROMAR A, S. N. et al.	PRÁTICAS CORPORAIS DE LAZER, CONSCIÊNCIA E COMPORTAMENTO AMBIENTAL NO RIO ARAGUAIA: A PRAIA DO GOIANO	Identificar as principais práticas corporais presentes nos acampamentos montados nas praias do rio Araguaia	Revisão de Literatura	Concluimos que haviam poucas práticas corporais presentes nos acampamentos, sendo que a maioria dos turistas optavam pelo "descanso", e que existem contradições entre a consciência e o comportamento ambiental dos turistas.
7º	2014	REINALDO T. B. P. et al.	PARQUES URBANOS E O CAMPO DOS ESTUDOS DO LAZER: PROPOSTAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA	Discute a trajetória das ideias sobre cidade e cidadania apontando as relações com o lazer.	Revisão de Literatura	Geral das cidades, como políticas públicas urbanas e ambientais nas quais os parques estão inseridos e outra ligada especificamente ao uso público dos parques



8º	2014	CHRISTIANNE, L. G.; MIRLEIDE, C. B.; RODRIGO, E.; LEONARDO L. L.; RODRIGO, L. P. S.	LAZER, SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE NA AMÉRICA LATINA: PROBLEMATIZAÇÕES E DESAFIOS	Identificar e debater as contribuições do lazer para a sustentabilidade e os desafios ambientais do presente.	Revisão Bibliográfica	urbanos. Constatou-se que a maioria dos voluntários acredita que o lazer pode contribuir substancialmente com os desafios da sustentabilidade, por ser um momento privilegiado de conexão do sujeito.
9º	2014	ROBERTO, P. V. et al.	OS DESTINOS TURÍSTICOS: ENTRE A ECOEFICIÊNCIA E A COMPETITIVIDADE	Encontrar um ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento autônomo dos destinos turísticos e a tutela do meio ambiente.	Revisão de Literatura	As alterações climáticas são atualmente consideradas uma temática fundamental e a indústria turística é chamada a contribuir para a redução das emissões responsáveis pelo efeito estufa.
10º	2014	SILVIO, L. F. et al.	USOS E PRÁTICAS DO LAZER E DOS TEMPOS LIVRES: DO CONSUMO À PROCURA PELA FELICIDADE	Debate sobre a gênese do conceito de lazer e as principais concepções do ócio nas sociedades humanas. A perspectiva é apresentar os sentidos e concepções da ideia de lazer.	Revisão Bibliográfica	Os sentidos de lazer por meio dos conceitos de práticas relacionadas à trabalho-lazer, apresentando as ideias iniciais para compreensão da genealogia do conceito e os novos posicionamentos do campo na atualidade.

### 3. DISCUSSÃO

Os dez estudos selecionados diferenciam-se quanto ao meio em que estão inseridos, trata-se de estudos sobre lazer e meio ambiente, que difere da característica que o meio ambiente impôs na busca ao lazer social.

Para os pesquisadores Marco, B. A. et al. (2014) relatam em seus estudos que o lazer na contemporaneidade está, precisamente, em tentar compreender o contemporâneo, um momento marcado pelo intenso desenvolvimento tecnológico e movimentos políticos surpreendentes. Jenifer, L et al. (2014) o lazer tem investigações de suas outras formas de demonstração presentes no seu passado, e de como pessoas envolvidas nesses outros tipos de vivências enxergam o colosso e usufruem dele, no seu tempo de não trabalho.

No entanto Lívia, M. et al. (2014) diz, que lazer e o turismo por meio dos âmbitos de manifestação e da educação no tempo vago, uma perícia em que se pode aprender com alegria e muitas vezes com muita emoção, como afirma Palhares (2013), que a educação é impossível de ser idealizada dá um contexto das emoções. Nós, humanos, somos constituídos por uma “tradição biológica”, que faz parte do coletivo, mas também traz condições singulares, pois o ser humano faz parte da cultura natural, corporificado em seus aspectos físicos e emocionais.

LEFF (2007) alerta e afirma que “a lógica do mercado e as forças tecnológicas mudaram vidas, causando problemas ontológicos, epistemológicos e éticos sem precedentes”. Para reverter esse processo, o ambientalista defendeu “um novo significado para o mundo, a vida e a natureza”. “Método” seguiu-se em “um mundo que pode comportar muitos mundos”. Da referida forma enfatiza que “a renovação nunca virá de cima, mas de baixo, no instante em que houver um real protesto social”. Acreditamos que a ocupação dos espaços de lazer nas cidades brasileiras é um bom movimento cidadão, que promove a mobilização social e contribui para a proteção do meio ambiente.

Para Rechia (2014), investir em espaços públicos como praças, bosques e parques, e apostar na transformação de espaços abertos e inseguros em locais ambiental e socialmente sustentáveis para as gerações futuras. Que é o pressuposto básico do desenvolvimento sustentável. Além disso, também pode realizar o desenvolvimento a partir de infância até a velhice, sendo o estilo de vida transformado.

As mudanças ambientais que o mundo vem sofrendo nas últimas décadas vem mudando a vida em todo planeta. Para Ghel (2013):

O consumo de energia e as emissões de edifícios são apenas uma das suas preocupações. Outros fatores importantes são a atividade industrial, o abastecimento de energia e a gestão de água, esgoto e transporte. O transporte é um item particularmente relevante na contabilidade verde, porque é a causa

do consumo massivo de energia, subsequentes emissões de carbono e poluição grave. (Página 105).

Meio Ambiente Social para Ghel, é uma definição amplo e desafiador, por isso

Um ponto do seu foco é dar aos vários grupos da sociedade oportunidades iguais de acesso ao espaço público e também de se movimentar pela cidade [...] tem uma considerável dimensão democrática que prefere acessos estáveis para que reencontremos “outras pessoas” no ambiente público. Uma exigência geral é um espaço público bem acessível, acolhedor, que sirva como local agradável para encontros organizados ou informais.

Assim, a expressão sobre sustentabilidade informa várias interpretações que constituem o ponto de vista, interesses e estratégias de desenvolvimento. Para que haja um equilíbrio razoável entre essas dimensões, o planejamento urbano da cidade deve avançar e inferir a ideia de construir apenas estruturas físicas. Para GEHL (2013), se o desafio é remodelar as cidades para fazê-las funcionarem, os esforços devem ser focados em todos os aspectos, “do ambiente físico e dos sistemas sociais aos aspectos culturais menos óbvios, incluindo a forma como vemos o indivíduo e a comunidade urbano sociedade.

Os autores, Pacheco e Raimundo (2014), destacam que o parque da cidade imerso na cena urbana contemporânea se apresenta como um espaço potencial de comunicação intercultural educacional. No entanto, observa-se que as políticas públicas de educação ignoram o potencial desses espaços públicos de educação não formal, e não formulam recomendações abrangentes de políticas públicas que contemplem as técnicas culturais crescidas nesses espaços, aqui designados de animação socioambiental no interior e fora dos parques urbanos.

Portanto, parece que nenhuma consideração adequada tem sido dada ao planejamento do uso público desses espaços, que podem proporcionar atividades que proporcionem a inclusão social e o direito ao lazer, e até mesmo promovam um maior grau de proteção ambiental. Nessa abordagem, os gestores responsáveis pela gestão desses espaços públicos precisam estar expostos às áreas de conhecimento e intervenção profissional relacionadas às políticas públicas de cultura e lazer, e as políticas de educação do município devem levar em conta o potencial da educação não formal desses espaços.

Para Gomes et al (2014), pode-se constatar que há falta de tempo de lazer, o que reflete em grande parte o estilo de vida atual, marcado por atividades cotidianas, corrida e correria. Isso é especialmente verdadeiro para pessoas que vivem em grandes cidades e áreas urbanas e têm pouco acesso a tempo e espaço que seguem outras lógicas de diálogo com a natureza. Tudo isso tende a diminuir a qualidade de vida de quem está imerso nessa situação, prejudicando a qualidade de seu tempo / espaço e experiência de lazer.

Já Vico e Uvinha (2014), sintam o enfrentamento das alterações climáticas sendo uns dos maiores desafios pelo desenvolvimento sustentável. Disse Davos (2007), O tema é: “Mudanças Climáticas e Turismo: Enfrentando os Desafios Globais”. A primeira estratégia baseia-se no argumento de que o clima é o recurso básico da indústria do turismo. A indústria do turismo sempre foi muito sensível aos efeitos das mudanças climáticas. muitos destinos turísticos.

As variações climáticas criam impactos diretos que abalam os destinos turísticos segundo vários fatores: as alterações na intensidade das chuvas, fator que pode refletir na flexibilidade dos recursos hídricos; no crescimento das temperaturas invernais do mesmo modo durante o verão; e no aumento das catástrofes naturais que rendem certas áreas mais sujeitas a estes riscos se relacionadas com outras localidades que são consideradas menos expostas às alterações climáticas (VICO; UVINHA 2014).

Segundo Figueiredo e Saré (2014), O lazer na sociedade moderna é variável, em alguns momentos aparece como descanso e descontração, com sentido indelicado, em outros, ganha destaque como uma das atividades que pode servir para curar distúrbios de trabalho, e, portanto, é de necessidade básica, para libertar o homem da obrigação, espaço/tempo de criatividade e, principalmente, gerar novas atividades que podem se incorporar ao processo produtivo como a indústria cultural e o turismo.

Portanto, acredito que este artigo ajudará na contribuição do conhecimento do lazer no meio ambiente, como apoio ao conhecimento sobre desafios ambientais na atuação do lazer da sociedade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O lazer continua sendo um problema de saúde pública, devido à falta de políticas públicas. O lazer passou a ser, experiências significativas, o fundamental orientador dos valores necessários segundo os quais nós vivemos, necessitaríamos ver este fato refletido na natureza das experiências de lazer, na medida em que estas são comunicadas a outros

ou estão abertas à observação. Constatamos um conjunto de valores de lazer em desenvolvimento um mundo lúdico.

Nas políticas públicas, até então existe escassez de ações, mover às particularidades de grupos populacional, havendo prevalecendo o caráter técnico do lazer, o que contraria o que é recomendado pelos programas oficiais, visto que são necessárias ações para reduzir os danos provocados pela não prática do lazer.

Desta maneira, cabe às esferas públicas instigar ações de lazer aos grupos familiares, que devem ser realizadas por profissionais capacitados, eficientes, sensibilizados e humanizados. Assim poderão ser sanados os medos e as dúvidas, colocando em prática as ações de educação voltadas para um mundo lúdico, de forma que chame a atenção de todos os grupos familiares, fazendo com que se tornem mais participativas e frequentes na prática do lazer social, criando, assim, vínculos profissional-cliente.

Nesse sentido, o mundo hoje está atravessando por uma nova valorização decorrente a procura de alternativas de lazer, de acordo os objetivos alcançados, percebeu-se que o profissional de educação física encontra muitas barreiras para realizar a prática do lazer, principalmente dos mais jovens, e não sabe como lidar com tais dificuldades, que são relacionadas a não adesão de pesquisa em sua área de atuação. Neste ponto de vista, os benefícios que o lazer pode provocar para as dificuldades da sustentabilidade, podem ser várias. Mas tudo isso não pode ser percebido como um caminho já demarcado e avançado ao invés do esperado, os obstáculos são cada dia maiores. Porque as polêmicas ambientais e sociais, ao invés de diminuir, aumentam progressivamente nas sociedades atuais.

A pesquisa mostrou a importância da realização das atividades física em lugares que tem o meio ambiente como principal atração. Sabe-se da importância na realização do lazer em lugares ao ar livre. Dito isto, faz-se necessário o redirecionamento das práticas profissionais com toda a população, adotando-se a integralidade no cotidiano do cuidado de modo que este seja orientado pelo profissional, vínculo e responsabilidade diante as suas ações.

Os incentivos que o lazer pode gerar para os obstáculos da sustentabilidade podem ser muitas. Mas tudo isso não pode ser atingido como um caminho já definido e avançado contrariamente ao esperável, os desafios são cada dia maiores. Porque as polêmicas

ambientais e sociais, ao invés de decrescerem, aumentam sucessivamente nas sociedades atuais.

Nesta perspectiva, enfatiza-se a importância da realização de estudos como este para nortear novas formas de atuação do lazer. A melhoria dos ambientes que o lazer pode ser praticado varia desde um quiosque na praia até uma trilha em uma montanha. Dessa linha, Marcellino (1998) diz que o lazer tendo a chance de gerar concepções disputadoras da sociedade e da estrutura social vigente e como um tempo privilegiado para a existência de valores que contribuam com a variação da ordem moral e cultural vigente.

Logo, pode-se dizer que os objetivos desta pesquisa foram alcançados e percebeu-se que neste artigo, é evidente e urgente a imposição de produzir novas compreensões a partir das quais se possa questionar as práticas de lazer em sua vinculação com a sustentabilidade ambiental e social. Diante disso, é importante ressaltar a discussão que a utilização do espaço para atividades de lazer é capaz de promover consideráveis melhorias nas experiências agradável, significativa, educativa e sensibilizadora para a relação natureza / humano.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.985 de 18 de junho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm) Acesso em: 23 set. 2021.

LUCHIARI, M. T. D. P. A Mercantilização das Paisagens Naturais. **Enfoques Contemporâneos do Lúdico**. 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 25-42.

TAHARA, A.K; DIAS, V.K; SCHWARTZ, G. M. A aventura e o lazer como coadjuvantes do processo de Educação Ambiental. **Pensar a prática**, Goiânia, v.9, n.1 jan. /jun. 2006. Disponível em: (www.boletimef.org). Acesso em: 23 set. 2021.

PALHARES, J. A. **Gavetos, gavetas e engavetados**: constrangimentos e dilemas dos jovens (enquanto alunos) na escola e para além dela. Plataforma Barômetro Social, 2021. Disponível em: (<http://barometro.com.pt/>). Acesso em 23 set. 2021.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GEHL, J. **Cidades para as Pessoas**. Tradução Anita Di Marco, São Paulo: Perspectiva, 2013.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo; RAIMUNDO, Sidnei. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 3, p. 43-66, 2014.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília: Senado Federal, 2009.

GOMES, Christianne Luce et al. Lazer, sustentabilidade e meio ambiente na América Latina: problematizações e desafios. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 3, p. 84-105, 2014.

VICO, Roberto Paolo; UVINHA, Ricardo Ricci. OS DESTINOS TURÍSTICOS: ENTRE A ECOEFICIÊNCIA E A COMPETITIVIDADE. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 3, p. 135-147, 2014.

DAVOS Declaration. **Climate change and tourism responding of global challenges**. Switzerland: World Tourism Organization, 2007.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; SARÉ, Larissa Latif Plácido. Usos e práticas do lazer e dos tempos livres: do consumo à procura pela felicidade. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 3, p. 148-164, 2014.

ALMEIDA, Marco Bettine; GUTIERREZ, Gustavo Luis. A PREGUIÇA, A CULPA E O TEMPO: REFLEXÕES SOBRE O LAZER CONTEMPORÂNEO. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 3, p. 165-174, 2014.

VIEIRA, Jenifer Lourenço Borges. LAZER, CULTURA E FOLCLORE: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE GRANDES ÁREAS DE CONHECIMENTO. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 3, p. 106-118, 2014.

LIMA, Livia Morais Garcia. EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL: LAZER E TURISMO NO CONTEXTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO (BRASIL). **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 3, p. 119-134, 2014.

MANFROI, Miráira Noal; MARINHO, Alcyane. COSTA DA LAGOA: REFLEXÕES SOBRE AS CRIANÇAS, AS BRINCADEIRAS E A NATUREZA. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 3, p. 3-23, 2014.

RECHIA, Simone; LADEWIG, Iverson. Espaços de Lazer, Meio Ambiente e Infância: relação entre sustentabilidade social e ambiental para o desenvolvimento integral do cidadão urbano. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 3, p. 67-83, 2014.

DOS SANTOS NASCIMENTO, Oromar Augusto; DE DEUS INÁCIO, Humberto Luís. PRÁTICAS CORPORAIS DE LAZER, CONSCIÊNCIA E COMPORTAMENTO AMBIENTAL NO RIO ARAGUAIA: A PRAIA DO GOIANO. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 3, p. 24-42, 2014.





# ***Capítulo 7***

---

## **O ESPORTE ADAPTADO – ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS**

**DOI: 10.29327/554869.1-7**

Fernando Costa Barroso  
Ednix Guimarães Pereira



## O ESPORTE ADAPTADO – ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS

*Fernando Costa Barroso*

*Fernando.barroso@aluno.uepa.br*

*Ednix Guimarães Pereira*

*nixguih03@gmail.com*

### RESUMO

Ainda que o esporte adaptado desde o seu surgimento tenha crescido em questão social, ainda são os muitos desafios enfrentados, principalmente nas questões de políticas públicas, que ajudam a garantir os atletas a desenvolverem a modalidade com qualidade. Por meio deste estudo buscamos investigar algumas questões imersas ao contexto dos atletas com deficiência, no âmbito esportivo competitivo através da análise da origem, desenvolvimento e atualidade do esporte adaptado, além de analisar a atual conjuntura do paradesporto no estado do Pará. Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, utilizou-se como método, a pesquisa bibliográfica, a qual, utilizamos os estudos disponíveis nas bases de dados científicas, o texto final teve como fundamento as idéias e concepção destes autores: Benfica (2012), Tubino (2006), Machado (2006), Rubio (2002), Marques; Gutierrez; Almeida (2008), Texeira (2010), Fonseca (2000), Aranha (1995), Araujo (1997), Bracht (2003) entre outros. Diante dos argumentos dos autores e dos materiais coletados que deram embasamento a este estudo notamos a importância das instituições, dos programas e associações regulamentadas, que tem como papel o gerenciamento do esporte adaptado no Brasil, vale ressaltar que mesmo com todos estes programas e projetos envolvidos ainda são insuficientes as ações de apoio por parte do governo.

Palavras-chave: Esporte adaptado, Pessoa com deficiência, esporte

### 1. INTRODUÇÃO

A modalidade paradesportiva, são os diferentes esportes praticados por pessoas portadoras de deficiência, estes esportes são reconhecidos pelo Comitê Paralímpico Brasileiro. Portanto, qualquer modalidade esportiva praticada por pessoas portadoras de deficiência é conhecida como paradesporto e/ou paradesportiva. Para melhor entendimento deste estudo usaremos a terminologia “esporte adaptado”.

Segundo Benfica (2012), Auxiliar os indivíduos com deficiência na reabilitação física, social e psicológica é o principal objetivo do esporte adaptado. Com o decorrer dos anos, as práticas esportivas adaptadas foram desenvolvendo-se com mais seriedade. O que de fato pode ter contribuído para tornar a modalidade do esporte adaptado ainda mais interessante aos seus praticantes pode ter sido a evolução pessoal e social.

No contexto histórico as pessoas com deficiência nem sempre tiveram contato com o esporte adaptado, antes, o que imperava de fato era o preconceito, na antiguidade eram mortos por questões religiosas, outros eram abandonados e esquecidos. O esporte adaptado foi um grande divisor de águas, para que a inclusão acontecesse, mesmo que este tenha surgido em decorrência de outra tragédia histórica.

Após a segunda guerra, com a necessidade de reabilitar soldados de guerra, amputados, o esporte adaptado, foi uma ferramenta importante que auxiliou na reabilitação de soldados, e abriu espaço para que discussões necessárias fossem iniciadas, em conferências e congressos, algum tempo depois algumas instituições começam com o esporte adaptado, sendo assim a inclusão de pessoas portadoras de deficiência não aconteceu do dia para noite, há todo um contexto que é preciso analisar e conhecer.

Ainda que o esporte adaptado desde o seu surgimento tenha evoluído em questão social, ainda há muitos desafios enfrentados, principalmente nas questões de políticas públicas, que auxiliem os atletas a desenvolverem a modalidade com qualidade. Por meio deste estudo buscamos investigar algumas questões imersas ao contexto dos atletas com deficiência, no âmbito esportivo competitivo.

O objetivo geral da pesquisa é realizar uma abordagem geral das produções científicas sobre o paradesporto, estabelecendo como objetivos específicos; realizar resgate histórico, descrever como ele se desenvolveu no Brasil.

Os aspectos que norteiam o objetivo geral deste estudo, são:

- Síntese histórica do esporte adaptado no Brasil.
- Entender a organização e o desenvolvimento esportivo competitivo do esporte adaptado.
- Trazer a luz os desafios enfrentados pelos praticantes do esporte adaptado.
- Analisar a situação do esporte adaptado no Pará.

É meio fantasioso justificar um estudo tão importante como este sem um referencial teórico que o sustente, portanto, fizemos uma pesquisa bibliográfica de trabalhos já publicados afim de analisar os desafios existentes nos jogos que envolvem o paradesporto, para isto resgatarmos a história, a organização, elencamos as dificuldades dos atletas em realizar a prática paradesportiva, além de analisar a conjuntura da modalidade no estado do Pará.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

## **2.1 Análise de resultados**

Foi utilizado a técnica de análise de conteúdo, proposta pelo autor Bardin (1979), trata-se de uma análise de conteúdo que engloba a ação de explicação, sistematizar, expressar o conteúdo de textos, afim de chegar a deduções e justificativas logicas, justificadas sobre o texto de origem. Bardin (2006) Propõe algumas etapas para realização desta análise de conteúdo; a pré-análise, investigação material, filtro dos resultados, dedução e interpretação.

## **3. MATERIAIS E MÉTODOS**

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, utilizou-se como método, a pesquisa bibliográfica. Segundo Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica implica na resolução de um problema (hipótese) por meio de estudos teóricos disponíveis na literatura, analisando e discutindo suas contribuições científicas.

## **4. AMOSTRA E COLETA DE DADOS**

Esta pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da análise de artigos, já publicados na literatura, e nas bases de dados voltadas para divulgação científica, BDTD, SCIELO, PERIODICOS DA CAPES E GOOGLE ACADEMIC. Diante do pouco acervo disponível sobre a temática foi decidido pesquisar por temas livres relacionados ao tema da pesquisa, assim como, não foi definido um período específico para escolha dos dados, o texto final teve como fundamento as idéias e concepção destes autores: Benfica (2012), Tubino (2006), Machado (2006), Rubio (2002), Marques; Gutierrez; Almeida (2008), Texeira (2010), Fonseca (2000), Aranha (1995), Araujo (1997), Bracht (2003).

## **5. DISCURSÃO**

### **5.1 Do Esporte à inclusão**

Não há como falar do esporte adaptado, sem antes falar da história do esporte, para isto faz-se necessário sintetizar a história para entendermos o conceito da inclusão por meio do esporte adaptado contemporâneo.

O esporte antes mesmo de ser chamado de esporte já era presente nas práticas cotidianas do homem no mundo antigo, em atividades de sobrevivência como caça, pesca e preparação para guerra (TUBINO, 1992).

No entanto o esporte só começou de fato a ganhar forma em meados do século XVIII, autentifica-se na prática de atividade física recreativa, educativa, preventiva, ou um meio de melhorar a saúde, além de trabalhar conceitos socioculturais. O esporte tem suas diversas modalidades, cada modalidade sujeita as suas regras, regras estas que, se moldaram assim como as modalidades se ajustaram as condições históricas no decorrer dos anos, com isto novas modalidades foram surgindo.

Sobre a Cronologia histórica do esporte proposta por TUBINO, GARRIDO e TUBINO (2006), divide o esporte da seguinte maneira:

- Esporte antigo – Até metade do século XIX.
- Esporte moderno – Em 1820, marcado pela institucionalização das práticas esportivas.
- Esporte contemporâneo – Em 1980 – Marcado pela aceitação do direito de todos os esportes, e ano da Carta Internacional de Educação Física e Esporte.

O esporte na antiguidade era um meio de formação do indivíduo social, com relação as regras sociais, militar, educacional e medicinal. Época em que o máximo potencial do homem estava relacionado ao corpo e a alma, e a natureza.

Desde a Grécia antiga o esporte já fazia parte da formação social dos indivíduos como já vimos anteriormente, até que mais tarde foi proibido por ter sido considerado uma atividade pagã, segundo Machado (2006), o esporte ficou restrito apenas para as famílias nobres, não sendo desenvolvido por grande parte das pessoas menos favorecidas por um longo período de tempo.

No século XIX, o esporte moderno acompanha as transformações sociais e políticas que tiveram início no século anterior, como o, iluminismo, revolução industrial e revolução francesa e outras transformações sociais, acompanhado pela necessidade do divertimento da burguesia. (RUBIO, 2002)

Para Bracht (2003) a sociedade tem como processo de modernização a industrialização, a urbanização, evolução tecnológica dos meios de transporte e comunicação aumento do ócio e surgimento dos meios de ensino.

Já esporte contemporâneo herda do esporte moderno a identidade como campo social, já que tenta trazer autenticidade nos símbolos, signos e objetivos. Segundo Marques; Gutierrez; Almeida, (2008), as características mais relevantes do esporte contemporâneo dizem respeito as práticas ligadas a promoção da saúde, valores educacionais, e inclusão social.

Com a expansão do esporte surge a democratização e sua massificação que se caracteriza da seguinte forma, na democratização a preocupação é que o esporte esteja disponível para o máximo de pessoas possível, por meio de políticas públicas ou ações privadas, já a massificação faz com que o esporte seja apenas um produto de consumo (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008).

### **5.2 A inclusão de pessoas portadoras de deficiência no esporte adaptado**

Tendo entendido que o processo de democratização traz a importância de que o esporte esteja disponível para o máximo de pessoas, por meio de políticas públicas ou ações privadas, falaremos um pouco da história das pessoas com deficiência e como se deu o processo de inclusão.

Com as transformações sociais o esporte mudou, e trouxe mudanças na concepção social relacionada às pessoas com deficiência, na antiguidade simplesmente as pessoas com deficiência eram inexistentes quanto membro social, eram excluídas, a ponto de que crianças nascidas com deficiências eram abandonadas e esquecidas ao relento até a morte (TEXEIRA, 2010).

Assim como algumas culturas deixavam no esquecimento as pessoas com deficiência, a exemplo, os hebreus achavam que a deficiência fosse uma punição de Deus, outros como os hindus, atenienses e os romanos, cuidavam das pessoas com deficiência; no caso dos hindus, acreditavam que os cegos tinham sensibilidade interior mais aguçada, e os influenciavam a participar das reuniões religiosas, já os atenienses e romanos, cuidavam dos soldados heróis de guerra, e todos na sociedade ajudavam na manutenção desses e de suas famílias, no entanto observavam se estas pessoas receberiam assistência ou passariam por uma readaptação para um trabalho que lhes fosse apropriado (FONSECA, 2000).

Já na idade média com a influência da igreja as pessoas começaram a ser vista como pessoas que também tem alma, portanto, não eram mais mortas. No entanto

qualquer deficiente nascido era visto ou como enviados divinos ou como criaturas malignas (TEIXEIRA, 2010).

Para Aranha (1995) e Teixeira (2010) na revolução burguesa, as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como indivíduos improdutivos, que apenas traziam gastos, já que o sustento e a manutenção se davam através da venda de força de trabalho do homem.

Na idade moderna houve a melhora no tratamento das pessoas com deficiência, se deve a criação de hospitais e ao avanço da medicina. Neste exato período que a sociedade começa a perceber que as pessoas com deficiência precisam de cuidados (SHITSUKA et. al., 2008).

Mesmo com os adventos e estragos que trouxe a segunda guerra mundial, possibilitou o surgimento algumas ações que começaram assegurar os direitos da pessoa com deficiência, o reconhecimento da qualificação, e inserção no mercado de trabalho (Teixeira 2010).

Exatamente no período pós segundos guerra, o médico chamado Ludwig Guttmann, fugitivo da Alemanha, pois o mesmo era judeu, no intuito de reabilitar veteranos de guerra, utilizou de práticas esportivas, iniciou seu trabalho no Centro Nacional de Lesionados Medulares de Stoke Mandeville.

Já no Brasil, a partir do século XIX, foram criadas casas para pessoas com deficiência no Rio de Janeiro, e no século XX, começaram a ser criadas escolas para pessoas com deficiência, sendo criada a Escola Concórdia em Porto Alegre, o Instituto Santa Terezinha para meninas surdas em São Paulo, a Escola de Surdos de Vitória, entre outras (SHITSUKA et.al., 2008).

Em 1958, o esporte adaptado começa a ser praticado no Brasil, no dia 1º de abril deste ano que o cadeirante Robson Sampaio de Almeida e Aldo Miccolis, tiveram a ideia de fundar o Clube do Otimismo, e em 28 de Julho Sergio Saraphin Del Grande, que também era deficiente físico, criou o Clube dos Paraplégicos de São Paulo, dia 28 foi escolhido em Homenagem aos dez anos de Stoke Mandeville, os mesmo trouxeram o esporte adaptado para o brasil após serem tratados em hospitais norte-americanos, estes hospitais tratavam pessoas com lesão medular por meio do esporte. (COMITÊ PARALIMPICO BRASILEIRO, 2013).

## **6. ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE ADAPTADO NO BRASIL**

Percebe-se essa preocupação pelo esporte adaptado a partir necessidade de recuperação dos soldados do pós segunda guerra, mesmo período que começa a surgir instituições preocupadas com a reabilitação dos mesmo como destaca, ARAUJO (1997), A partir da segunda guerra mundial, a Europa assim como os Estados Unidos da América e, até mesmo o Brasil, preocuparam-se em criar programas para reabilitação de soldados. Exatamente alguns anos depois algumas organizações começavam a articular-se mesmo que de forma manca e autônoma, para atender as necessidades do desporto.

No Brasil, o conceito do paradesporto inclui qualquer pessoa com deficiência que pratique atividade física, no artigo 42 da lei da brasileira, toda pessoa com deficiência tem direito ao esporte. É importante ressaltar algumas modalidades do paradesporto não estão inseridas nos programas paraolímpicos, (SNPAR, 2020).

O esporte adaptado começou a se organizar a partir da realização de alguns congressos brasileiros nos anos de 1982-1986, nestes eventos eram realizados fóruns de discussão que contribuíram para que o trabalho com pessoas com deficiência começasse a ser desenvolvido, foi por meio destes fóruns que a educação física começou a sistematizar-se e a educação especial começou a se expandir (BENFICA, 2012).

Para entendermos como o esporte adaptado está organizado no Brasil, nosso objetivo é listar as principais organizações que estão na comissão de frente no que diz respeito ao gerenciamento do esporte adaptado no Brasil, sejam eles por meio de políticas públicas ou ações privadas, logo em seguida fizemos resgatamos os regulamentos de cada uma destas organizações, reiterando, estas são as principais, obviamente existem outras organizações que colaboram a nível nacional para facilitar a inclusão de pessoas com deficiência no esporte, aqui estão apenas aquelas de que se tem conhecimento e são devidamente reconhecidas.

- **CPB - Comitê Paraolímpico Brasileiro**
- **ABDC - Associação Brasileira de Desportos para Cegos**
- **ABRADECAR - Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas**
- **ANDE - Associação Nacional de Desporto para Deficientes.**
- **ABDEM - Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais.**
- **CBDS - Confederação Brasileira de Desporto para Surdos.**
- **ABDA - Associação Brasileira de Desporto para Amputado.**



INSTITUIÇÃO	DATA DE FUNDAÇÃO	Regulamento
<b>CPB - Comitê Paraolímpico Brasileiro</b>	Fundado em 30 de agosto de 1994, no Rio de Janeiro, o CBP foi criado para atender as solicitações do Comitê paraolímpico Internacional.	Art. 02 – O CPB é a entidade que administra o desporto para pessoas portadoras de deficiência, sendo uma instituição sem fins lucrativos, de forma jurídica com patrimônio próprio, com duração e tempo indeterminado. Art. 03 – O objetivo principal do CBP e a representação do Brasil pelos atletas portadores de deficiência, junto ao IPC - International Paralympic Committee, o qual tem o compromisso de manter a filiação, organizar as equipes brasileiras nos eventos promovidos pelo IPC.
<b>ABDC – Associação Brasileira de Desportos para Cegos</b>	Fundada no dia 19 de janeiro de 1984 no Rio de Janeiro/RJ	Art. 186, Decreto 80.228 de 25 de agosto de 1977 e das resoluções 14/83 e 01/84, do Conselho Nacional de Desporto- CND - É uma sociedade que não tem como fins a captação de lucros, a qual objetiva: - Cumprir a legislação vigente que supervisiona o desporto para cegos. - Administrar o desporto de cegos; organizando as ações de suas filiadas, calendário de competições sejam elas regionais e nacionais, considerando o calendário das competições internacionais, representar o desporto para cegos nas competições internacionais; formando delegações, escolhendo dirigentes e comissão técnica, além de divulgar o desporto para cegos.
<b>ABRADECAR, Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas.</b>	Fundada no dia 09 de dezembro de 1984, reconhecida como entidade nacional apenas no dia 30 de setembro de 1987, tendo como regionais fundadoras as regiões Nordeste, Leste e Centro-oeste.	De acordo com o art. 4º de seu regulamento, deve ser a única representante dirigente do desporto em cadeira de rodas no Brasil; deve estar filiada obrigatoriamente as entidades internacionais e continentais; • Outro ponto importante presente no artigo 4º diz a ABRADECAR deve divulgar o desporto em cadeira de rodas no Brasil e trabalhar para que todos os atletas, dirigente tenham o espírito desportivo. • A mesma ainda é responsável por organizar as competições e campeonatos

		nacionais, além de promover as medidas adequadas para o progresso material e técnico.
<b>ANDE, Associação Nacional de Desporto para Deficientes.</b>	Fundada em 18 de agosto de 1975, foi a primeira associação nacional do desporto para pessoas com deficiência	<p>em seu regulamento no art. 3º é responsabilidade da ANDE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar sobre o modelo olímpico no território brasileiro aplicar-se na difusão das atividades de esportes nos lugares de Les Autres, paralisados cerebrais e multideficientes empregando o esporte como forma de um mecanismo de inclusão social, com intuito de acrescentar em a sua reabilitação, propiciando e mostrando como um elemento de benefício para si, para a família, o corpo social e o país;</li> <li>• Programar e guiar, com a associação das instituições e das equipes nacionais, com a atuação do país nos jogos Paraolímpicos; todas as competições e as cerimônias internacionais, ao longo das competições nacionais e próximos e similar ao meio, e cumprir-se, sucedido que o Brasil possa ser selecionado para a sede dos mesmos;</li> <li>• Desenvolver e ordenar em conjunto com as outras associações nacionais responsáveis, integralmente os protestos aptos para conduzir e aprimorar a ação dos esportes pelos portadores de deficiência, buscando propagar e controlar a realização das normas internacionais;</li> </ul>
<b>ABDEM, Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais.</b>	Fundada em 17 de maio de 1989, a ABDEM, tornou-se independente das APAES, após a criação de seu próprio estatuto em 1995.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Art. 1º- A Associação Brasileira de Desporto de Deficiência Mental, denominada em seu estatuto de ABDEM, é formada pelos grupos que contribuem para esporte e para os indivíduos com deficiência mental, em todo país, é uma agregação civil de plano privado, sem finalidades rentáveis, e de grandeza esportivo.</li> <li>• Art. 2º- A ABDEM é a entidade encarregada pela organização do desporto para pessoas portadoras de deficiência mental em todo país, cabendo-lhe a representação no país, inclusive em conjunto com o Comitê</li> </ul>

		Paraolímpico Brasileiro, e no externo em excepcional para a barganha com as entidades internacionais. Tem por objetivo conceber, programar, coordenar, disseminar, efetivar as disputas regionais e nacionais, para pessoas com deficiência mental no Brasil e no exterior. fomentar também a consonância dos atletas.
<b>CBDS, Confederação Brasileira de Desporto para Surdos.</b>	Fundada em 17 de novembro de 1987, no Rio de Janeiro/RJ	<p>nos termos do artigo 9º da Lei nº 8.672 de 06.07.1993, (Lei Zico).</p> <p>Cap. I artigo 2º de seu regulamento tem como objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporcionar, estrutura e executar torneios desportivos dentro do país e fora dele, com a atuação de suas afiliadas.</li> <li>• Zelar pela ordem e pelo regulamento das habilidades desportivas nas federações, associações, clubes, congregações e qualquer outro órgão a qual for agregada, direta ou indiretamente.</li> <li>• executar e efetuar o cumprimento de todos os atos jurídico provenientes de entidades superiores que se encontram filiadas ou subordinadas, seja ela nacional ou estrangeira.</li> <li>• Regularizar quaisquer sistematizações em relação as inscrições, transferências, remoções, cessões temporárias e definitivas, e demais condutas relacionadas ao atleta, em qualquer nível.</li> <li>• Empregar punições, entre os seus direitos, aos encarregados pelo descumprimento das regras dos estatutos e qualquer outra condição legal.</li> <li>• Interceder conjunto aos poderes públicos, no momento em que for o caso, em alegação dos direitos e interesses legítimos das pessoas jurídicas, sujeitas a sua jurisdição.</li> <li>• Executar punições a qualquer um dos seus integrantes que violarem ou consentirem que seus filiados violem os supostos estatutos e</li> </ul>

		<p>demais diretrizes vitais, assim como ao filiado, no que pertencer.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atuar, na execução do poder nacional das funções desportivas, todos os atos essenciais para que se dê a execução das semelhantes de concordância com seus fins.</li> </ul>
<b>ABDA, Associação Brasileira de Desporto para Amputado.</b>	Fundada em 24 de agosto de 1990, em Niterói/RJ, reconhecida em 06 de junho de 1991.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conduzir o desporto para amputados no país, proporcionando sua propagação por meio de execução de competições nacionais disponibilizando o entendimento dos atletas e dirigentes o espírito desportivo;</li> <li>• Oportunizar e gerir disputas e também campeonatos nacionais;</li> <li>• Evidenciar internacionalmente o desporto para amputados em competições e eventualidades de retidão desportiva;</li> <li>• Favorecer, entre suas oportunidades, a melhoria do material e o método de suas filiadas</li> </ul>

Estas organizações além de regulamentar o paradesporto no Brasil, abrem espaço para que os portadores de deficiência lutem por políticas públicas, e pelos seus direitos dentro da sociedade, ao observamos o papel dessas instituições percebemos o quão é importante que o governo direcione o olhar para ações que contribuam na inclusão dessas pessoas.

## **7. DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS ATLETAS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NO ESPORTE ADAPTADO**

O esporte adaptado no Brasil tem pouco mais de 35 anos, no entanto o governo começou a se preocupar com este segmento a pouco mais de 10 anos. Toda conquista até os dias de hoje se deve as pessoas portadoras de deficiência, que lutaram pelos seus direitos, se atualmente existem políticas públicas de inclusão no esporte e instituições preocupadas com a questão, se deve ao esforço de pessoas portadoras de deficiência, que almejavam pelos seus direitos, seja pela reabilitação ou pela organização, portanto nosso

objetivo agora é, elencar as dificuldades que este atletas praticantes do esporte adaptado enfrentam.

Sobre políticas públicas, Reis (2014) afirma que, as políticas públicas é uma das ferramentas mais importantes para a construção de uma sociedade, que tem por objetivo para melhorar a vida das pessoas.

Não existe apenas uma forma de definir as políticas públicas, mesmo com diversos autores falando sobre elas, mas sabemos que as políticas públicas são direitos que são adquiridos por lei, ou seja, existem políticas públicas em cunho, municipal, estadual e federal, portanto, afim de fazer uma análise dos desafios que os atletas portadores de deficiência enfrentam no esporte adaptado, buscamos analisar o estatuto das principais políticas públicas do governo federal na atualidade, e se as mesmas abarcam o esporte adaptado.

- **Programa Bolsa Atleta – Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004.**
- **Lei Agnelo/Piva - Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001.**
- **Lei de incentivo ao esporte - Lei nº 11.438/06, de 2006.**

PROGRAMA	ANO DE FUNDAÇÃO	REGULAMENTO
<b>Bolsa Atleta</b>	Sendo um dos maiores programas de patrocínio de atletas do mundo o bolsa atleta foi criado em 2004, regulamentado pela lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, pelo ministério do esporte	<p>Art. 1 - Responsabilidade nos procedimentos para consecução da bolsa e distribuição que assegure o atendimento de todas categorias beneficiarias.</p> <p>Art. 2 - Dispõe quais são os beneficiários do bolsa atleta, os quais estão divididos nas categorias: Estudantil, Nacional, Internacional, Atleta olímpico e paraolímpico.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Categoria estudantil: Os esportistas que possuem participação nos jogos estudantis planejados de maneira direta ou não pelo ministério do esporte, no ano antecedente ao do debate, e tenha conseguido o primeiro, segundo ou terceiro lugar nas modalidades individuais ou tenham sido eleitos entre os vinte e quatro melhores esportistas nas categorias coletivas;</li> <li>• Categoria Atleta nacional: O esportista que tenha adquirido na competição máxima da temporada nacional, no ano antecedente ao do</li> </ul>

		<p>pleito, o primeiro, segundo ou terceiro lugar ou esteja em primeira, segunda ou terceira colocação no ranking nacional de sua modalidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Categoria Atleta Internacional: Os esportistas que tiveram se incluído na seleção nacional de suas devidas modalidades, no ano antecedente ao do pleito, particularizando o Brasil em competições sul-americanos, pan-americanos, Parapan-americanos ou mundiais e conseguido o primeira, segunda ou terceiro lugar;</li> <li>• Categoria Atleta olímpico e paraolímpico: o esportista que tenha participado das delegações brasileiras nos jogos olímpicos ou paraolímpicos imediatamente anteriores ao pleito.</li> </ul>
<b>Lei Agnelo/Piva</b>	A Lei Agnelo Piva, foi sancionada no dia 16 de julho de 2001, ou Lei nº 10.264	<p>Lei nº 10.264, o principal intuito desta lei; captar recursos que seriam destinados ao desenvolvimento desportivo, de 2001 a 2015, 2% do valor de arrecadação bruta das loterias eram destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paralímpico Brasileiro, sendo assim mais uma das leis que abraçam o Esporte adaptado no País, para entender um pouco mais; de 100% desta arrecadação 15% apenas seriam para o esporte adaptado, ou seja, 15% eram enviados para o CPB.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Somente a partir de 2015 essa porcentagem de arrecadação saltou de 15% para 37,04% após o governo sancionar a lei de inclusão de pessoas com deficiência, esse aumento de recurso proporcionou a criação de novos projetos visando à preparação dos atletas e a participação em diversas competições nacionais e internacionais</li> </ul>
<b>Lei de incentivo ao esporte</b>	Também conhecida como lei nº 11.438/06, sancionada em 2006	<p>Art. 1º A datar do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2022, inclusivamente, conseguirão ser inferido do imposto de renda adequado, e apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada intervalo de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica taxada com base no lucro real os valores gastos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos</p>

		antecipadamente aprovados pelo Ministério do Esporte. <u>(Redação dada pela Lei nº 13.155, de 2015)</u>
--	--	---

Mesmo com várias instituições que gerenciam o esporte adaptado no Brasil sejam elas por meio de políticas públicas ou privadas, ainda é grande os desafios enfrentados, a exemplo de alguns como; preconceito, falta de apoio, deficiência de ações públicas, patrocínio e etc.

### 7.1 O paradesporto no estado do Pará

A secretaria responsável por gerenciar o esporte adaptado no Pará é a SEEL - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, obviamente há associações que estão vinculadas a SEEL espalhadas por todo o estado, como o mostra o mapa do paradesporto elaborado em 2017, o qual tinha como objetivo fazer um levantamento geral da conjuntura do paradesporto no estado do Pará.

O projeto paradesporto elaborado pela SEEL, busca impulsionar o desenvolvimento das modalidades, além de promover a inclusão de pessoas portadoras de deficiência. De acordo com o relatório de gestão mais atual da SEEL (2020), o Pará possui mais ou menos 1.791.299 pessoas com ao menos uma deficiência, somando 23,63% da população geral, o que deve gerar uma preocupação em relação as políticas adotadas ao interesse das PcD, no que diz respeito a inclusão social por meio do esporte, para isso é de extrema importância saber quais as associações que desempenham esse papel de inclusão por meio do esporte no estado, no mapa mais recente elaborado em 2017 estão algumas das associações que preencheram o formulário disponível no site da SEEL:

#### 1.1 Formulário de identificação das modalidades do paradesporto no Pará

IMAGEM 1



**FORMULÁRIO - PARADESPORTO**  
FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DAS MODALIDADES PARADESPORTIVAS NO PARÁ

Alternar conta (não compartilhado) 

\*Obrigatório

NOME DA ENTIDADE \*

Sua resposta

TÍTULO DO PROJETO \*

Sua resposta

SEEL - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer


IMAGEM 2

CNPJ \*

Sua resposta

DATA DE REGISTRO \*

Data

dd/mm/aaaa: 

ENDEREÇO \*

Sua resposta

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE \*

Sua resposta

CONTATO TELEFÔNICO \*

Sua resposta

EMAIL \*

Sua resposta

SEEL - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

IMAGEM 3



MUNICÍPIO \*

Escolher: ▾

É FILIADA A ALGUMA ENTIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE MODALIDADE NACIONAL OU ESTADUAL? \*

SIM

NÃO

EM CASO DE FILIAÇÃO, QUAL A ENTIDADE? \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

EM QUAL ÁREA DE MANIFESTAÇÃO DO ESPORTE O PROJETO SE ENQUADRA? \*

PARTICIPATIVO

EDUCACIONAL

RENDIMENTO

QUAL O OBJETIVO DO PROJETO? \*

INCLUSÃO SOCIAL/ QUALIDADE DE VIDA

RECOMENDAÇÃO MÉDICA/ TERAPÊUTICA

FINS DESPORTIVOS

SEEL - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

IMAGEM 4

QUAIS MODALIDADES OFERTADAS? \*

FUTEBOL DE 05

NATAÇÃO

TÊNIS DE MESA

BASQUETEBOL EM CADEIRA DE RODAS

FUTEBOL DE 07

VOLEIBOL SENTADO

JUDÔ

BOCHA

GOALBALL

ATLETISMO

Outro: \_\_\_\_\_

QUAL A FAIXA ETÁRIA ATENDIDA? \*

06-11 ANOS

12-18 ANOS

19 ANOS EM DIANTE

QUAL A FREQUÊNCIA SEMANAL DE ATIVIDADES/ TREINAMENTO? \*

2 VEZES POR SEMANA

3 VEZES POR SEMANA

5 VEZES POR SEMANA

SEEL - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

IMAGEM 5

MUNICÍPIO \*

Escolher

É FILIADA A ALGUMA ENTIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE MODALIDADE NACIONAL OU ESTADUAL? \*

SIM

NÃO

EM CASO DE FILIAÇÃO, QUAL A ENTIDADE? \*

Sua resposta

EM QUAL ÁREA DE MANIFESTAÇÃO DO ESPORTE O PROJETO SE ENQUADRA? \*

PARTICIPATIVO

EDUCACIONAL

RENDIMENTO

QUAL O OBJETIVO DO PROJETO? \*

INCLUSÃO SOCIAL/ QUALIDADE DE VIDA

RECOMENDAÇÃO MÉDICA/ TERAPÊUTICA

FINS DESPORTIVOS

SEEL - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

IMAGEM 6

EXISTE ALGUMA DIFICULDADE PARA EXECUTA-LO? \*

RECURSO MATERIAL

RECURSO HUMANO

RECURSO ESTRUTURAL

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) · [Termos de Serviço](#) · [Política de Privacidade](#)

SEEL - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

Entidades registradas, até 2017:

- Associação De E Para Cegos do Pará (ASCEPA)
- Associação de Remo Guajará
- Associação dos Amigos do Centro Interdisciplinar de Equoterapia (AACIEQ)
- Associação Esportiva e Paradesportiva do Sul e Sudeste do Pará (AEPA)

- Associação Paradesportiva de Paragominas (APPA)
- Associação Paralímpica de Marabá (APM)
- Associação Souza Filho de Artes Marciais (ASFAM)
- Clube dos Deficientes Físicos All Star Rodas / Belém
- Clube dos Deficientes Físicos All Star Rodas / Pará
- Esporte Adaptado - Professor Valdir Santos
- Instituto Cultural e Profissionalizante dos Surdos de Altamira (ICEPSA)
- Unidade Educacional Especializada José Álvares Azevedo (UEEJAA)

Através da última atualização da SEEL, foi possível identificar além do desporto, também a classificação por faixa etária dos atletas, a maioria das modalidades registradas pelas 12 entidades que até então haviam preenchido o formulário era praticada pela faixa etária dos 19 anos, outra questão que foi possível observar foi a frequência de treino, mais ou menos 5 vezes na semana. Ainda sobre os dados, maioria dos atletas usam o paradesporto para fins unicamente desportivos, dentre as deficiências mais identificadas neste mapa está a físico-motora (SEEL, 2017), as modalidades que foram registradas pelas associações foram:

- 1 - Atletismo
- 2 - Tênis de mesa, basquete em cadeira de rodas, futebol de cinco, judô e natação
- 3 - Halterofilismo, tênis de quadra, bocha e goalball
- 4 - Remo, futebol de sete, vôlei sentado, esgrima em cadeiras de rodas, canoagem, ciclismo, hipismo paraquestre, parabadminton, futsal e vôlei.

De todas estas modalidades 17 são olímpicas e todas estão inseridas nas paralimpíadas escolares.

## 8. CONCLUSÃO

Diante da discursão das informações coletadas podemos observar que o esporte adaptado ainda precisa de uma atenção maior por parte do governo no que diz respeito ao reconhecimento social e financeiro a nível nacional, o apoio que os atletas, competidores, praticantes e esportistas recebem ainda é muito pouco diante de todo recurso que o governo dispõe, recurso este que poderia ser direcionado para políticas públicas que de fato poderiam ajudar no processo de inclusão.

Diante dos argumentos dos autores e dos materiais coletados que deram embasamento a este estudo notamos a importância das instituições, dos programas e

associações regulamentadas, que tem como papel o gerenciamento do esporte adaptado no Brasil, vale ressaltar que mesmo com todos estes programas e projetos envolvidos ainda são insuficientes as ações de apoio por parte do governo.

No Pará apesar da SEEL – Secretaria de Estado de Esportes e lazer gerenciar as associações ligadas ao paradesporto, ainda são poucas as informações relacionadas aos atletas que praticam as modalidades, percebe-se que ainda são poucas as políticas voltadas ao paradesporto, o fato de haver muitas entidades envolvidas não significa qualidade nas ações desempenhadas, pois as mesmas dependem das políticas públicas para fazerem acontecer, as informações são insuficientes para organizar um estudo que mostre com clareza o reconhecimento social e apoio financeiro as associações.

## 9. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade, 1997. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BARDIN, L. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BENFICA, Dallila Tâmara. (2012). Paralympic sport: analyzing their contributions in the (re)significations of athletes with disabilities. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Aspectos socioculturais do movimento humano; Aspectos biodinâmicos do movimento humano) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>> Acesso em: 03 de set.2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) acesso em 23 de fevereiro de 2015.

Brasil 2016: portal oficial do governo federal sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio, 2016b. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-Br/incentivo-ao-esporte/lei-agnelo-piva> acesso em 15 de março de 2016.

BRACHT, V. A prática pedagógica em educação física: a mudança a partir da pesquisa-ação. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v.23, n.2, 2002.

COMITE OLIMPICO BRASILEIRO. **O Comitê Olímpico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2013.

Estatuto 2015: Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE, 2015b. Disponível em: <http://www.cbde.org.br/arquivos/estatuto-cbde.pdf> acesso Em 12 de janeiro de 2016.

FONSECA, R. T. M. “O trabalho protegido do portador de deficiência”. 2000. (ONLINE), disponível na internet via: [http://www.ibap.org/ppd/artppd/artppd\\_ricardofonseca01.htm](http://www.ibap.org/ppd/artppd/artppd_ricardofonseca01.htm), acesso em 28/05/2015.

MACHADO, Raoni Perrucci Toledo. Esporte e religião no imaginário da Grécia Antiga. 2006. Dissertação (Mestrado em Pedagogia do Movimento Humano) - Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. O esporte contemporâneo e o modelo de concepção das formas de manifestação do esporte. Revista Conexões. Campinas, UNICAMP V. 6, n.2, 2008.

MEZZADRI, Fernando Marinho. A Estrutura do Esporte Paranaense: da formação dos clubes a atual situação. 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MIRANDA, Tatiane Jacusiel. (2011). Comitê Paralímpico Brasileiro = 15 anos de história. 329 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas.

PANCOTTO, Heloísa Pereira. O esporte nas políticas públicas de inclusão social para pessoas com deficiência, no Brasil = Sport in public policies of social inclusion for people with disabilities in Brazil. 2016. 1 recurso online (119 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Limeira, SP.

Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305229>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

QUEVAL, I. S'accomplir ou se dépasser: essai sur le sport contemporain. Paris: Gallimard, 2004.

Reis, R. E. (2014). Políticas públicas para o esporte paralímpico brasileiro.

TUBINO, J. M. G. Dimensões sociais do esporte. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1992

TUBINO, M. J. G.; GARRIDO, F.; TUBINO, F. Dicionário enciclopédico Tubino do esporte. Rio de Janeiro: SENAC, 2006.

RUBIO. 2002. Do Olimpo ao Pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, 16(2): 130-43, jul./dez., 2002.

SHITSUKA, Ricardo; ALEXANDRUX, Marcos; GOUVEA, Eduardo Penna.; VISÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE SOBRE AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS; Revista Científica Brasileira; 2; 45-52; 2008.

TEIXEIRA, A. C. M. Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência no Brasil. 2010. 132 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

VARELA, A. Desporto para as pessoas com deficiência. Expressão distinta do Desporto. 1991, disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/68004087/Varela-1991> Acessado em 11 de junho de 2012.

# *Capítulo 8*

---

## **O JOGO DE XADREZ COMO PROCEDIMENTO LÚDICO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO: uma revisão de literatura**

**DOI: 10.29327/554869.1-8**

Jane Alves De Souza

## O JOGO DE XADREZ COMO PROCEDIMENTO LÚDICO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO: uma revisão de literatura

*Jane Alves De Souza*

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo observar como as práticas lúdicas são vistas no contexto escolar da educação básica, por professores e alunos que tem conhecimento ou alguma experiência com o xadrez. Material e Método: Essa pesquisa possui abordagem qualitativa com nível de pesquisa exploratório. Foi realizado uma revisão de literatura em periodicos na área da educação, utilizando como descritores :Xadrez e jogo de tabuleiro. A técnica de análise de dados utilizado foi análise de conteúdo proposto por bardin. Os resultados obtidos, elucidaram que as práticas lúdicas em especial o jogo de xadrez, no ambiente escolar, contribuem para o desenvolvimento afetivo e cognoscitivo do aluno, estimulando seu crescimento, e desenvolvimento. Ele vem de encontro às atuais diretrizes educacionais ancoradas em concepções do aluno como sujeito histórico, interativo, ativo, produtor de aprendizagem e de cultura, capaz de criar, imaginar, pensar, raciocinar, analisar e agir com autonomia e criticidade.

Palavras Chaves: Xadrez. Ensino. Desenvolvimento.

### 1. INTRODUÇÃO

O jogo de xadrez tem uma origem misteriosa; não há dados históricos que confirmem sua ascendência. Alguns historiadores atribuem sua criação ao Rei Salomão, que governou Israel de 961 AC a 922 AC; outros, aos sábios mandarins contemporâneos de Confúcio, com cerca de mais ou menos quarenta lendas a respeito de sua criação. Atualmente ele está presente nos cinco continentes e a Federação Internacional de Xadrez é composta por 161 países, conforme Sá (2003).

Por muito tempo, o jogo de xadrez foi considerado o jogo dos reis, e hoje, é considerado o rei dos jogos pelo que representa no meio pedagógico. A importância do jogo para o desenvolvimento humano foi enfocada sob o ponto de vista filosófico (Platão, etc.), sociológico (Huizinga, etc.), psicanalítico (Freud, etc.), psicológico (Piaget, Vigotski, etc.). Alguns teóricos (Rousseau, Decroly, etc.) destacaram seus aspectos educacionais (SÁ, 1994).

Estudos, com a finalidade de construir a história do jogo ao longo do tempo, e diante de diversas lendas, revelam um forte indício de ser este proveniente de um jogo Indiano chamado Chaturanga conforme Lasker, (1999) pela analogia em meio aos elementos dos mesmos. O Xadrez "carregado de história e carregado pela história na visão



de Loureiro, ( 2007) disseminou pelo Ocidente e foi se alterando, incorporando elementos socioculturais.

“Durante a segunda metade da Idade Média, toda espécie de experiência foi feita com os movimentos das peças, a maioria delas tendente a reduzir a duração do jogo, embora algumas das modificações - creia-se ou não - fossem propostas por motivos de ordem Moral.” (LASKER, 1999, p. 61).

Mais recentemente, o lúdico foi analisado como *“uma situação comportando forte potencial simbólico que pode ser fator de aprendizagem”*, conforme Brougère (2002).

Dessa forma compete ao meio escolar contrabalancear os vários elementos do ambiente social e ter em vista dar a cada individuo a oportunidade para fugir das limitações do grupo social em que nasceu, estando em contato com um ambiente mais amplo( DEWEY,1936:42).

Atualmente, firmadas as mudanças no jogo de Xadrez, ressalta que o mesmo proporciona uma rica experiência para os seus jogadores, pautada na disciplina, na ética no respeito e na gentileza. Estas possibilidades têm despertado a atenção dos educadores, pois o que se observa é que o jogo institui um ambiente favorável para interações salutares entre as crianças, podendo auxiliar na ascensão de hábitos e atitudes ensinantes. O jogo de Xadrez envolve estratégias e outras articulações mentais que objetiva a vitória mediante a imobilização do Rei adversário. Este jogo constitui-se de um tabuleiro onde são colocados dois conjuntos de peças (preto e branco), a saber: Rei, rainha, bispos, cavalos, peões. O Rei representa a principal peça do jogo e sua perda, determina o final da partida. Sua prática ultrapassa algumas centenas de anos e desperta interesse até a atualidade.

Atualmente, em vários países como Rússia, Inglaterra, Argentina, França, Romênia, México entre outros, a prática do Xadrez é muito difundida e se encontra inserida de diferentes maneiras na rotina das populações de cada um desses países. Infelizmente, não observamos fato semelhante ocorrendo no Brasil, e entre outras razões que poderíamos apontar para justificar um carente desenvolvimento do Xadrez,

certamente recai na grande valorização atribuída à prática dos jogos coletivos, sobretudo, os esportivizados e, entre eles, o sempre apaixonante Futebol.

Por outro lado, observa-se também certa resistência à iniciação nessa atividade em função de seu estigma de atividade com alto grau de aprendizagem, sendo muitas vezes, atribuída somente a privilegiados em inteligência.

Desta forma, segundo Ferracini (1998), existem projetos visando o desenvolvimento e a popularização da prática do Xadrez no Brasil, inclusive a partir de uma ampla utilização no âmbito educacional, mediante a sua inclusão como conteúdo/atividade em escolas.

Diversos estudos como os de Adam (2003), baseados em discussões na área de Educação e da Sociologia, afirmam que a prática do Xadrez contribuiria para a melhoria do raciocínio e concentração dos alunos, além de se caracterizar como excelente opção para a ocupação do tempo livre. Essas vantagens também são acenadas por Martins (2003), sendo que este nos fornece muito mais evidências quando fazendo ampla revisão de literatura afirma que: “A prática deste jogo como suporte pedagógico valoriza a imaginação conforme Diakov, (1926), a criatividade, auxilia na gerência de atividades e processos de autonomia, atenção e memória, socialização, organização e fluência do pensamento e desenvolvimento da inteligência, além de contribuir para a percepção de regras e esquemas, flexibilização do pensamento e estruturação de esquemas de ação (o que implica em aceitar pontos de vistas diferentes, tomar decisões e saber das conseqüências destas decisões)”.

Tendo em vista pesquisas educacionais, sociológicas e filosóficas, percebe-se que atribuem ao jogo de xadrez, uma série de importantes benefícios, vantagens ou virtudes, onde recomendam sua ampla difusão nos diferentes meios escolares.

Sabe-se que a escola pouco utiliza os jogos lúdicos, por vista que o ensino destaca de forma mais abrangente os trabalhos pontuados em conteúdos, deixando de valorizar metodologias de aprendizagem construtiva utilizando ferramentas como brinquedos e brincadeiras na disposição pedagógica do tempo e do ambiente escolar. Muito tem se falado em alterações paradigmáticas, mas o fato é que a educação tradicional ainda está muito viva nos dias atuais. Acredita-se em modificações e certa necessidade para que aconteça com urgência, dito que de acordo com Vygotsky (1984), é no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva.

A importância do erro e acertos na prática pedagógica foi bem captada, conforme fragmento abaixo:

Uma das formas de lidar com os erros é ter uma atitude de pesquisa e reflexão com relação a eles. É saber observa-los na prática pedagógica. É saber interpreta-los. É poder torna-los um instrumento de trabalho; não algo do qual se quer ficar livre mas fácil e rapidamente possível ---, mas que nos coloca uma questão cujo desenlace poderá ter como resultante o desenvolvimento da criança e de nos mesmo (MACEDO, 1999, p.181).

Dessa forma sabe-se que certas atitudes como ser atento, organizado e coordenar diferentes pontos de vista são fundamentais para obter um bom desempenho, e ao jogar favorece a aprendizagem na medida em que a criança passa a ser mais participativa, cooperativa e melhor observadora.

A população alvo desta pesquisa foram professores e alunos de Escolas Estaduais e particulares na Região metropolitana Goiânia-Go, sendo , um total de 10 alunos do ensino fundamental e 08 professores. Para que as práticas lúdicas no ambiente escolar possam contribuir para o desenvolvimento global do aluno, é necessário identificar formas de inserção como recurso pedagógico para as aprendizagens do ensino básico, correlacionadas aos conteúdos de forma teórico e prática nas diversas áreas do conhecimento, no contexto das políticas públicas educacionais para o ensino básico.

No século XVII, na sociedade medieval européia, o sentimento de infância não existia. A partir dos três anos, a criança jogava os mesmos jogos e participava das mesmas brincadeiras, foi no final do século XVII e início do século XVIII, que essa atitude modificou sob a influência dos jesuítas, moralistas, e educadores, constituindo um outro sentimento de infância que inspirou toda a educação até o século XX.

Com o surgimento do novo ‘homem’, ‘moderno’, aparecem também as primeiras instituições educacionais, permitindo a concepção de que os adultos compreenderam a particularidade da infância e a importância tanto moral como social e metódica das crianças em instituições especiais, adaptadas a essas finalidades (ARIÈS, 1981, p. 193).

Com a evolução nas relações sociais que se constituem na Idade Moderna, a criança passa a ter um papel fundamental nas preocupações da família e da sociedade. A partir deste período, a criança começa a ser vista como sujeito social, dentro da

coletividade, e aumenta a preocupação da família com sua saúde e sua educação. Tais elementos são fatores importantíssimos para a mudança de toda a relação social.

Nos últimos anos, discussões e reflexões sobre o jogo lúdico no ensinobásico, apontam análises para a necessidade de utilizá-los por está inteiramente ligado às necessidades da criança. Embora alguns construtivistas apresentem razões diferentes para a inserção do jogo lúdico na educação de crianças do ensino fundamental, existe concepções concretas em amplas experiências pedagógicas que certificam que os jogos lúdicos favorecem a edificação das representaçõesinternas do conhecimento.

O conhecimento não é dado a priori; o sujeito nasce com a possibilidade dele, mas não nasce com ele. O conhecimento é, por isso, um trabalho ou construção. Construção social, se considerarmos o conhecimento acumulado (disponível) ou produzido pelas pessoas de certa sociedade. Construção individual, se considerarmos que necessita ser refeito pessoa por pessoa. (MACEDO, 2000, p.25)

Dessa forma, acredita-se que a introdução dos jogos lúdicos como recurso didático para a criação de um ambiente afável e interativo, além das oportunidades de buscar soluções mais apropriadas para as situações de dificuldades no aprendizado, favorecendo para que os educandos possam ampliar suas capacidades de apropriação dos conceitos, dos códigos sociais e das diferentes linguagens, por meio da expressão corporal e comunicação de sentimentos e opinião, da experimentação, da reflexão, da elaboração de perguntas e respostas, da edificação de objetos e brinquedos, etc.

Em 20 de dezembro de 1996, a Lei n. 9.394, conhecida como LDB, instituiu as diretrizes e bases da educação nacional. Sobretudo seus artigos 26 e 27 permitem a inclusão do xadrez nas escolas, na parte diversificada dos currículos e na parte aplicada à promoção do desporto educacional da educação básica. A LDB, em seu artigo 32 dispõe que o ensino básico terá por finalidade a formação básicodo cidadão, mediante:

- “I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

VI – o fortalecimento de vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996).

Em 1997, o então Ministério da Educação e do Desporto lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais, o qual se concebe a educação escolar como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir os instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições, estas essenciais para o exercício da cidadania na edificação de uma sociedade democrática e não excludente

Os parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino básico vêem a escola como um instrumento de construção da cidadania, buscando formar “cidadãos capazes de atuar com competência e na sociedade” (PCN, vol.1, p.45)

Sempre se percebeu a inserção social em enormes diversidades culturais, onde o ensino qualitativo requereu e requer uma visão da necessidade de novas experiências educativas que tenham por base os componentes socializadores e integradores para situar o aprendiz no espaço escolar.

Segundo Castro (1992), o índice de evasão escolar é elucidado por falta de competência da escola de constituir um universo escolar socializado, participativo e interativo, pelo contrário o modelo educativo escolar é seletivo e fragmentário nas atividades educativas.

Portanto, o lúdico pode ser considerado como uma estratégia de interação social em circunstância diversa para a promoção de aprendizagens norteadas que garantam a troca entre os alunos, de forma que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente afável e que propicie a confiança e a auto-estima.

No lúdico além da ação de jogar a criança sempre realiza interpretações, classifica e opera informações. Esta integração acontece devido à recuperação da autoconfiança, em parte por meio dos jogos, que lhes ajudam a planejar e executar ações atingindo seus objetivos. De acordo com Vygotsky (1984), é na brincadeira que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos.

Considerando-o um elemento de socialização do ensino, pretendeu-se utilizá-lo na intenção de retomar o verdadeiro papel da prática pedagógica articulada com as demais disciplinas, possibilitando o desenvolvimento das aptidões educacionais, tornando assim possível a construção da aprendizagem prazerosa.

Segundo Constance Kamii (1991), seguidora de Piaget, quando as crianças participam do processo de tomada de decisão, tem que falar com frequência e articular suas idéias de maneira lógica e convincente possível, sendo assim:

O uso significativo da linguagem estimula o seu desenvolvimento. Negociando compromissos com adultos e colegas, expressando suas idéias e ouvindo os outros, as crianças desenvolvem tanto sua linguagem quanto sua inteligência (KAMII,1991: p.16).

Sendo assim pode-se dizer que o lúdico, e em especial o jogo de xadrez são subsídios pedagógicos favorável com respostas positivas. Sugestivos a caminhos que proporcione novas perspectivas e novos rumos para o ensino aprendizagem.

Pode-se dizer que há vários ganhos, na dimensão pessoal, o aprender a seguir regra poderá auxiliar a solucionar problemas, a ampliar a autonomia, a aprimorar a criatividade, a controlar a agressividade, a tomar decisões, a descobrir a importância do planejamento, entre outros.

Na dimensão social, é essencial que o aluno aprimore o autocontrole, o alargamento moral, a aprendizagem de valores, a prática de atitudes positivas, a convivência com o diferente, a ampliação da socialização, enfim, a capacidade de se visualizar no lugar do outro.

Os jogos e brincadeiras coletivas permitem a descoberta do outro e isso repercute sobre a descoberta de si mesmo. Em outras palavras, brincar contribui para a construção do sujeito e do conhecimento, permite a desenvolvimento, de vínculos coletivos e a inserção na realidade.

(...) se a própria lógica se constrói, ao invés de ser inata, chega-se a conclusão de que a primeira tarefa da educação consiste em formar raciocínio (MACEDO, 2000, p.40)

O problema de ensino aprendizagem e socialização dos alunos do ensino básico das escolas da rede pública, reflete-se em aspectos cultural, fazendo com que o trabalho

pedagógico do professor se torne ainda mais difícil, uma vez que não é entendido nas políticas públicas a importância de se ter no currículo, disciplinas voltadas para o lúdico.

Os jogos, brincadeiras, teatros, cinema, danças, cantigas de rodas e folclóricas podem propiciar e subsidiar o desenvolvimento cognitivo do educando.

Vygotsky (1984), afirma: a zona de desenvolvimento proximal é o encontro do individual com o social, sendo a concepção de desenvolvimento abordada não como processo interno da criança, mas como resultante da sua inserção.

Nessa perspectiva, através dos jogos lúdicos poderão propiciar espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas dos alunos e seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos mais distintos campos de conhecimento.

Para isso, justificou-se a realização desta Pesquisa, com a hipótese de que há uma grande contribuição do jogo de xadrez no procedimento lúdico o qual favorece desenvolvimento moral e afetivo, as singularidades entre alunos de diferentes idades em suas diversidades de hábitos, costumes, valores, crenças e etnias ampliando suas experiências de socialização.

Nesta pesquisa buscou-se explicar que as práticas lúdicas no jogo de xadrez, no ambiente escolar, contribuem para o desenvolvimento afetivo e cognoscitivo do aluno, estimulando o crescimento, o desenvolvimento, as faculdades intelectuais, a iniciativa individual, favorecendo o advento e a evolução da palavra, identificando formas de inserção como recurso pedagógico nas aprendizagens do ensino básico, correlacionadas aos conteúdos de forma teórico e prática nas diversas áreas do conhecimento, através da coleta de dados.

Tratou-se de um estudo de pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e descritiva, foram utilizados dados secundários publicados em artigos de revisão, artigos de pesquisa, relatórios de pesquisa (dissertações e teses) e documentos extraídos de revistas científicas, jornais, web-sites da internet, livros e outros, sobre as formas de utilização do lúdico em sala de aula, em situações de jogos. Tem caráter exploratório pois esse nível de pesquisa é caracterizado e utilizado em levantamentos bibliográficos.

## **2. A CONTRIBUIÇÃO DO JOGO DE XADREZ NO DESENVOLVIMENTO MORAL E ÉTICA DAS CRIANÇAS**

Na busca do aprofundamento dos conhecimentos teóricos e práticos em relação ao jogo com enfoque no nosso objetivo central - formação integral e global do ser, observamos que o jogo favorece subsídios importantes ao desenvolvimento moral e ética das crianças. São “lacunas” que podem ser estimadas e instigadas, seja no momento do aprendizado, seja durante a prática do jogo.

Sendo assim fica claro a importância do caráter lúdico na aprendizagem a fim de viabilizar e facilitar o ensino do jogo também no contexto da formação de valores morais. Esta deve ser a tônica a permear por toda a tríade do Xadrez, possibilitando um bom vínculo com o jogo e podendo ser, para alguns alunos, o resgate do prazer de aprender.

Dessa forma, apresenta-se o jogo de xadrez na formação e no desenvolvimento de valores morais, uma vez que este jogo oferece varias possibilidades para o resgate de valores imprescindíveis ao desenvolvimento do cidadão.

Durante a idade media, o jogo foi considerado não serio por sua associação ao jogo de azar, bastante divulgado na época. O jogo serviu para divulgar princípios de moral, ética e conteúdos de historia, geografia e outros, a partir do renascimento vê a brincadeira como conduta livre que favorece o desenvolvimento da inteligência e facilita o estudo. ( KISHIMOTO 2009, p.28)

A expectativa sócio histórico cultural e construtivista da Psicologia da Aprendizagem Humana e Desenvolvimento, entende o aprender germinado nas interações do individuo com as diferentes redes de relações de seu ambiente social. É neste largo contexto de vivências, e relação - o familiar, escolar, social, religioso, televisivo, cultural, entre outros -, que descobrimos os elementos de nosso aprendizado e os alicerces do nosso desenvolvimento moral.

Para Jung (1875-1961), um dos maiores pensadores da contemporaneidade, psicólogo analítico, o aprender se dá de diversas formas, através das funções da relação do homem com o mundo. Ele destaca: Pensamento, Sentimento, Intuição e Percepção (Sensação), como os quatro diferentes funções – canais de contato.

As funções sentimento e pensamento são acatados por Jung como “funções racionais”, como estilos alternativos de elaborar avaliação e tomar decisões.

Jung atribui as funções intuição e sensação como subsídios de captar as informações do meio, de perceber a realidade, sem análise e interpretações.

Dessa forma para ele a função pensamento relaciona-se com a veracidade; o julgamento; a lógica; a reflexão; o planejamento; a interpretação; as elaborações são



práticas, lineares, de anteriores e coerentes; de caráter impessoal; as deduções e os fatos são explicados e demonstrados.

Na colocação sentimento, a pessoa se orienta pelo aspecto emocional da experiência; valores subjetivos, morais e éticos que atribuímos aos fatos e vivências; os juízos e as determinações, sejam nas afinidades vinculares ou em circunstância de aprendizagem, sucessivamente estão ligados à emoção. São análise de valores entre bom e ruim, belo e feio, bem e mal, prazer e desprazer.

A função Sensação se ampara na experiência, na apreensão concreta e física da realidade, por meio dos canais sensoriais: audição, visão, olfato, paladar, tato e sinestésico.

A função Intuição apreende, verifica e transmite as informações de forma inconsciente. Está relacionada às inspirações, criatividade, imaginação e fantasia. Se anuncia em saber algo que se apresenta, sem saber que se sabia; é a conjugação no período de experiências decorridas e atuais, delineadas no futuro.

Sendo assim, decifrar o movimento do jogo é entender que, inicialmente, é necessário conhecer o jogo, sua história, sua dinâmica, suas estratégias e todas as regras inerentes a ele; em seguida, é preciso aprender a jogar, jogando, experienciando todo o conhecimento alcançado. É preciso ao jogar, aprender a se relacionar com os demais parceiros, num caráter ético, pautado nos valores morais. A prática do jogo permite o perceber-se a si mesmo, convertendo nosso modo de ser e estendendo nossa forma de conviver com os outros.

Através dos jogos com regras, segundo Piaget (1978), as atividades lúdicas atingem um caráter educativo, tanto na formação psicomotora, como também na formação da personalidade das crianças. Assim, valores morais como honestidade, fidelidade, perseverança, honrabilidade, respeito ao social e aos outros são adquiridos. Os jogos com regras são considerados por Piaget (1978) como uma ferramenta indispensável para este processo. Através do contato com o outro a criança vai internalizar conceitos básicos de convivência. A fase em que Piaget classifica os jogos com regras (a partir de cinco anos), as crianças passam do individual e vão para o social, os jogos possuem regras básicas e necessitam de interação entre as crianças, são resultados deste tipo de jogo a aprendizagem de regras de comportamento, respeito às idéias e argumentos conflitantes e a construção de relacionamentos afetivos. O jogo é consequência de uma situação

imaginaria com regras ao mesmo tempo em que o jogo com regras leva a uma situação imaginaria, sempre que, com as regras, varias situações de comportamentos são eliminadas.

[ ] os jogos com regras podem ter origem quer em costumes adultos que caíram em desuso ( de origem mágico-religiosa, etc.), quer em jogos de exercícios sensório-motores que se tornaram coletivos mas esvaziando-se, então, de todo ou parte de seu conteúdo imaginativo, isto é, de seu próprio simbolismo.(PIAGET,1978,p.185)

As regras não devem ser vistas somente como determinação daquilo que pode ser feito, mas também como determinação daquilo que não pode ser feito. Representa a extinção de possibilidades de ação dentro do jogo, o que somente torna possível a atuação desta forma dentro do brincar, se a criança tiver desenvolvido em si o significado de que o jogo é uma situação momentânea e que poderá ser mudada a regra em outro jogo imediatamente posterior a este ou não.

Segundo Vigotski, sempre que há uma situação imaginaria no brinquedo, há regras não as regras previamente formuladas e que mudam durante o jogo, mas os que têm sua origem na própria situação imaginaria. A brincadeira e os jogos consentem uma flexibilidade de procedimento e conduz a uma conduta exploratória até a consecução do modelo ideal de se portar com o adjacente, resultado de experiências, conflitos e resoluções destes (Bruner, 1968). Para Vygotski (1989), há dois elementos importantes na atividade lúdica das crianças no que se refere aos jogos com regras: o jogo com regra explícita e o jogo com regras implícitas. O primeiro destes fatores são as regras pré-estabelecidas pelas crianças e que a sua não realização é considerada uma falta grave, por exemplo, em um jogo de pega - pega quem for tocado pelo pegador passa a ser o perseguidor, isto direciona a criança a seguir regras sociais já estabelecidas pelo mundo dos adultos.

Para Groos, o jogo é uma necessidade biológica, um instinto e, psicologicamente, um ato voluntario- apud Brougère,(1993)

O outro segmento são regras que não estão propriamente ditadas, mas entende-se que são necessárias para o seguimento do jogo, no exemplo citado acima, não se coloca que as crianças não podem sair do local da brincadeira (como exemplo, uma quadra), portanto as regras implícitas oferecem a criança uma noção de entrosamento às regras ocultas, mas necessárias.

Em uma extensão totalizadora do desenvolvimento do indivíduo percebe-se que, no espaço escolar, é preciso construir uma aliança com o jogo de regras para a formação da moral e o jogo de Xadrez desempenha essa função.

Em um diálogo de Piaget sobre a questão do desenvolvimento da moralidade. Este autor mostrou que, assim como a inteligência, a moral também se desenvolve, passando por três estágios: Anomia, Heteronomia e Autonomia.

No primeiro estágio, o da Anomia, o sujeito vivencia a ausência de respeito às normas e convenções sociais. Na Heteronomia, próximo estágio, a observância e obediência do indivíduo às normas, se dão pelo comprometimento ou imposição de outrem, seja da família ou da sociedade.

Essa moral pode ser percebida como uma moral convencional, heterônoma. A Autonomia terceiro e último estágio, refere-se à competência de ser governado por si próprio. Ressalva um ato consciente, proveniente da capacidade de pensar logicamente, decodificada e praticada pela apreensão racional, segundo Faria (2002) pois que “nascem no interior do indivíduo como produto de comunhão de idéias e sentimentos entre parceiros”.

Segundo Piaget, o desenvolvimento moral autônomo está presente nos processos de socialização. Para ele;

“... toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”.  
(BARROS, 2002, p. 176).

Este respeito aceito antes, pode se proporcionar de duas formas, sendo que “... só o relacionamento em que predomine a igualdade levará a autonomia. (...) Quanto ao desenvolvimento moral, a convivência com os iguais, a cooperação, levará não mais à moral do puro dever, mas a uma nova moral, a uma verdadeira moralidade: a compreensão da razão de ser das regras de reciprocidade que a sociedade impõe, bem como sua aceitação plena” Recinto de liberdade, sem autoritarismo, ajustados na cooperação e respeito mútuo, coopera para o acesso do estágio de heterônoma para o de autonomia, sendo este último, a grande meta da educação.

Ao analisar o jogo de Xadrez, não foi ignorado sua categoria de Jogo de Regras, direcionando o nosso olhar para as duas fases do desenvolvimento moral: a Heterônoma e a Autonomia.

Lino de Macedo, apoiado nas teorias de Piaget, fala-nos sobre a importância das regras

“... sem as quais o corpo não constrói esquemas motores; regras sem as quais o espírito não raciocina, nem opera com coerência e antecipação. Porque as regras são o que faz a cópula entre duas ou mais partes do corpo ou entre duas ou mais imagens do pensamento. Sem as regras, parte do corpo ou representações do pensamento não se coordenam, são independentes ou caóticas”. (MACEDO, 2002, p. 89).

A heterônoma em sua fase da moral observa-se que o jogo de Xadrez contribui para o abandono do egocentrismo e a descentração do pensamento, sendo este um treinamento importante para a conquista da alteridade que, segundo Lawrence Kohlberg, outro grande pesquisador do desenvolvimento moral, pode ocorrer:

“... quando há oportunidade suficiente para que o jovem veja os acontecimentos de uma perspectiva diferente, colocando-se no lugar dos outros. Terá, então, que pôr de lado alguns de seus pontos de vista preconcebidos e aceitar outros diferentes, a fim de ampliar sua própria experiência” (BARROS, 2004, p. 123).

Em uma extensão totalizadora do desenvolvimento do indivíduo entende-se que, no conjunto escolar, é necessário edificar uma aliança com o jogo de regras para o alargamento da moral e o jogo de Xadrez desempenha essa função.

Os princípios presentes no jogo de Xadrez propiciam, ainda, o saber ganhar e o saber perder; o saber aceitar a frustração; a percepção dos nossos alcances e probabilidades; a disciplina de um pensar intransigente e sistemático; sendo todas estas experiências altamente significativas, uma vez que contribuem para a passagem da moral heterônoma para a autônoma. Dessa forma na fase da moral autônoma, ao jogar Xadrez, as crianças;

“... são encorajadas a tomar decisões, são encorajadas a pensar (...) do ponto de vista do desenvolvimento da autonomia da criança, faz uma enorme diferença se ela for encorajada a tomar decisões por si mesmas. Essa autonomia é indissociavelmente social, moral e intelectual”. (KAMII, 2005, p.47).

As circunstâncias sempre desafiadoras das partidas de Xadrez promovem desequilíbrios nos aspectos cognitivos, morais, sociais, e possibilitam muitas reflexões, são alternativas e resoluções de muitos riscos. Admitir-se a si mesmo; fazer seleções e

responsabilizar-se pelos resultados de nossos atos faz parte do procedimento de aquisição da autonomia.

### 3. REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. 2. Ed.
- BARROS, C.S.G. Pontos de Psicologia do Desenvolvimento. São Paulo: Ática, 2004.
- BARROS, C.S.G. Psicologia e construtivismo. São Paulo: Ática, 2002.
- BENJAMIM, Walter. A criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.
- BRASIL, Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em: "<http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>". Acesso em: 08.11.2005.
- BRENELLI, R. P. Observáveis e coordenações em um jogo de regras: Influência do nível operatório e interação social. Campinas, UNICAMP, Faculdade de Educação, 1986 (Dissertação de Mestrado).
- BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. Tradução de Gisela Wajskop. São Paulo: Cortez, 1995.
- BROUGÈRE, Gilles. Lúdico e educação: novas perspectivas. Linhas Críticas, Brasília, v. 8, n. 14, p. 5-20, jan./jun. 2002.
- CALDAS, Naide. Segurança Nacional: Informática Educativa no Brasil. Brasília: ADESG, 1983.
- CASTRO, C. M. E quem avalia os professores? .Belo Horizonte: Ciência e Cultura, 1992.
- CAMPOS, D. M. S. – Psicologia da Aprendizagem, 19º ed., Petrópolis: Vozes, 1986. 110
- CASSAB, Latif A. História Oral: miúdas considerações para a pesquisa em serviço social. Disponível em: [http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v5n2\\_latif.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v5n2_latif.htm). Acesso em: 01 de outubro de 2010
- DEWEY, J.M pedagogic creed. The Scholl journal, EUA, 16, Janeiro, 1987. Volume LIV, number 3, p.77- 80, in [www.users.globalnet.co.uk/~infed/e-test/e-dewpc.htm](http://www.users.globalnet.co.uk/~infed/e-test/e-dewpc.htm).infed.org Acessado em 14/07/09
- DELORS, Jacques (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortezo. p. 89-102, 1996.
- FARIA. A. R. O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget. São Paulo: Ática, 2002.

FEIJÓ, O. G. – Corpo e Movimento. Rio de Janeiro: Shape, 1992. FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. Usos e abusos da História Oral 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FRIEDMANN, Adriana. Brincar: crescer e aprender: o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996.

FREIRE, Madalena. Memória: eterna idade. Diálogos e Publicação do Espaço Pedagógico. São Paulo, v. II, n. 5, julho de 1999.

FERNANDEZ, Alicia. O Saber em jogo: a psicopedagoga propiciando Autorias de pensamento. Tradução Neusa Kern Hickel. Porto Alegre, Artmed Editora, 2001, p 36.

GIANSANTI, Carlo. Matemática e jogos lúdicos. Campinas, São Paulo: Martins Fontes, 1988.

GOLEMAN, Daniel. Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas. São Paulo: Graffex, 1999.

KAMII, C. A criança e o número. Implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação com escolares de 4 a 6 anos. 11. Ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2005

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a Educação Infantil. São Paulo: Pioneira, 1994.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. A pré-escola em São Paulo (1875-1940). São Paulo, Loyola, 1988.

\_\_\_\_\_, Jogos Tradicionais Infantis: O jogo, a criança e a Educação. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LASKER, E. História do xadrez. São Paulo: IBRASA, 1999.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas. 1991. 242 p.

LEIF, J. e BRUNNELE, L. O jogo pelo jogo. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

LOUREIRO, L.V. Xadrez e Cosmologia Disponível em: <<http://www.fpx.com.br/mostracol.asp?Colid=104>> . Acesso em: 22 Ago. 2007.

LOUREIRO, L.V. Jogar xadrez exige preparo físico. Disponível em:< <http://www.fpx.com.br/mostracol.asp?colid=73>>. Acesso em: 25 Ago. 2007.

MACEDO, L. PETTY, A. L.S.;PASSOS,N.C. Aprender com jogos e situações problema .porto Alegre:Artimed,2000.

MARCONI, M. A & LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. São Paulo. Atlas, 1982.

MARTINS, N.R. Projeto Xadrez. Disponível em: <<http://www.escoladaserra.com.br>

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: SEF, 1997. Disponível em: [www.mec.gov.br/sef/sef/pcn.shtm](http://www.mec.gov.br/sef/sef/pcn.shtm). Acesso em: 08.11.2005.

PLATÃO. *Lei lois in oeuvres complètes*. Paris, Garnier, 1948. v. 6 e 7. RABECP-MAILLARD, M.M. *Histoire des jeux éducatifs*. Paris, Fernand Nathan, 1969.

PEREIRA, E. T. Brincar e criança. In: Carvalho, A. [et al] (orgs.) *Brincar(es)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Pro - Reitoria de Extensão/UFMG, 2005.

PIAGET, J. *A linguagem e o pensamento da criança*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

PORTO, Bernadete de Souza. *Vamos todos cirandar: gestão de trabalho pedagógico em sala de aula*. Revista de Educação AEC, n. 119/2001.

Pos-fácio: Capacidades desenvolvidas pelo xadrez. In: TIRADO, Augusto; SILVA, Wilson. *Meu primeiro livro de xadrez*. Curitiba: Expoente, 1999. p. 123-124

RESENDE, Consolação. *Os benefícios do xadrez para crianças*. Disponível em: [http://www.fexpar.esp.br/eventos\\_exterior/eventos2004/pancolombia/beneficiosxadrez.htm](http://www.fexpar.esp.br/eventos_exterior/eventos2004/pancolombia/beneficiosxadrez.htm). Acesso em: 30 ago. 2006.

SÁ, Antônio Villar Marques de. *Le Jeu d'Échecs et l'Éducation: Expériences d'Enseignement Échiquéen en Milieux Scolaire, Periscolaire et Extra-scolaire*. Tese de Doutorado em Ciências da Educação, Université de Paris X – Nanterre, França, 1988.p. 432

SÁ, A.V. M. *O xadrez como disciplina escolar*. Disponível em: <[http://www.cepex.com.br/imagens/antonio\\_villar\[1\].doc](http://www.cepex.com.br/imagens/antonio_villar[1].doc)> Acesso : em 02 Out. 2007.  
SÁ, A.V. M. et al. *Xadrez: Cartilha*. 3. Ed. Brasília, 2000

SANTOS, Santa Marli Pires (Org.). *Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. \_\_\_\_\_, *O lúdico na formação do educador*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. \_\_\_\_\_, *A ludicidade como ciência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SILVA. W. *O Professor de Xadrez*. Disponível em: <[http://www.cex.org.br/html/ensino/Apostilas/doc/o\\_professor\\_de\\_xadrez.doc](http://www.cex.org.br/html/ensino/Apostilas/doc/o_professor_de_xadrez.doc)> Acesso em: 05 Set. 2007. SILVA. W. *A natureza do jogo de xadrez*. Disponível em: <[www.cex.org.br/html/ensino/Apostilas/pdf/a\\_natureza\\_do\\_xadrez.pdf](http://www.cex.org.br/html/ensino/Apostilas/pdf/a_natureza_do_xadrez.pdf)> Acesso em: 05 Set. 2007.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. Pronunciamento: "Os Quatro Pilares da Educação: O seu Papel no

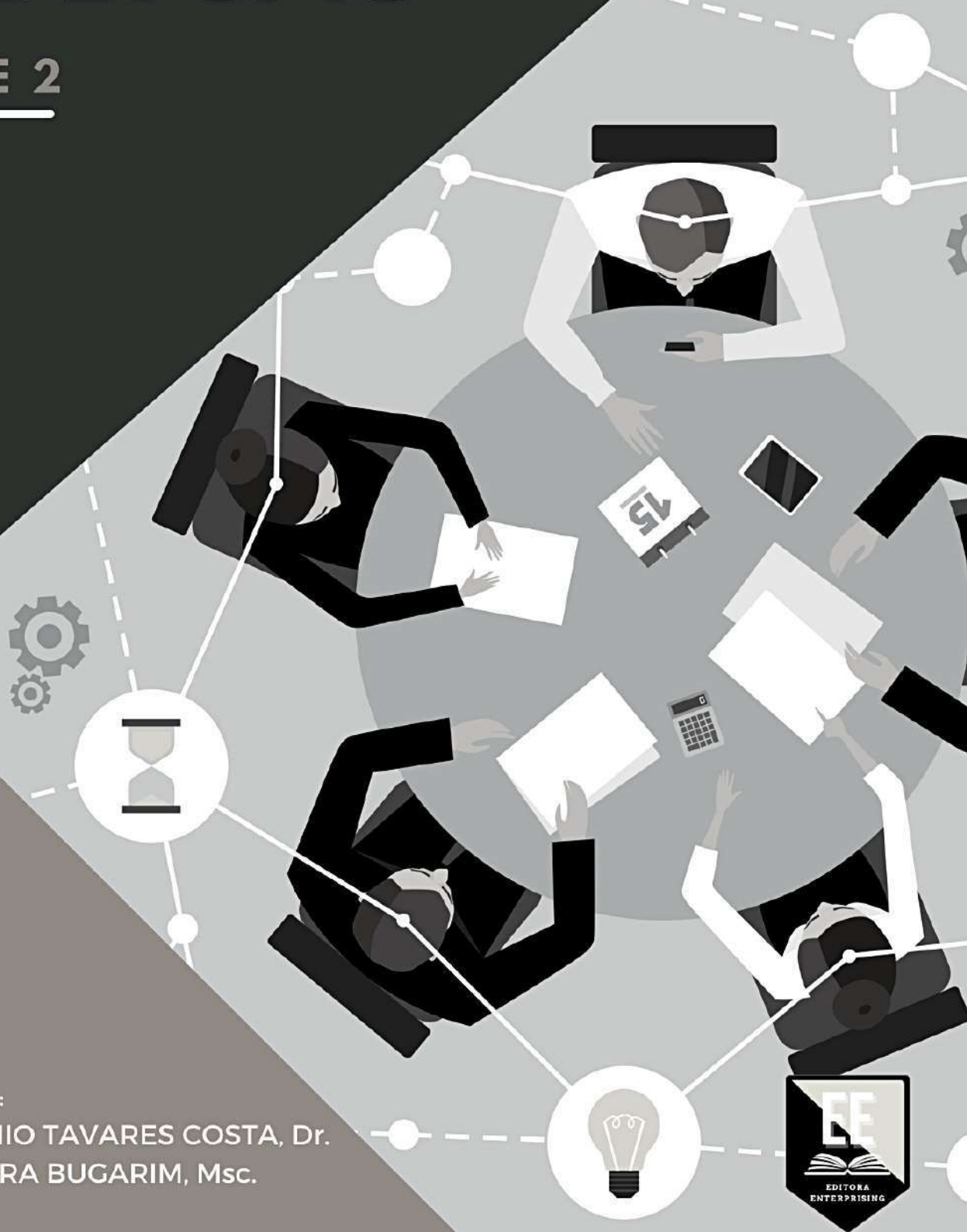
Desenvolvimento Humano" Disponível em [http://www.unesco.org.br/noticias/opiniaio/index/index\\_2003/pilares\\_educacao/mostra\\_documento](http://www.unesco.org.br/noticias/opiniaio/index/index_2003/pilares_educacao/mostra_documento)>Acesso em: 05 O



ESTUDOS AVANÇADOS EM

# POLÍTICAS PÚBLICAS

VOLUME 2



ORGANIZADORES:  
ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA, Dr.  
JONATHA PEREIRA BUGARIM, Msc.



É com muita satisfação que apresentamos o segundo volume da Coleção intitulada “ESTUDOS AVANÇADOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS”, que reúne em seus 8 capítulos pesquisadores de diversas instituições com discussões e temáticas que circundam uma gama de possibilidades de pesquisas e de relações dialógicas que certamente podem ser relevantes para o desenvolvimento social brasileiro a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade. Tal obra visa dar publicidade a estudos e pesquisas frutos de árduos trabalhos acadêmicos que decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões em suas respectivas áreas pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que estão sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores no desenvolvimento social e científico que possam impactar positivamente a qualidade de vida de homens e de mulheres.



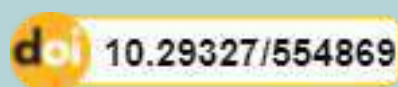
**Editora Enterprising**

[www.editoraenterprising.net](http://www.editoraenterprising.net)

E-mail: [contacto@editoraenterprising.net](mailto:contacto@editoraenterprising.net)

+55 61 98229-0750

CNPJ: 40.035.746/0001-55



ISBN 978-65-845-4604-2



9 786584 546042 >